

J. W. Bautista Vidal e Gilberto Felisberto Vasconcellos

diaalética dos trópicos

O pensamento colonizado
da CEPAL



José Walter
Bautista Vidal

Engenheiro com pós-graduação em Física. Professor das Universidades Federais da Bahia e de Brasília e Estadual de Campinas, ocupou várias funções de comando em governos estadual e federal. Foi o 1º Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia do Brasil, na Bahia, aos 34 anos. Chefiou por três vezes a Secretaria de Tecnologia Industrial, a partir do saudoso Severo Gomes como ministro e participou de conselhos nacionais das áreas industrial, ciência, tecnologia, meio ambiente e educação, tendo fundado mais de trinta instituições nesses setores. Foi o principal responsável pela implantação do Programa Nacional do Alcool. Jornalista, autor premiado, seu livro De Estado servil a nação soberana recebeu o Prêmio Casa Grande e Senzala de Interpretação da Cultura Brasileira 1987/1988. Assessorou o Congresso Nacional, é consultor de vários organismos internacionais e coordenou o Núcleo de Estudos Estratégicos da UnB. Lutador das causas nacionais, é autor de centenas de trabalhos, artigos, conferências, ensaios e livros sobre as questões analisadas neste livro que é a sua 12ª obra. No momento dedica-se a realizar conferências em todo o país, em campanha cívica pela libertação nacional.

30,

dialéctica ^{dos} trópicos

O pensamento colonizado
da CEPAL

Direitos autorais 2002 de J. W. Bautista Vidal e
Gilberto Felisberto Vasconcellos

1ª edição

Agosto de 2002

Revisão

Paulo Antonio Outeiro Hernandez
(www.paulohernandes.pro.br)

Arte

Mauro Nunes Barbosa

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta edição pode ser utilizada ou reproduzida - em qualquer meio ou forma, seja mecânico ou eletrônico, fotocópia, gravação etc. -, nem apropriada ou estocada em sistema de banco de dados sem a expressa autorização do autor.

V331

Vidal, J. W. Bautista

Dialética dos trópicos : o pensamento colonizado da
CEPAL / J. W. Bautista Vidal, Gilberto Felisberto
Vasconcelos. - Brasília : Instituto do Sol, 2002.
183p. ; 21cm.

ISBN 85-89393-01-1

1. Nações Unidas. Comissão para a América Latina e
Caribe. 2. América Latina - Condições econômicas.
3. América Latina - Política social. I. Título.

CDD 330.98



INSTITUTO DO SOL

Brasília, DF, Brasil

Telefax: 55 61 380.1344

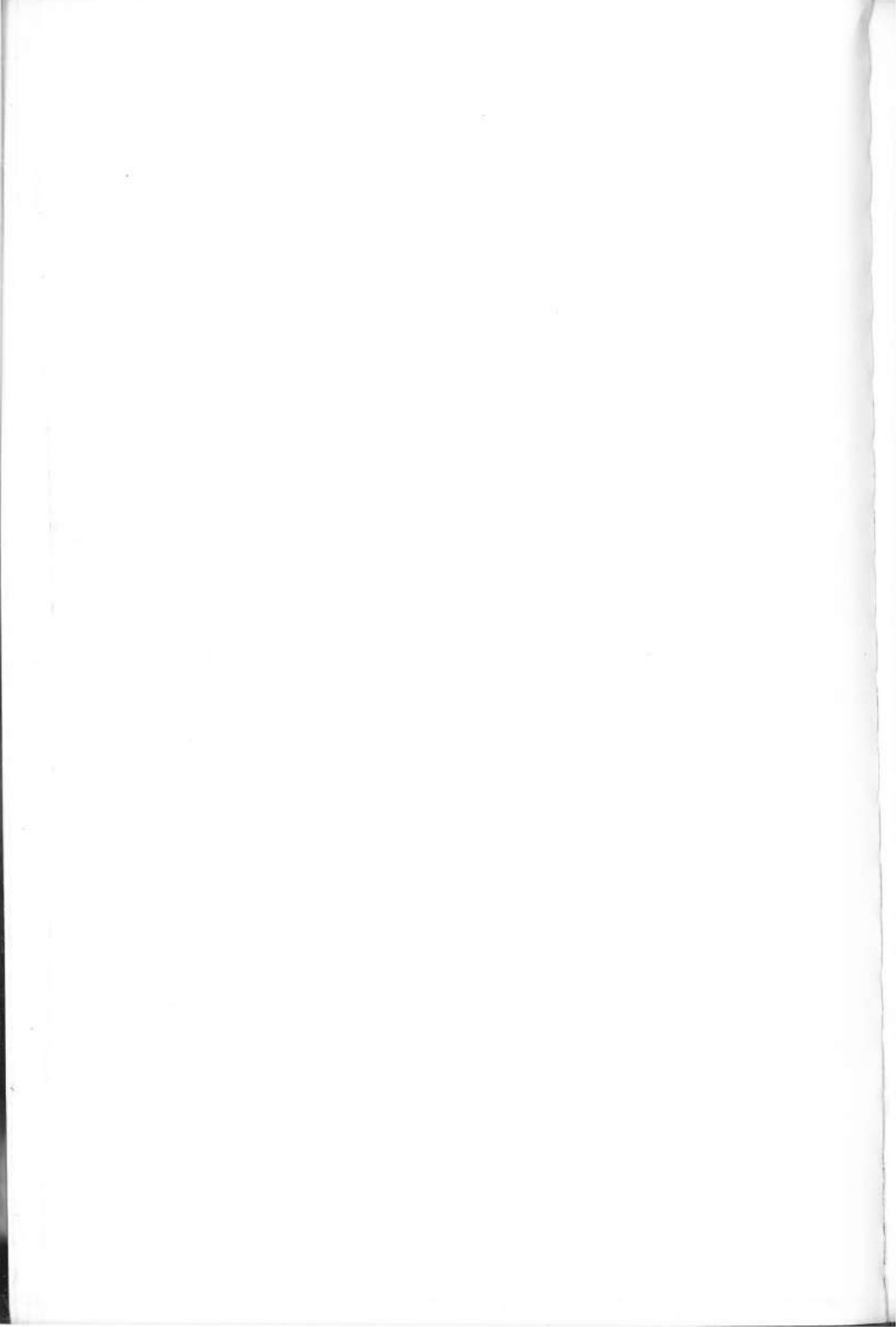
E-mail: bautista@brnet.com.br

J. W. Bautista Vidal e Gilberto Felisberto Vasconcellos

dialética dos trópicos

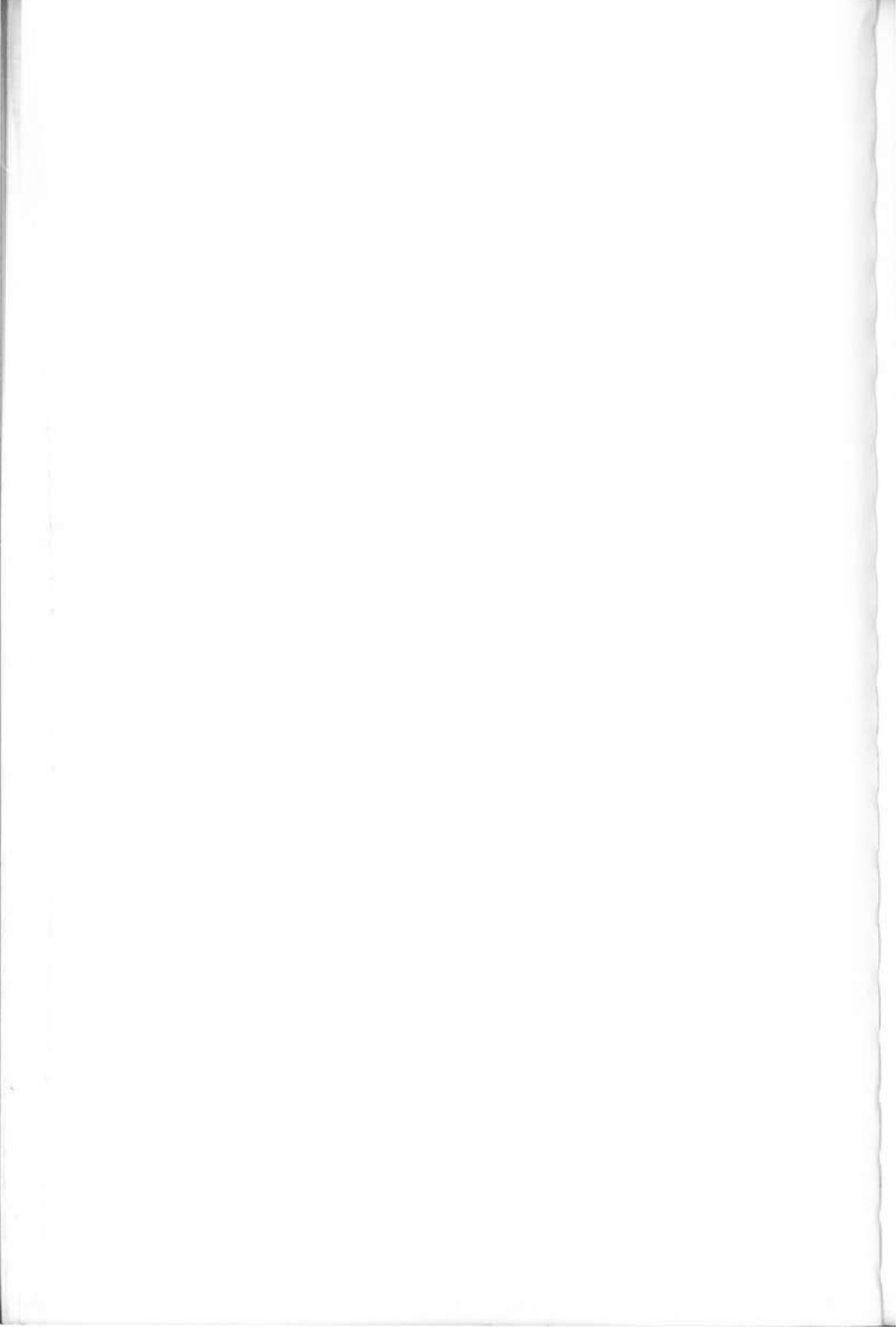
O pensamento colonizado
da CEPAL





ÍNDICE

PREFÁCIO	7
1. ANATOMIA DOS PACOTES TECNOLÓGICOS	11
2. ENERGIA	17
3. BIOMASSA NA ECOLOGIA	53
4. A DIFERENÇA HISTÓRICA ENTRE 1964 E 1979. NOVO COLONIALISMO	69
5. A ESCOLA DA BIOMASSA. POLÍTICA, ECOLOGIA, ENERGIA E PODER NACIONAL. O COLAPSO ENERGÉTICO	87
6. O IDEÁRIO DA CEPAL. POLÍTICA DE AUTONOMIA DA SECRETARIA DE TECNOLOGIA INDUSTRIAL. PACOTES TECNOLÓGICOS E FÁBRICAS DE TECNOLOGIA. A REAÇÃO HEGEMÔNICA EXTERNA. RESERVA DE MERCADO ÀS AVESSAS	97
7. O SOL NA HISTÓRIA DA CULTURA BRASILEIRA	163
8. DA CEPAL AO REAL	171



PREFÁCIO

O mundo, depois da Guerra Fria, tornou-se domínio do capital financeiro. Desde que esse capital estabeleceu a submissão das moedas nacionais ao dólar, como consequência, ficou firmado o predomínio do país emissor e seus limites pela expansão transnacional desse capital com base no dólar. Daí a restrição crescente do poder de competição das empresas dos países ditos periféricos. Assim, por uma espécie de mágica, a moeda passa de "apenas símbolo e instrumento intermediário das trocas internacionais" à categoria de medida de todas as coisas. É evidente que essa mágica importava em prejuízo para os países periféricos, no desejo de seus povos para alcançar o bem-estar, o pleno emprego e, particularmente, a capacidade de decidir seu próprio destino.

Não por acaso, por ação de seus economistas alienados, a submissão das moedas nacionais se define na "âncora" do dólar, em norma inerente ao sistema mundial. Isto é, um dos símbolos mais

significativos da soberania, a moeda nacional, deixa de existir para que a dominação se estabeleça e a submissão se instale, surja e se expanda toda uma ideologia que começa pela aceitação da fatalidade dessa submissão.

Trata-se de uma das mais deslavadas chantagens que o mundo já conheceu. Embora assim proclamada, enquanto fatalidade, por alguns daqueles que a aceitaram, isto é, que se submeteram a tal hegemonia – forma com que pretendem justificar a submissão que assumiram, enquanto dirigentes. Na realidade, não existe fatalidade alguma nesse processo de submissão em escala internacional.

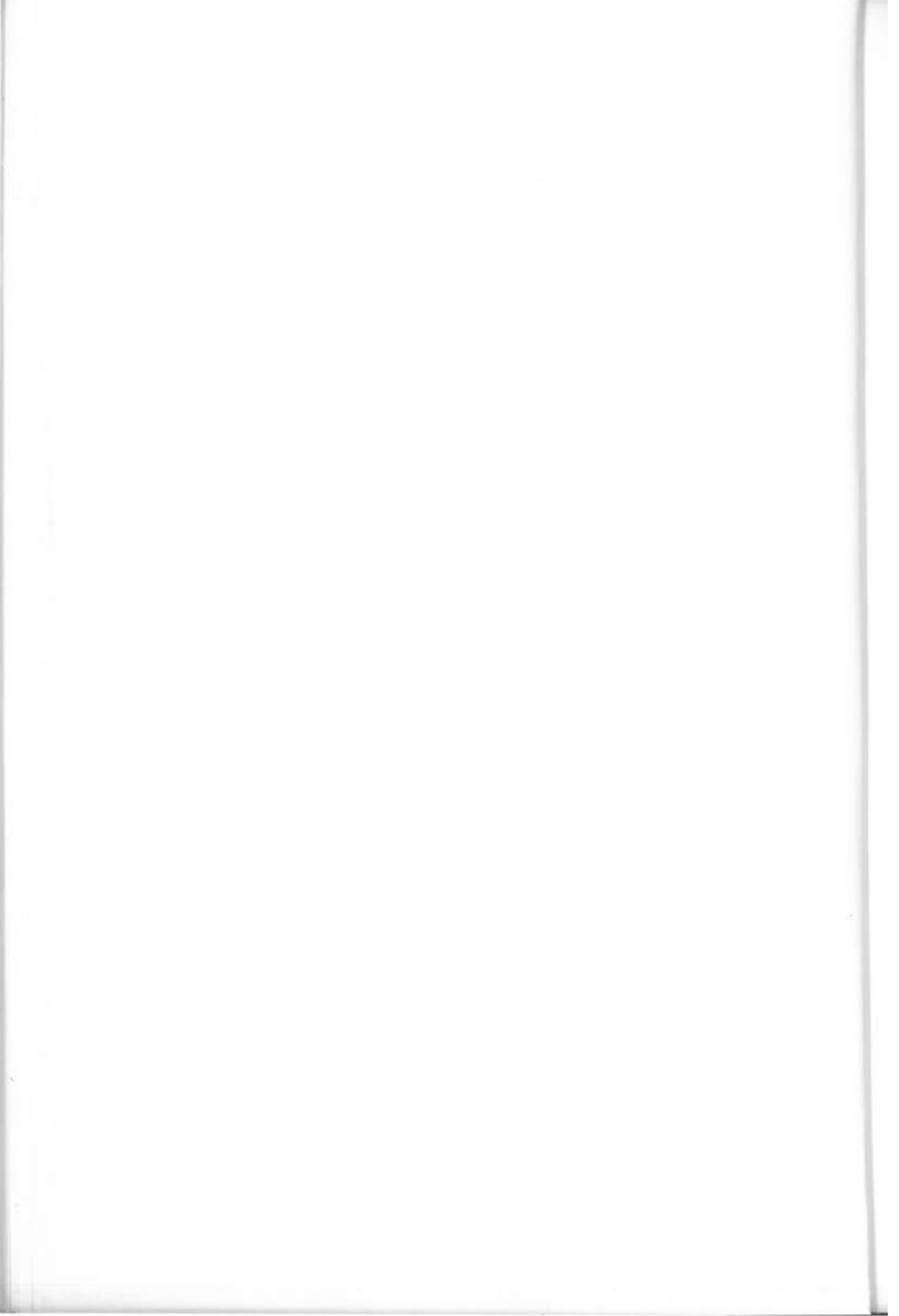
O desemprego que vem atingindo camadas, cada vez maiores dos trabalhadores brasileiros, decorre do chamado Plano Real, e somente dele. Na verdade, o modelo tecnológico dependente dá aos centros dominantes externos, que ditam as políticas, o poder de definir a nossa estrutura produtiva. Perdemos o controle de nosso próprio desenvolvimento. Os seres humanos não são substituíveis, descartáveis como querem fazer crer os neoliberais. Se fosse como eles pregam e aceitam, estaríamos relegados a um nível de barbárie, quando os meios assumem o papel de fins.

A tecnologia é um meio e não um fim. Assim, ela é "atrazada" quando não serve à sociedade a que se destina, ou seja, como diz Bautista Vidal "a tecnologia deve ser julgada quando

inserida nas circunstâncias em que opera". Ela está gravemente comprometida em mercado controlado por número reduzido de oligopólios globais que administram os preços.

A estabilidade do Plano Real – apresentada como proeza – é paga com a exaustão da capacidade interna de investir, a destruição da indústria nacional e até da agricultura. É a tarefa gigantesca e exasperada de destruição do que possuímos de nacional em nós e a aceitação de uma submissão que relega a último plano o interesse do povo, e, no fim de contas, desmontando o nosso patrimônio e destruindo o que temos de melhor, importa em negação da pátria e dos valores que a definem.

Nelson Werneck Sodré



1

ANATOMIA DOS PACOTES TECNOLÓGICOS

O parque industrial brasileiro foi construído com o uso indiscriminado de pacotes tecnológicos agregados fora do País e controlados por grandes corporações estrangeiras.

A dependência externa é consequência do modelo de crescimento financeiro implantado entre nós na segunda metade dos anos 50, inspirado nas idéias desenvolvimentistas da CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, órgão do sistema das Nações Unidas.

A chamada “tecnologia externa” é o principal meio de condicionamento e subjugação, mediante o qual se molda e se controla a estrutura produtiva nacional para subordiná-la a interesses externos. Isso acarreta graves consequências para o desenvolvimento, especialmente em setores estratégicos, com efeitos diretos sobre a educação em geral e as universidades em especial. Essa “tecnologia” engendra novo tipo de colonialismo, que atinge profundamente a estrutura de produção, de modo subjugador, como

jamais imaginou o mercantilismo colonial do século XIX, que operava por ação externa no contexto dos mercados e das alfândegas.

O crescimento industrial medido pelo parâmetro financeiro instalou-se no Brasil e teve por base pacotes tecnológicos externos. Deslocaram-se para o exterior importantes e intransferíveis decisões que afetam a produção e o poder nacionais. Dessa forma, o modelo de crescimento financeiro dependente de pacotes tecnológicos externos é controlado por corporações transnacionais ligadas a nações hegemônicas.

A "abertura dos portos" afastou-nos da primeira "revolução industrial". Hoje, estamos distantes da "segunda revolução industrial" pela origem externa dos pacotes tecnológicos, imposta por esse modelo.

O que equivocadamente designamos como "transferência de tecnologia" não passa de aluguel a ser pago pelo uso de determinada forma de produção, que privilegia as políticas e os fatores produtivos ligados a interesses alienígenas, em detrimento dos fatores e políticas nacionais.

Os executores externos das opções que compõem os pacotes tecnológicos desvalorizam as matérias-primas e a mão-de-obra locais e desprezam as formas energéticas tropicais. Isso cria divisão internacional do trabalho favorável aos países hegemônicos e promove a desvalorização dos fatores nacionais de produção.

Assim, no processo de elaboração dos pacotes, as universidades brasileiras têm papel secundário. São excluídas das decisões de poder e viram meras escolas de terceiro grau. Preparam mão-de-obra para as corporações transnacionais que operam no País. Seus pesquisadores estão desligados dos problemas e das soluções locais, com participação reduzida no processo competitivo. As soluções tecnológicas vêm de fora, das matrizes de corporações estrangeiras. Na realidade, esses pacotes são elaborados em "fábricas de tecnologia", de difícil convivência com modelo dependente.

Nessas condições, damo-nos ao luxo da cópia e da repetição dos equacionamentos importados, quaisquer que sejam as incompatibilidades com nossas realidades naturais e nossos interesses. O livro *Poder dos trópicos*, São Paulo, 1998, inicia análise da nossa alienação energética, ao qual se segue este agora: *A dialética dos trópicos*, que aborda, de forma analítica, a alienação tecnológica na cultura brasileira nos últimos 50 anos, devido ao modelo econômico dependente induzido pela CEPAL.

A ideologia colonialista fundamenta-se, desde o século XVI, em países dirigentes e países subjugados. É o imperativo da divisão internacional do trabalho e do saber: à colônia cabe fornecer matérias-primas, de modo cada vez mais oneroso para si, ao passo que o comando do processo fica com a metrópole.

A primeira Revolução Industrial fez-se com essa ideologia colonialista: as metrópoles são superiores em virtude da raça, do clima e da geografia. É a preparação ao imperialismo fundamentado na transplantação cultural para a colônia dos paradigmas metropolitanos, que supostamente refletem a razão universal.

O apanágio cultural da colônia seria a reprodução mimética dessa razão universal, concebida e veiculada pelas nações metropolitanas. Resulta daí a ótica deformada da visão colonizada que desqualifica a Natureza, o local, o habitat, tudo o que é nacional. Conhecemos no dia-a-dia os dísticos do imperialismo: ajuda externa, capital e investimentos estrangeiros, austeridade fiscal, superioridade tecnológica, sociedades avançadas, etc.

Está em nossa memória histórica a época de Dona Maria I, a Louca, que mandou destruir os três mil teares existentes no Brasil e deu o monopólio da demanda nacional de tecidos à incipiente indústria inglesa. Agora, a globalização repete o gesto da Louca em relação aos países hegemônicos, que pretendem alcançar a plenitude com a ALCA.

De Maria, a Louca, à CEPAL há a diferença da tutela tecnológica. No século XIX, os manuais ingleses do colonialismo, por ignorância e desprezo, estigmatizavam a Natureza brasileira: montanhas altas, rios largos, insetos inumeráveis, calor pavoroso, ventos alísios. Cem anos depois, processou-se a industrialização do País, mas com pa-

cotes agregados no exterior segundo os interesses das nações hegemônicas. Permanece o fenômeno da transplantação, agora centrada na estratégica área tecnológica.

Nos anos 30, a batalha anticolonialista, que girava em torno do petróleo, culminou com a criação da Petrobrás, na década de 50. Depois de 20 anos, com o embargo do petróleo e a implantação do Pró-Álcool nos anos 70, o colonialismo obrigou-nos a ficar atrelados ao petróleo para não darmos o salto energético com a biomassa vegetal. Enfim, antes não existia petróleo no Brasil; agora, não há senão petróleo, a última forma energética possível! *A dialética dos trópicos* abriga ou escancara o conflito das últimas décadas entre os combustíveis fósseis e a energia da biomassa.



2

ENERGEIA

O médico Miguel Ozório de Almeida, em 1916, desenvolvia estudos, na área biológica, sobre a conservação de energia e sobre teoria do trabalho muscular. Amigo de Silva Mello, freqüentador de sua casa no Cosme Velho, onde aparecia para tocar Wagner ao piano, Miguel Ozório de Almeida foi um dos fundadores, com seu irmão Álvaro, do Instituto de Manguinhos, atual Fundação Oswaldo Cruz.

Os irmãos Ozório de Almeida são iniciadores da Fisiologia experimental do Brasil. Com interesse pelo estudo das sensações e do sistema nervoso, Miguel Ozório colocou em pauta as manifestações do organismo vivo, quer pelo calor quer pelo trabalho mecânico produzido pelos músculos. Assim, no começo do século XX, estudava-se no Brasil a relação direta da energia química do organismo, cuja origem são os alimentos, com o trabalho humano.

Miguel Ozório de Almeida chama-nos a atenção para o fato de que "a energia que o organismo

vivo tem à sua disposição é a energia química contida nos alimentos”.

Energia, trabalho, alimentação e trópico – eis os assuntos versados pelo fisiologista Miguel Ozório que, em 1915, defendia tese acerca das “Bases experimentais para a determinação dos vestuários nos climas quentes” e antecipava brilhantes sacadas sociológicas de Gilberto Freyre, Luís da Câmara Cascudo e Silva Mello.

Evocamos aqui o eminente geólogo mineiro Marcello Guimarães de Mello, para quem o trópico ainda continua sendo enigma. Ele sublinha o fato de que o conhecimento acerca dessa região geográfica do planeta só foi possível graças ao aparecimento dos remédios e ao progresso da Medicina na cura das doenças tropicais. Isso não teria mais que 50 anos, sem se descartar a importância de autores anteriores.

Não partilhamos da opinião de que o homem brasileiro seja um “naturófobo”. Colhemos esta palavra na horta do grande Monteiro Lobato. Foi na década de 50 do século XX que se deu a descoberta de agentes bacterianos para o combate à imensa variedade dos microorganismos tropicais. A Medicina combinou imunização com inseticidas e conseguiu vencer doenças tropicais: a malária e a febre amarela. A partir daí, desapareceram as razões para a demonização dos trópicos, as quais solapam nossas potencialidades e realidades naturais.

As mesmas razões que contribuíram para essa demonização e justificaram a não-ocupação por longo período de grande parte do *hinterland* do continente brasileiro produziram e continuam produzindo abundância de vida e de riqueza nessas regiões. A maior parte da população, devido às adversidades naturais decorrentes da abundância de vida, concentrou-se na região costeira.

Em *Sociologia do açúcar*, Luís da Câmara Cascudo, ao referir-se aos milagres do ácido ascórbico, tece elogios ao caju, o tônico dos escravos exaustos pelo cativeiro. "Combustível humano para o açúcar" – é assim que Câmara Cascudo concebe o trabalho no Brasil Colônia. "Branco não trabalha, manda o preto trabalhar". O açúcar é o negro, enquanto o indígena é o mel. Ninguém estudou tão profundamente a alimentação do negro escravo.

O que trouxe o europeu para o Brasil foi o ibirapitanga, o pau-brasil. Valorizou-se o negro como mão-de-obra e arredou-se o indígena, que não entrou na produção do açúcar.

De acordo com Luís da Câmara Cascudo, antes da produção açucareira, vivemos a "proto-história social" do brasileiro.

Foi pelo açúcar que se processou a transformação do negro africano em negro brasileiro. Açúcar, produto de planta cultivada. Para Cascudo, "esse carboidrato é o mais perfeito alimento ternário, intervindo pelo suco intestinal, passa inteiramente à

economia orgânica, comunicando ao sistema muscular grande resistência à fadiga". É a energia que permite ao músculo trabalhar. A rapadura vem infalivelmente associada, como "conúbio energético".

Nessa anatomia sociológica do açúcar, Cascudo ironiza o historiador Capistrano de Abreu, para quem nossa lavoura só alvejara o *post-prandium*, a sobremesa. Capistrano, diz Cascudo, esquecera da mandioca, "criadora do Brasil".

Depois de 63 anos no estudo do açúcar, Luís da Câmara Cascudo compara-o à mineração, que foi "cometa fulgurante" em Minas Gerais com os catadores de pepitas. "Desabando o cenário do ouro e dos diamantes constata-se que o repertório constava unicamente de dramas e sátiras, Inconfidências e Cartas Chilenas. O ciclo do ouro está ausente da imaginação brasileira. Nenhum documentário em versos anônimos, em melodias invocadoras, em anedotário sugestivo. Foi uma festa rica, sarau régio, iluminado de luz vermelha, atordoante e breve. Luz de forja e de incêndio".

O exuberante universo vegetal brasileiro teve primazia indiscutível nos primórdios do nacionalismo brasileiro. Da mesma forma, Getúlio Vargas, ao despontar na nossa história no início do século XX, chamou a atenção para a presença do minério de ferro, cuja abundância entre nós não impedia, contudo, a importação de enxadas e machados, tanto que o projeto de Getúlio era transformar em aço o ferro do nosso subsolo.

É mister realçar que a Escola da Biomassa – grupo de cientistas e engenheiros que legitimou a opção por formas renováveis de energia de origem vegetal das regiões tropicais – traz abordagem específica e inovadora na interpretação da história do Brasil colocando a energia na trama do colonialismo e da libertação: *Petrobrás, um clarão na História*, Brasília, 2001.

Quase dez anos depois de criado o Pró-Álcool, é publicado nos Estados Unidos o livro *O ponto de mutação*, do físico Fritjof Capra, no qual o crepúsculo dos combustíveis fósseis aparece conectado à emergência do paradigma vegetal ancorado na energia solar: “Os combustíveis fósseis – carvão mineral, petróleo e gás natural – têm sido as principais fontes de energia da era industrial; quando se esgotarem, essa era chegará ao fim (...)”. Segundo ele, esses combustíveis estarão esgotados por volta de 2300, mas os efeitos econômicos e políticos desse declínio já estão sendo sentidos. (Capra refere-se naturalmente ao esgotamento do carvão mineral, porque o petróleo tem poucos decênios de sobrevida. Nota dos Autores.) “A presente década será marcada pela transição da era do combustível fóssil para a era da energia renovável oriunda do sol. Essa mudança envolverá transformações radicais em nosso sistema econômico e político.”

O ocaso do combustível fóssil petróleo mantém relação direta com o declínio do patriarcado, de modo que a ascensão da biomassa estará vincu-

lada à emergência cultural feminina e à mudança na maneira de encarar a Natureza, diferentemente do que fizeram o Iluminismo e o marxismo. Na linguagem de Capra, dir-se-ia que o petróleo é *yang*, macho, enquanto a biomassa é *yin*, fêmea. Trata-se de racionalismo antierótico: a superestrutura cultural dos combustíveis fósseis está marcada pela influência das atitudes patriarcais.

“A exploração da Natureza tem andado de mãos dadas com a das mulheres, que têm sido com ela identificadas ao longo dos tempos. Desde as mais remotas épocas, a Natureza - especialmente a terra - tem sido vista como nutriente e benévola mãe, mas também como fêmea selvagem e incontável. Em eras pré-patriarcais, seus numerosos aspectos foram identificados com as múltiplas manifestações da Deusa. Sob o patriarcado, a imagem benigna da Natureza converteu-se numa imagem de passividade, ao passo que a visão da Natureza como selvagem e perigosa deu origem à idéia de que ela tinha de ser dominada pelo homem.”

Mostramos em *Poder dos trópicos* a presença deletéria das corporações transnacionais do petróleo interferindo nos rumos da história do Brasil. Por ter demolido o velho tabu da inexistência de petróleo entre nós, Getúlio Vargas foi arrebatado do poder. Citou ele explicitamente a Petrobrás na trágica *Carta-Testamento*, de modo que, com a era Vargas, a questão energética converte-se no principal pivô da nossa história.

Petrobrás e Eletrobrás. A criação de empresa estatal de energia está no cerne da história do Brasil a partir de meados dos anos 50. Os elementos decisivos, responsáveis pelo fim do governo Vargas, foram as corporações transnacionais de energia, especialmente as de petróleo.

Verifica-se, com espanto, que, quase 50 anos mais tarde, desapareceu da opinião pública a memória política de Getúlio Vargas, principalmente com a implantação da videosfera e do neoliberalismo de FHC. A TV brasileira nasceu como reprodução ampliada de um fluxo antinacional sob a égide do cacique "hollywoodizado" Assis Chateaubriand, não obstante ter produzido anedotário sertanejo, pitoresco e bajulador para inglês ver em torno de "nacionalismo" debochado. O dono dos Diários Associados, em atitude emblemática e típica dos proprietários da grande mídia, conspirou para a derrubada do governo Vargas a soldo das transnacionais, sob orientação da CIA. Daí oferecer de mão beijada sua TV para o "transe de direita do pastor protestante" Carlos Lacerda investir contra o jornalista Samuel Wainer.

Na seqüência, com sua estética antinacional, as telenovelas se empenharão com esmero para erradicar da memória brasileira a obra de Getúlio Vargas. Por outro lado, os livros didáticos de História nas escolas, junto com algumas vozes do PT, a partir de 1979, irão tentar persuadir a juventude a esquecer esse "exu baixo-astral" do nacionalismo

brasileiro, estigmatizado de autoritário, de fascista, de líder burguês. O fato irrecusável é que, em 1954, todos os jornais, do Rio Grande do Sul ao Amazonas, pregavam a cruzada antinacionalista por causa da política de emancipação energética de Vargas, o que revela como a criação de empresa autônoma de energia determinou os rumos da nossa história.

Em contrapartida, foi no período militar (1964-1985) que a Petrobrás, Vale do Rio Doce, Eletrobrás e demais empresas estratégicas consolidaram-se, ganharam dimensões mundiais e constituíram-se na espinha dorsal do nosso modelo econômico. Enquanto isso, os tecnocratas atuavam como agentes do sistema financeiro de controle externo e impunham-nos modelo dependente antinacional pela via tecnológica. A mídia conduzia a opinião pública em direção à ausência de autoestima nacional.

Não foi por acaso que o governo Geisel retomou em parte o modelo de desenvolvimento nacional de Getúlio, o que levou Henry Kissinger a advertir, em 1978: "É intolerável para os norte-americanos outro Japão ao sul do equador", referindo-se ao Brasil.

Companhia Siderúrgica Nacional. Vale do Rio Doce. Petrobrás. Aí se deu o desfecho do governo de Getúlio Vargas. Foi derrubado pelas corporações transnacionais desses setores. **Os interesses energéticos do imperialismo ianque é que**

orientam ideologicamente os coveiros da era Vargas, mesmo depois de 1954, de 1964 e de 1979. Neste caso, com a destruição do programa da biomassa, o que coincidiu com a consolidação do capitalismo videofinanceiro – o lado entreguista do período militar –, que inacula e reproduz a alienação energética na sociedade brasileira e estabelece a tirania financeira do dinheiro falso e do controle externo.

Para dar continuidade ao desiderato de Getúlio Vargas, o trabalhismo nacionalista brasileiro necessitará colocar, no âmago de sua doutrina, os fundamentos energéticos da biomassa tropical. Nas décadas de 50 a 70, o epicentro da história política do Brasil foi o petróleo – nisso a era Vargas foi fundamental. Após o embargo do petróleo e a solução energética tropical do Pró-Álcool, no governo Geisel – que deu continuidade ao nacionalismo de Getúlio –, emerge de modo claro a forma energética renovável e limpa de origem solar, tornada prática e extensiva pela fotossíntese nas plantas tropicais.

Logo em seguida à implantação do Pró-Álcool, iniciado formalmente em setembro de 1975, como consequência da batalha anticolonialista de substituir os derivados de combustíveis fósseis, especialmente o petróleo, por combustíveis renováveis e limpos, surgiu a Escola da Biomassa para garantir que mãos nacionais fizessem a apropriação e o controle dessa forma extensiva e permanente de energia.

Os fundamentos filosóficos, culturais e políticos dessa escola, apoiados na aplicação aos trópicos de ciência não-colonizada, foram consubstanciados no documento *Energia da biomassa: alavanca de uma nova política industrial*, de agosto de 1986, elaborado por J. W. Bautista Vidal, engenheiro e físico, então titular da Secretaria de Tecnologia Industrial – STI, Sebastião Simões Filho, engenheiro químico, Sérgio de Salvo Brito, engenheiro nuclear, e Marcello Guimarães de Mello, geólogo. Aquele documento foi editado pela STI no governo de José Sarney, que não deu sequência às propostas formuladas. Na realidade, essa administração federal acabou com o desenvolvimento da alternativa energética tropical brasileira desmontando a STI e desativando seus programas. Esse processo destrutivo, iniciado no governo do presidente Figueiredo, foi consequência do veredicto de Henry Kissinger, nos finais de 1978.

A análise do trabalho da Escola da Biomassa foi atualizada no recente livro *Biomassa, a eterna energia do futuro*, editora SENAC, São Paulo, 2001, de Gilberto Felisberto Vasconcellos.

O jornalista José Augusto Ribeiro, na excelente trilogia sobre a Era Vargas, adverte que o imperialismo norte-americano não suportou a perspectiva de um “Brasil energético e ameaçador”, inclusive com a possibilidade do programa de energia atômica, já que somos dotados de minerais estratégicos como o tório, nióbio, tântalo e

manganês, elementos cobiçados pela indústria nuclear.

Evidentemente, com a potencialidade da biomassa, abria-se a possibilidade de o Brasil, com o fim da era do petróleo, tornar-se o grande fornecedor energético do futuro.

Se não tivesse ocorrido o fatídico episódio de agosto de 1954, não seria descabido aventar a hipótese de que teríamos antecipado a experiência energética da biomassa tropical como desdobramento da política nacionalista, o que descartaria, já naquela época, o caminho insano da energia nuclear na terra do sol. Na realidade, a grande batalha que a era Vargas travou foi em função do petróleo, que estava em condições bastante diferenciadas daquelas de setembro de 1973, com o embargo pela OPEP, quando se evidenciou o seu ocaso.

A Escola da Biomassa tem o inegável mérito de acentuar que a escravidão do negro no Brasil foi projeto energético de trabalho muscular, ao qual Oliveira Viana acrescentaria a mula ao focalizar o tropeiro errático: projeto energético e colonial de produção de trabalho vinculado ao latifúndio para abastecer o mercado externo, aquilo que Darcy Ribeiro denominou "moinho de gastar gente". Esse projeto energético – ou essa empresa escravocrata – vincula-se ao latifúndio e até hoje permanece, de modo profundo, na inserção colonial do País. Lembremo-nos de que as condições de vida do es-

cravo, de certa maneira protegido pelo seu senhor, não eram inferiores às dos operários assalariados da fase da industrialização, forma de escravidão sem a proteção do senhor ou do Estado, que somente a legislação trabalhista de Vargas viria suavizar. FHC, com a destruição da CLT, está querendo fazer o trabalhador brasileiro voltar a ser escravo.

O vegetal cana-de-açúcar – excepcional conversor energético – foi a matéria-prima do engenho escravocrata que adoçou a boca do europeu com forma nobre de energia. Depois do engenho, veio a usina, com o trabalho assalariado. Na historiografia brasileira, o que sobressaiu, em relevo quase exclusivo, foi o espectro do trabalho escravo. A denúncia da produção econômica escravista deixou nódoa pejorativa na compreensão da natureza dos trópicos. Estes foram vistos como regiões inabitáveis por estarem infestados por amplo espectro de microorganismos, fungos e outros seres adversos à saúde humana. Assim, o que veio à consciência foi o registro do regime de propriedade e do trabalho, mas não a percepção da imensa potencialidade energética coexistente com a natureza tropical. O que prevaleceu na representação intelectual foi antes o *socius* na relação de trabalho do que o contorno do meio físico como doador energético, não obstante a tradição literária seduzida pelo paraíso terreal de Caminha, Vespúcio, Gandavo, Gabriel Soares, Humboldt e Ferdinand Denis.

É preciso dizer também de seu avesso, que é a condenação da exuberante vida vegetal nos trópicos e o infortúnio que cerca o *homo brasiliensis*, tendência que será responsável pela não-valorização do que a flora e a fauna tropicais oferecem de calórico e protéico, segundo informa Angione Costa em seu clássico *Introdução à Arqueologia brasileira*, Brasileira, São Paulo, 1980.

Opor-se à desqualificação dos trópicos não deixa de ser tarefa intelectual revolucionária nos melhores autores brasileiros, a exemplo do médico, etnólogo e romancista Gastão Cruis, em *Hiléia amazônica*. Na obra, ele sublinha as características próprias da "floresta pluvial equatorial, à qual Humboldt e Bonpland aplicaram, pela primeira vez, o nome de "hiléia". Hiléia na acepção de bosque, como aqueles de que fala Heródoto em *Melpômene*.

Na década dos anos 40, no Departamento de Fisiologia da Faculdade de Medicina da USP, Moura Campos defendia o mesmo ponto de vista de Marcello Guimarães acerca da adubação orgânica, como excelente fertilizador que produz aumento da colheita, e do valor nutritivo das plantas hortensens, como se constata em "O problema da horta nos centros urbanos", In *Hospital*; revista mensal de Medicina, São Paulo, 1941. Interessado no valor energético dos alimentos tropicais, Moura Campos não poupa encômios ao amendoim, a castanha de planta da família das papilionáceas, riquíssima

em proteína. Trata-se do excepcional valor energético dos carboidratos tropicais.

Se os amerabas desconheciam o uso de metais, por outro lado, não nos esqueçamos do extraordinário complexo cultural da mandioca, até hoje alimento básico do homem brasileiro, estendido a todo o Terceiro Mundo.

O índio é comedor de mandioca – especialmente, na forma de farinha – e de suas folhas, possuidoras de elevado teor de proteína. Com ela, prepara a conhecida maniçoba, do Norte e Nordeste do Brasil. O próprio leite da mandioca seria aproveitado no tucupi, tão apreciado pelas gentes da Amazônia. Segundo Gastão Cruls, o beiju é o verdadeiro pão dos índios. Curiosamente, a mandioca, rainha do Brasil, *universale brasiliensium alimentum*, é euforbiácea de ocupação exclusivamente feminina: da roça à maloca. Os nutricionistas já mostraram, por dar razão a Silva Mello, que a mandioca é alimento mais rico do que o trigo, considerado cereal “nobre”.

A história do Brasil, de acordo com Luís da Câmara Cascudo, seria inimaginável em volume de calorias sem farinha de mandioca, água e rapadura. As raízes que fizeram o Brasil são mandioca, macaxeira e aipim. A fome não estava aqui com os índios e nem se diga que ela tenha sido trazida pelos portugueses.

Professor de Fisiologia da Faculdade de Medicina do Recife, Nelson Chaves mostrou na Im-

prensa Oficial (Recife, 1948), num ensaio intitulado *A sub-alimentação do Nordeste brasileiro*, que os índios habitantes do Brasil eram fortes e alimentavam-se muito bem, ao contrário do que se observa com o homem do povo na contemporaneidade.

Nelson Chaves põe a culpa no processo de colonização, que, para abastecer os mercados externos com determinados produtos, como o açúcar do Nordeste e a borracha do Amazonas, deixou ao deus-dará a agricultura de subsistência. O que conta nesse esquema colonialista é menos o consumo nacional do que as conjunturas do comércio exterior. As políticas que priorizam as exportações são essencialmente coloniais. Elas ignoram que o caminho que favorece o desenvolvimento pleno dos povos é a prioridade máxima ao mercado interno. As exportações justificam-se apenas com os excedentes. Todos os países que deram certo seguiram esse roteiro. Na colônia, a vida da comunidade local não é importante: a prioridade é para as exportações que criam dependências e que levam à perda de soberania, à subjugação econômica e à pobreza da população. O tratado de Methuen, que condicionou Portugal a exportar azeite de oliva e vinho do porto para a Inglaterra, transformou aquele então extraordinário país em colônia inglesa.

Nelson Chaves aborda a fome como decorrência do colonialismo. O esplendor das exporta-

ções de açúcar estimulou dois males terríveis: o latifúndio e a monocultura. O objetivo principal era o mercado externo. Na sequência, surgiu a usina asfixiando as pequenas propriedades, a agricultura de subsistência, os pomares e a criação de animais. A cultura extensiva da cana-de-açúcar acabou por destruir as matas, por secar os rios e diminuir as chuvas. O colonialismo engendrou a destruição das florestas tropicais, usadas para gerar calor na produção de açúcar, sem proceder à sua necessária renovação. As florestas são renováveis e excepcionais conversoras de energia solar nos trópicos. Deveriam ser fundamento de riqueza permanente, desde que não fossem simplesmente devastadas, mas, sim, renovadas para funcionar como permanentes conversores de energia solar em energia de uso, isto é, fonte de trabalho e de riqueza.

Na linha de Josué de Castro, o nutricionista Nelson Chaves concorda que a cana-de-açúcar foi autofágica devorando tudo que se encontrava a seu redor. É sintomático que excepcional conversor de energia solar transforme-se em autofágico pelas exigências colonialistas de servir para abastecer o mercado externo. Essas estúpidas visões coloniais, confrontadoras das práticas apoiadas na Ciência, têm norteadado nossas políticas econômicas e converteram a classe dirigente brasileira em uma das mais nefastas entre as que são conhecidas em terra de grande fartura.

É curioso como Nelson Chaves está preocupado em desqualificar o argumento segundo o qual nosso clima seria prejudicial à presença humana "civilizada", embora sua ênfase recaia na monocultura latifundiária, que gerou a monotonia alimentar. A cana-de-açúcar sob o regime do colonialismo, eis o objeto da análise de Nelson Chaves, a qual critica o subproduto da indústria do açúcar, a aguardente, cujo alto valor calórico compensa o estado de desnutrição, mas gera o alcoolismo. Estimulante neuromuscular, a cachaça é comparada ao ópio dos chineses. A crítica de Nelson Chaves incide no sistema colonial de cultivo da cana-de-açúcar, a qual poderia transformar em deserto a região nordestina pela inadequação das práticas agrícolas.

Ao permitirmos a promiscuidade do processo natural de armazenamento da energia solar na sacarose e em outros hidratos de carbono com os artifícios de falsas teorias ditas "econômicas" e com hábitos coloniais, provocamos ruptura artificial e perversa no fluxo que poderia ser contínuo e extenso de transformação da energia eletromagnética solar em energias químicas, na forma de alimento – o açúcar – ou na capacidade de produção de trabalho mecânico: o álcool motor (álcool etílico).

O desvio do adequado aproveitamento desse fluxo solar permanente tem tudo a ver com a estupidez e a ignorância das políticas que o promovem. Esses conversores vegetais de energia e

as excepcionais circunstâncias naturais tropicais são assim ignorados, com grave malefício para todos.

Nelson Chaves escrevia no início da década de 40, mas caberá cotejá-lo com o geólogo Marcello Guimarães, 30 anos depois, quando se ocupa do carvão vegetal e da aguardente em Minas Gerais, o que pode servir para comparar os trabalhos de nutricionistas e fisiologistas com a abordagem dos trópicos sob o ângulo da Escola da Biomassa, a partir da década de 70. Leve-se em conta que Marcello Guimarães é exímio exegeta do rio São Francisco e do que este representa para a região nordestina. Diferente do que proporá a Escola da Biomassa na segunda metade dos anos 70, Nelson Chaves considera os climas tropicais como causadores de sérias restrições ao homem. Para isso, cita amiúde desconhecido autor chamado Gouru, que escreveu *Les pays tropicaux*, no ano de 1947.

A advertência é de Luís da Câmara Cascudo, em *História da alimentação no Brasil*: "A fome não levaria o atrevimento lusitano a criar a mais ousada das histórias marítimas do mundo. Olhem as fisionomias dos barões assinalados, em perigos e guerras esforçadas e digam se tal gente ignorava proteína de qualquer origem ou vitaminas de qualquer letra. Vêm fixar-se durante 322 anos na imensidão do Brasil. Seria esforço para subnutridos e carentes de calorífica energia batalhante?"

Outro ilustre precursor da Escola da Biomassa no campo da alimentação é o médico Silva Mello,

autor de vários tratados escritos desde meados da década de 40. Era batalhador do consumo do cardápio indígena: milho, arroz, mandioca, batata doce, inhame, cana, rapadura e de sua utilização nas broas, biscoitos, angu, tapioca, a fim de que estes substituíssem o pão europeu.

Em vez da importação de trigo, eis o grande lance: mandioca e milho para o povo. Escreve Silva Mello: "O angu ou polenta, cozido ou frito, é alimento de primeira ordem e que precisa ser comido em abundância, se possível todos os dias, em todas as refeições. O aipim e a farinha de mandioca crua, torrada ou em pirão, associados ao arroz e ao feijão tornam-se alimentos esplêndidos, até melhores que o pão, sobretudo o branco".

Silva Mello foi um dos primeiros autores a defender a inclusão da soja na geografia alimentar do brasileiro. Elogiava essa papilionácea, inclusive como adubo para o solo. E mais: também como combustível de automóvel, em lugar do óleo diesel. Sobre a afinidade da soja com o clima quente, assinala esse extraordinário precursor, na Medicina, da Escola da Biomassa, cujos conhecimentos em agricultura são realmente espantosos: "Não é por outra razão que os vegetais oleaginosos são mais próprios das regiões de clima quente, diminuindo até o seu teor de gordura quando cultivados em zonas mais frias". Eis a excelência dos coletores vegetais de energia, posta em relevo pelo grande médico: "O aproveitamento e armazena-

mento da energia solar constituem o segredo de toda a vida vegetal e nas substâncias gordurosas é que eles se processam com maior intensidade, dado o elevado valor energético que elas possuem".

São raros os momentos na história da inteligência brasileira em que se reconhece a exuberância da energia da Natureza nos trópicos, cuja existência é anterior e independente do regime de trabalho, seja escravista ou assalariado, embora o sistema de propriedade social condicione o modo da apreensão energética.

Na história do Brasil, a tração animal, a força muscular, o trabalho escravo, o barco a vela, o moinho de vento perduraram até mesmo depois da máquina a vapor (1765), movida a carvão mineral.

Tendo em vista que a indústria mundial do petróleo data de 1860 e que o uso da eletricidade pública é de 1880, foi admiravelmente pioneira a experiência industrial de 1850 do barão de Mauá, sufocada pelos interesses ingleses. Por isso, ficamos afastados desses avanços durante muito tempo. Somente depois da revolução de 30 é que entramos em sintonia com o combustível industrial, o petróleo, e mesmo assim de modo contraditório e dramático, como revelam a batalha do "petróleo é nosso" e a criação da Petrobrás, nos anos 50, cujo corolário foi o suicídio do presidente Vargas, em 1954.

As etapas evolutivas do percurso energético na sociedade brasileira indicam a longa permanência do "combustível" muscular escravo e da mula.

A grande propriedade perdurará ainda mais, quase até o século XX, quando se dá a substituição desses motores pelo trabalho assalariado (que é também forma de trabalho escravo) e pelas formas industriais de eletricidade. Isso coincide com a época em que se configura mundialmente a estrutura monopólica do capitalismo em sua fase imperialista, centrada no dólar, no petróleo e no carvão mineral.

É arriscado afirmar que, por si só, a mudança do padrão energético tivesse representado fator de avanço e de progresso da sociedade, a qual manteve a grande propriedade latifundiária no curso da máquina a vapor, do carvão mineral, do petróleo e da eletricidade. Não nos esqueçamos do dado essencial de que a mudança do padrão energético não alterou os mecanismos coloniais de inserção do País no quadro do capitalismo mundial.

É nesse contexto que surge, do ponto de vista teórico e prático, a Escola da Biomassa, ancorada na produção de energia renovável, ecologicamente limpa, capaz de manter um sistema econômico auto-sustentável. É evidente que, na gênese dessa escola de pensamento sobre os trópicos, contou sobremaneira o embargo do petróleo no início da década de 70. Contudo, daí não se infira que essa reflexão tecnológica e energética não teria vindo à tona se não tivesse havido a crise mundial do petróleo. Não fosse essa escola de pensamento, não seria possível ao País resistir às pressões da estrutura de poder mundial

com vistas a impedir fosse levada avante a potencialidade energética tropical brasileira.

Nossa situação – grande dificuldade de importar petróleo, cerca de 70% à época, a preços crescentes – criou condições apropriadas para se pensar em soluções energéticas nacionais.

O principal mérito do grupo de brasileiros criadores da Escola da Biomassa foi ter enfrentado com oportunidade e grande competência os tecnocratas da área financeira – internos e externos, sempre contrários a soluções nacionais inovadoras –, ter mexido com a mentalidade colonial reinante e desafiado o poder mundial do petróleo. A Escola da Biomassa é formada por pensamento que amalgama energia e tecnologia, inicialmente nas esferas regional e nacional, e tem por objetivo projeto de soberania para o Brasil.

Como o propósito político principal era a substituição do petróleo importado, na gestação do Programa Nacional do Alcool estava implícita a substituição do óleo diesel obtido do petróleo por óleos vegetais – a exemplo do dendê, girassol, amendoim, etc. –, cujo valor nutritivo e vitamínico havia sido posto em relevo pelo médico F. A. Moura Campos, do departamento de Fisiologia da USP, que sublinhou também, na década de 40, o efeito medicamentoso desses óleos.

Vale a pena citar a experiência do centro-oeste mineiro em 1983 relatando as atividades coordenadas pelo geólogo Marcello Guimarães, com

o suporte da Secretaria de Tecnologia Industrial. O que importa é realçar o escopo do projeto de produzir riqueza para determinada região valendo-se de tecnologias apoiadas em condições próprias, contrapondo-se ao desenvolvimento patológico com fontes de abastecimento externas, que reproduz na microesfera regional a internacionalização da economia do País.

Esse roteiro de política tecnológica deveria ser seguido pelos municípios brasileiros como demonstração de que não é preciso esperar por transformação macroestrutural para tomar determinadas iniciativas em favor do bem-estar da população em âmbito regional.

É possível realizar determinadas experiências de autonomia energética e tecnológica – descolonização cultural –, como indicadas a seguir, que servem para mostrar como seria um projeto de valorização das características locais, regionais ou nacionais, sem prejuízo de destaques, ajustes e acréscimos:

- Inibir importações (tecnologias, bens, serviços, etc.);
- Adotar tecnologias simples, que valorizem fatores abundantes locais;
- Incentivar formas associativas (cooperativas, associações de vizinhos, de produtores, etc.);
- Reter a poupança da região;
- Evitar a importação de tecnologias que criem dependências desnecessárias de outras regiões

e países, tendo em vista a valorização comparativa dos fatores regionais de produção, especialmente o trabalho da população local;

- Consumir adubos, rações, sementes e defensivos produzidos na região;

- Enfatizar a adubação orgânica e os corretivos de fósforo, potássio, calcário calcítico e dolomítico produzidos na região;

- Utilizar equipamentos produzidos pela indústria local;

- Desestimular o consumo de hortifrutigranjeiros vindos de fora da região mediante a concessão de incentivos aos produtos locais;

- Garantir ou completar a auto-suficiência energética produzindo álcool, óleos vegetais, carvão vegetal e lenha necessários ao consumo. Complementar a energia elétrica de origem hidráulica com termoeletricas que utilizem florestas energéticas e rejeitos agrícolas. Excluir disso carvão mineral e gás de petróleo, especialmente de origem externa;

- Usar, de modo sistemático, capitais locais e criar mecanismos para reter na região rendas e economias;

- Criar o maior número possível de postos de trabalho, em especial nas áreas agrícolas, pela utilização, se necessário, da tração animal e do trabalho braçal;

- Valorizar as florestas e o meio ambiente.

O processo de transformação energética é dinâmico: de energia radiante solar em energia quí-

mica vegetal e celular e destas em energia mecânica, térmica, elétrica, etc. O homem não cria energia, mas pode transformá-la.

Os cientistas da Escola da Biomassa sabem que a percepção da virtude cívica e civilizadora da energia vegetal não requer necessariamente a aprendizagem dos princípios da Termodinâmica e das leis da Física. Arriscaríamos dizer que o grau de persuasão da biomassa está diretamente vinculado à sua conversão em fartura de alimentos, ou seja, a compreensão da dimensão energética da biomassa far-se-á pela comida. Assim, mostra-se que a solução para a fome encontra-se no modelo de desenvolvimento da biomassa. Seu símbolo – ou logomarca – poderia ser a mandioca, planta de alto valor nutritivo originária do Brasil, com cerca de mil e quinhentas variedades identificadas. Ela contém amido nas raízes, do qual se produz o álcool, e apresenta elevado teor (27%) de proteínas nas folhas.

A Natureza, que nos circunda, reúne condições para promover a fartura, mas o povo passa fome e a sua causa é o colonialismo e seus desdobramentos. É preciso compreender que no decurso do tempo colonial fomos desvinculados do espaço dos trópicos. O marxismo se esforça para desnaturalizar o fenômeno da fome e do subdesenvolvimento retirando-os da órbita da causa climática. A maioria dos autores marxistas acaba por eludir a Natureza em função da ênfase nas rela-

ções sociais de trabalho. Resulta daí a pouquíssima frequência do vocábulo "trópico" nos discursos marxistas, como se o trópico fosse ardil mistificador ou dispositivo opressor.

Em 1945, após refundir e acrescer de novos capítulos *Brasil: uma interpretação*, Gilberto Freyre publicou em 1959, nos Estados Unidos, o livro intitulado *New World in the Tropics*. Nele, pergunta por que o Brasil não seria a China tropical, mas esmera-se em não dar a impressão de estar tomado pelo sentimento de ianquefobia no momento em que rolava a Guerra Fria entre EUA e URSS.

Curioso é que embora dedicado ao amigo Villa-Lobos, o livro repudia o nacionalismo brasileiro e identifica-o com "adolescência nacionalista", algo imaturo ou sectário, sem atinar para seu sentido descolonizador e para sua atitude antiimperialista.

Ao elogiar a amizade com Getúlio Vargas, mas sem ter por ele afinidade política, Gilberto Freyre estará mais próximo da UDN do que do antigo PTB. Por isso, nega que a *Carta Testamento*, documento anti-Estados Unidos, tivesse sido escrita pelo punho do próprio Vargas. Qualifica a *Carta* de mal escrita e demagógica e acusa-a de incentivar a divulgação ianquefóbica no Brasil.

Este texto não é o lugar propício e adequado para empreendermos análise crítica da equivocada posição político-ideológica do autor de *Casa*

grande & senzala; apenas gostaríamos de sublinhar a dissociação feita por ele entre trópico e nacionalismo: em Gilberto Freyre, a afirmação civilizatória do trópico brasileiro nada tem a ver com a necessária oposição ao poder imperialista mundial. Dá, às vezes, a impressão de que sua "tropicalologia" é mero exercício culturalista ou então espécie de interpretação superestrutural, que não aprofunda o exame da inserção subordinada do País na ordem capitalista internacional. Nesse aspecto, é muito diferente da orientação seguida pela Escola da Biomassa, cuja ênfase recai na desalienação energética e tecnológica do País em relação às suas características tropicais. Isto pressupõe atitude política visceralmente contrária ao imperialismo estrangeiro, consoante a diretriz da *Carta Testamento* de Getúlio Vargas. Posta em destaque tal diferença, cumpre realçar, no entanto, que Gilberto Freyre possui o inegável mérito de retirar a conotação semântica pejorativa da palavra "trópico", que não raro aparecia como antítese de "civilizado". A região era caluniada pelo clima desfavorável à saúde, povoada por raça inferior, cheia de mestiços degenerados e acometidos de malária. Gilberto Freyre solapou os estereótipos vinculados aos trópicos dando destaque à idéia de que o Brasil – fruto de civilização desenvolvida a partir deles – deveria ser analisado ecológica e psicologicamente sob o prisma da situação tropical, como se, pela primeira vez na Sociologia, esse condicio-

nante ganhasse primazia como fator determinante na organização da sociedade brasileira. Tudo se passa como se o mestre de Apipucos tivesse, em sua literatura, reivindicado ontologia para os trópicos, embora se mantendo equidistante da abordagem do Brasil sob o ângulo da dominação colonialista.

Em alguns de seus livros, defrontamo-nos com a formulação de que o ouro brasileiro, descoberto pelos bandeirantes, foi essencial ao poder dos banqueiros e industriais do capitalismo na Inglaterra e nisso está de acordo com o sociólogo alemão Werner Sombart. (Sem o ouro do Brasil, não haveria a economia moderna.) Todavia, havemos de convir que o forte em Gilberto Freyre não é a análise da categoria "colonialismo", tal qual aparece de maneira tão decisiva em autores brasileiros como Darcy Ribeiro, Nelson Werneck Sodré e Glauber Rocha.

A tropicologia do pensador de Apipucos, saber complementar à perspectiva boreal, coloca mais ênfase no uso da tecnologia européia do que na formulação local e originária da tecnologia dos trópicos. Este é o traço fundamental, peculiar e decisivo da Escola da Biomassa: colocar em destaque absoluto as vantagens comparativas locais.

O que merece realce na abordagem de Gilberto Freyre, quiçá o aspecto mais importante de sua obra, é o reconhecimento da habilidade da expansão lusa nos trópicos, tanto do ponto de vista

cultural, antropológico, como do vivencial e ecológico, com aproveitamento da rica experiência lusitana na África e na Índia.

Ainda que sensível à ecologia e ao contexto geográfico dos trópicos, a sociologia de Gilberto Freyre não equacionou a energia enquanto dado essencial à marcha da civilização brasileira. Não foi além do carvão mineral e do petróleo, assim como não se deu conta de que a única maneira de alcançarmos o equilíbrio ecológico do planeta seria por meio da produção energética com uso dos recursos renováveis e limpos, peculiares às regiões tropicais: o novo mundo “dos trópicos” – ó profunda sutileza! –, em vez de “nos trópicos”. Isto significa a possibilidade da superação do subdesenvolvimento econômico que se revelou patogênico com o petróleo, gás natural, carvão mineral e urânio, que sustentam em tempo finito, portanto de modo não-sustentável, o processo civilizatório no mundo.

A cabeça colonizada, eivada de esnobismo e pessimismo, com pseudo-sofisticação, desacreditada em tudo o que não vem dos EUA e da Europa. Por isso, ironiza a Escola da Biomassa como expressão mística e fanática de messianismo energético tropical ingênuo.

Essa apreciação, porém, não encontra qualquer respaldo na Natureza, no caso tropical, e nos fundamentos da Ciência. Ela resulta de leviana postura de mentes colonizadas.

Intelectuais de outras paragens, no entanto, como é o caso do físico Fritjof Capra, têm chamado a atenção – especialmente após a vitoriosa experiência brasileira do Pró-Álcool – para a “Idade Solar”, na qual ingressará a Humanidade, compelida a fazer uso da “energia branda” dos vegetais – energia amorosa, erótica, difusa, renovável, em contraste com a energia pesada, centralizadora, suja e violenta dos recursos energéticos fósseis, felizmente no ocaso.

Ao endossar o Sol como a principal fonte de energia primária do planeta, Capra, em seu notável *O ponto de mutação*, designa por “energia solar” aquela que provêm de fontes renováveis, inexauríveis, situadas em abundância nas regiões tropicais e que têm por origem a nossa estrela. Já o Departamento de Energia dos EUA dá designação no mínimo estranha ao chamar de “exótica” a fonte energética que cria formas renováveis e limpas nos trópicos. Malícia colonialista, já que a origem dos combustíveis fósseis é também o Sol, embora com atraso de centenas de milhões de anos.

Aquilo que os representantes da Escola da Biomassa assinalam a respeito do pleno emprego, consequência direta da energia verde e do seu potencial de armazenamento energético, encontramos no livro de Capra, com referência à biomassa na produção de combustível líquido, provavelmente com base no conhecimento da experiência brasileira: “O termo biomassa refere-se à matéria orgâ-

nica produzida por plantas verdes, que representam energia solar armazenada (...). O maior centro de produção de álcool a partir da biomassa é o Brasil, onde toda a gasolina em uso contém mistura de 24% de álcool", diz Capra. Também o seu caráter descentralizado e democrático é acentuado: "Como outras formas de energia de origem solar, a biomassa é largamente dispersa, sendo, portanto, apropriada para a produção local, em pequena escala, de combustíveis".

Capra está, porém, equivocado ao dizer que o uso extensivo do solo para o cultivo da cana-de-açúcar esgota-o e provoca intensa erosão. Segundo ele, embora a biomassa seja recurso renovável, o solo onde ela cresce não o é. Assim, a mesma exaustão a que o mundo submete os combustíveis fósseis, pela sua natureza finita e não-renovável, seria repetida com o processo de produção de biomassa. Esse apocalíptico quadro de erosão do solo não se fundamenta na realidade física. Basta observar a região nordestina brasileira e sua imensa produção de açúcar – a partir da cana – nos últimos quatrocentos anos para verificar que a produtividade do seu solo só tem aumentado. A produção de cana nas terras brasileiras, com secular e contínua experiência de utilização, é atualmente a mais elevada do mundo.

É preciso levar em conta que os ingredientes principais na formação dos hidratos de carbono, essenciais à produção de combustíveis derivados

da biomassa, são a intensidade solar e a água, ambos de extraordinária abundância nos trópicos brasileiros. Os demais elementos são adubação adequada – como em todos os cultivos, proporcional à exuberância produtiva –, técnicas agrícolas apropriadas e acurada seleção de sementes.

Ademais, os resíduos da produção do álcool, como é o caso do vinhoto, que contém grande parte dos componentes químicos retirados do solo pela planta – fósforo, potássio, matérias orgânicas, etc. –, são devolvidos ao solo em sua forma diluída e servem simultaneamente como adubo reciclado e como irrigação. Este processo de reaproveitamento torna-se auto-sustentável e reduz de modo substancial novas adubações.

Capra equivocou-se em três pontos: dissociou a produção de biomassa das peculiares condições dos trópicos brasileiros; desconsiderou o elevado nível técnico e a natureza edafoclimática dessas circunstâncias; mostrou desconhecer também a biomassa obtida de florestas extensivas, a exemplo do que fizeram a Acesita Energética – no cerrado mineiro, região produtora de carvão vegetal para siderurgia –, a ARACRUZ e a antiga COPENER, as duas últimas produtoras de celulose. Estas alcançaram aumento de produtividade superior, respectivamente, a dez e a seis vezes a das florestas nativas do Espírito Santo e da Bahia.

É importante realçar que foi na era Vargas que as corporações transnacionais subordinaram-

se ao interesse soberano nacional e, por isso, Getúlio foi atacado pela "grande imprensa" a serviço do imperialismo. Todos os jornais, todos os proprietários da grande imprensa foram contra o nacionalismo do governo de Getúlio Vargas.

Desde 1930, a "grafosfera" jornalística é refratária a projeto soberano e autônomo para o Brasil. Boa parte dos componentes dessa cruzada midiática é consciente do que faz e trabalha com afincos para enterrar a Era Vargas. O epicentro desta se localiza na questão da energia do petróleo e na eletricidade, formas cujo controle à época era essencial a projeto nacional soberano.

Um dos pontos mais vulneráveis do nacionalismo brasileiro é a ausência de imprensa que defenda os interesses do Brasil, sem falar do massacre ideológico representado pelo cinema norte-americano. Eis o drama da Era Vargas: seu governo não recebeu o menor apoio dos meios de comunicação de massa dominados por interesses externos ao País. Pelo contrário, recebeu sempre hostilidade. A história do Brasil será determinada pela política desses meios de comunicação. Tal foi o recado do cineasta Glauber Rocha, que surge com identidade antiimperialista, conforme mostrou seu biógrafo João Carlos Teixeira Gomes.

Sob o ângulo da comunicação, o grande problema do nacionalismo trabalhista brasileiro é que sempre esteve condicionado à forma da transmissão oral, ou seja, adstrito ao boca-a-boca; por con-

seguinte, desprovido de rádio, de jornal, de cinema e de TV. Acrescente-se a isso que o universo ideológico dos acadêmicos tem sido formado em universidades do mundo hegemônico; portanto, tiveram a cabeça condicionada pelo interesse externo, nunca simpático ao trabalhismo nacionalista. Difícil encontrar professor universitário que não tenha de Getúlio Vargas a imagem de "ditador". A universidade brasileira não percebeu ainda que a meta do trabalhismo é a existência do trabalho para todos e da criatividade e independência nacionais. Não causará espanto verificar que o governo de FHC, o mais anti-Vargas da história do Brasil, tenha time de professores universitários telenovelizados de corpo e alma, impotentes em criatividade nacional e cegos ante o esplendor energético do País, alguns deles remetidos diretamente pelas centrais financeiras e especulativas internacionais, sem escalas, para os cargos que ora detêm.

O mesmo processo restritivo sofre a Escola da Biomassa, sobretudo a partir de 1979, quando seus intelectuais foram submetidos a longo ostracismo midiático e funcional. Excluídos com violência inusitada das estruturas de poder, alguns deles, como Sérgio de Salvo Brito e Sebastião Simões Filho, já desapareceram, em plena capacidade criativa. Outros continuam fazendo valer seus conhecimentos científicos e suas experiências. Editam livros, percorrem o País fazendo conferências

com a missão de levar ao povo brasileiro o grandioso projeto da biomassa dos trópicos.

Quanto aos dirigentes, difícil encontrar entre eles quem tenha capacidade para compreender a necessidade de fundamentar o fato político no conhecimento científico do habitat nacional: a natureza tropical do Brasil. Induzidos e amestrados pelas metrópoles coloniais, não levam em conta o espaço em que vivem e enquadram-se na genial classificação de "mentes colonizadas", de Ortega y Gasset.

A condição quase clandestina dos conceitos da Escola da Biomassa enfrenta a alienação de dirigentes apoiados no arsenal ideológico neoliberal, a qual reflete os condicionamentos criados pelos combustíveis fósseis e pela falsa moeda, sob a égide do consenso de Washington e sob o comando de especuladores e poderosas corporações transnacionais.

Políticos de "esquerda" não atentam para a importância mundial da biomassa tropical confrontada com o petróleo, o qual hoje se tornou questão bélica. A desinformação sobre essas questões, cultivada pela grande mídia, gera insegurança e dúvidas, o que faz com que políticos bem intencionados passem a remar a favor da maré dos interesses antinacionais.

Esses políticos têm dificuldades em assimilar programática que tenha como base projeto nacional. A Biomassa, como escola de pensamento

brasileiro, não está incólume ao fluxo psicológico depressivo que assola o Brasil. Embora lide com a verdade científica sobre a nossa Natureza e sobre a sociedade dos trópicos, não logra persuadir, para dizer o melhor, os políticos a se motivarem com projeto para o País. A Natureza e a Ciência não se afiguram aos dirigentes como roteiro para a ação. A política rejeita a Ciência e desdenha o território. É nesse ponto que próceres alienados e comprometidos com agendas estranhas às nossas recebem altas e indecorosas recompensas dos interesses externos.

O mais árduo desafio é convencer a mídia, especialmente a televisiva, a abandonar a postura de manter-se à margem da participação em projeto para o Brasil e a interessar-se por algo além da superficialidade das aparências decorrentes de agendas vazias pautadas em interesses de origem externa.

A mídia – gigante de poder – precisa perceber o processo de genocídio e de empobrecimento crescente do nosso povo, a perigosa vulnerabilidade da Nação devido ao esmagamento do Estado nacional, que amarga a fila de espera para reproduzir, em maior escala, o desastre da Argentina.

3

BIOMASSA NA ECOLOGIA

Quando deparamos com notícias veiculadas pela imprensa acerca dos fenômenos naturais catastróficos decorrentes do efeito estufa e da chuva ácida, nunca vemos reveladas suas raízes e causas: a gênese do problema. Em 1999, realizou-se em Buenos Aires colóquio sobre mudanças de clima e seus efeitos diretos na agricultura. Discutiu-se sobre a queima de combustíveis fósseis – carvão mineral e petróleo –, questão diretamente relacionada com graúdos interesses econômicos.

Da ECO-92 resultou ampla e profunda discussão mundial sobre esses temas. Firmaram-se acordos internacionais com o compromisso de manutenção da queima desses combustíveis nos níveis de 1990. Entretanto, as grandes potências, exceto a Alemanha, estão desrespeitando esses acordos duplamente: não reduziram a queima e ainda a aumentaram em cerca de 20%.

O jogo é muito pesado, envolve o poder de potências econômico-militares e está intimamente

vinculado à questão energética, de modo a atingir diretamente a economia desses países. Como eles não têm solução para substituir os combustíveis fósseis, continuam com a queima, o que acelera o processo de exaustão. Os efeitos ecológicos disso devem provocar desequilíbrio na estabilidade termodinâmica da ecosfera. A única saída possível é a substituição dos combustíveis fósseis por outros derivados da biomassa, limpos do ponto de vista ecológico.

Nessa hipótese, o Brasil – continente capaz de produzir extensivamente esses combustíveis limpos – transformar-se-ia em potência energética. Nas circunstâncias atuais, porém, os países hegemônicos tudo farão para impedi-lo. Está em jogo o seu poder.

O discurso ecológico do primeiro mundo não procura facilitar as soluções vindas do Brasil. Na reunião para estudar as mudanças do clima, a devastação ecológica e suas consequências dramáticas sobre a estrutura agrícola mundial, foi proposto mecanismo imoral e perverso: os que queimam excesso de combustíveis fósseis e prejudicam o meio ambiente mundial deveriam pagar taxa proporcional aos danos causados pelas emissões de gás carbônico (CO_2) que eles provocam. Como se dinheiro resolvesse o problema!

É o velho cinismo: pagou, tem direito a continuar produzindo danos. As taxas pagas pelos poluidores, porém, continuam a lhes pertencer, em-

bora fiquem depositadas em fundo especial. Com esse dinheiro, podem comprar empresas que resgatem CO_2 da atmosfera e assim se convertem em proprietários dos ativos daqueles que não causam danos, ao tempo em que ganham o direito de continuar poluindo. O prêmio é dado ao bandido! Esse pode ser o caminho para a internacionalização das usinas de álcool brasileiras, um dos poucos setores que ainda restam em mãos de nacionais e que contribuem efetivamente para o resgate de CO_2 .

As nações que têm meios de substituir plenamente os combustíveis fósseis por outros limpos e renováveis – caso do Brasil – já deveriam ter optado por essa solução e por isso serem recompensadas. Deste modo, não somente se diminuiria a queima de fósseis substituindo-os por biomassa como também se reduziria o CO_2 já acumulado. Se houvesse alguma sinceridade e legitimidade nesses propósitos, nações como o Brasil, capazes de provocar reduções substantivas no acúmulo de CO_2 na atmosfera, deveriam ser estimuladas a intensificar a redução do dano. Tudo indica ser outra a intenção das potências hegemônicas. O maior poluidor do mundo, os EUA, recusou-se a assinar o protocolo de Quioto, enquanto o ponderável resgate de CO_2 provocado pelo Pró-Álcool brasileiro simplesmente não é recompensado.

Evidentemente, no cálculo do custo monetário da produção dos combustíveis derivados da biomassa – custo negativo, neste caso –, os econo-

mistas consideram "externalidade" a redução de gás carbônico, que assim não entra no cálculo dos custos.

No mercado interno, existe forte vinculação do petróleo com o automóvel, por força do modelo implantado no Brasil pelo programa de substituição de importações com dependência tecnológica externa, durante o governo de Juscelino Kubitschek, sob inspiração da CEPAL. Como nos EUA, esse programa automobilista constituiu-se no "carro-chefe" da economia brasileira.

Os críticos da biomassa (como é o caso do físico Pinguelli Rosa) afirmam que não se deve criar o mito da biomassa à maneira do mito do petróleo. Mas faz sentido equiparar a biomassa ao petróleo? Ambos são igualmente mitos? Duas alucinações? Será que a biomassa, ao invés de realidade física palpável é, no fundo, quimera, religião, mitomania? Tais críticos da biomassa falseiam-lhe as características naturais e nacionais, assim como se mostram cegos à exuberante abundância energética dos trópicos e comportam-se como "mentes colonizadas".

Há muito dinheiro e poder envolvidos na queima de combustíveis fósseis no Brasil. As corporações petroleiras transnacionais foram as mais beneficiadas com a ruptura do monopólio estatal do petróleo, pois passaram a ocupar espaços econômicos estratégicos que nunca tiveram desde a criação da Petrobrás. Elas pouco se interessam pe-

las conseqüências desfavoráveis para o País advindas dessa quebra, pois já acumularam tal grau de riqueza e poder que desprezam a perspectiva de futuro colapso energético.

As corporações transnacionais têm mais poder do que o Governo – Executivo e Congresso –, aqui e nos EUA. São elas que impõem as regras do jogo. A sociedade americana vai pagar por isso preço muito elevado e o resto do mundo, ainda mais.

As reservas petrolíferas atuais dos EUA não são suficientes para cinco anos de consumo interno. Por isso, eles pagam caro pelas exorbitantes despesas militares que lhes garantem o acesso e o controle do petróleo do Oriente Médio. São cerca de US\$100.00 por barril que importam. Enquanto isso, na chamada economia de mercado, o preço do barril chegou a menos de US\$10.00.

Os custos da guerra com o Iraque foram de 80 bilhões de dólares. Na realidade, quem arcou com os custos dessa guerra foi basicamente o Japão. Há nisso um jogo, manipulado pelas grandes potências, voltado para a manutenção de *status quo* vulnerável e perigoso. Ao manter o petróleo com elevado subsídio, elas impedem que as formas limpas e permanentes, principalmente as da biomassa, possam ampliar o seu uso, pois os critérios, estabelecidos pela via monetária, são exclusivamente aqueles dos interesses dos hegemônicos. São desprezados, como “externalidades”, todos os

efeitos ecológicos, os de saúde pública, de balança comercial e vasto espectro de efeitos econômicos, sociais e políticos ligados às formas energéticas renováveis e limpas, nacionais e locais. Esse evidente desequilíbrio de critérios impede sejam realizados os investimentos que ainda precisam ser feitos na montagem da infra-estrutura necessária. Assim, bloqueiam artificial e drasticamente o crescimento de formas limpas de energia, com grave prejuízo para todos.

Determinados economistas enfatizam que quem está dando certo no mundo são os EUA. Vejamos as bases desse sucesso: trata-se de país que se vale do arbítrio do poder de emissão de moeda sem lastro, do dispositivo do capital financeiro falso e, principalmente, do seu poder bélico. E, mais grave, as teorias econômicas desprezam, de modo intencional, a imensa potencialidade da Natureza – especialmente nos campos energético e mineral, além da abundância de água e de terras férteis.

Os economistas que fazem parte do sistema de poder analisam tudo à luz do viés financeiro, abstração sem nexos diretos com a realidade, manipulada por espúrias oligarquias internacionais. Eles jamais raciocinam levando em conta o campo energético, sem o qual é impossível tratar, com seriedade e consistência, da questão econômica. Ignoram os princípios da Natureza que movimentam e promovem as transformações no mundo físico. Para eles, isso não existe, pois tudo se subor-

dina ao financeiro, que nada simboliza. Nem mais “papel pintado” é! Tudo isso está longe de ser apenas ignorância. Vejam o que fizeram com a rica Argentina!

Os EUA estariam em fase de grande apogeu porque, mediante o dinheiro que emitem sem critérios, manipulam e impõem ao mundo sua moeda de modo tirânico, moeda cada vez mais digital, que se sobrepõe aos valores naturais. Como aceitar que o símbolo de toda a riqueza – e veículo do processo universal de trocas – não tenha relação concreta com a realidade física, de onde provêm todos os bens? Devido à ocupação militar do Oriente Médio, o dólar é a moeda que compra o ouro negro. Quando não houver mais petróleo para comprar, a moeda dólar nada mais valerá. É sintomático que na década de 70 tenha surgido a expressão “petrodólar”. Os petrodólares foram responsáveis pela montagem da gigantesca e – vemos hoje – impagável dívida externa dos países do chamado Terceiro Mundo.

Nossa crítica está ancorada no mundo concreto, do qual dependem todas as atividades humanas com vistas à construção das civilizações. Sem energia, não é possível a transformação dos recursos da Natureza em bens de utilidade e de poder.

Falamos, portanto, de um lado, de entes fundamentais da Física e de outro, de pirotecnias de moedas inventadas por manipuladores e especu-

ladores desonestos, de emissão arbitrária – em regime de monopólio – e de outros salamaleques.

O quadro conceitual da Economia política atualmente é inconsistente e encobridor das falácias de um mundo financeiro enganador. A isso se contrapõe a hipótese de o Brasil vir a ser no campo energético o Oriente Médio de amanhã, o que precisa ser levado em consideração pelas autoridades militares e pelos responsáveis pelo destino do País.

O saudoso Sérgio de Salvo Brito ressaltava a relação direta entre o poder energético da floresta brasileira e o do deserto árabe. A floresta como o grande conversor solar de energia renovável e limpa do futuro.

O Oriente Médio assiste à agonia do petróleo, a qual gera dúvidas sobre o futuro. Enquanto isso, o mundo vê-se ferido pelos efeitos danosos dos combustíveis fósseis para o ambiente, o que gera dúvidas sobre o presente. O movimento que petróleo e combustíveis fósseis criaram no mundo nos últimos duzentos anos vê-se ameaçado. A solução desse conflito está no Brasil, onde a alvorada de novos combustíveis – limpos e renováveis – cria perspectiva de sobrevivência da Humanidade e do equilíbrio do meio ambiente.

A relação floresta-deserto, Brasil-Oriente Médio escapa da órbita norte-americana. Os EUA não querem que o Brasil encaminhe a solução mundial da biomassa. Assim, sem soberania na-

cional, caber-nos-ia o extermínio ou a função de servos.

A contrapartida futura do subsolo do Oriente Médio é o território dos trópicos úmidos. Os conflitos na área energética aprofundam-se no Oriente Médio e estendem-se ao Afeganistão, ao mar Cáspio, à China e a outras paragens. O 11 de setembro em Nova Iorque é componente desses conflitos, bem como a agressão de Israel à Palestina. Vislumbra-se assim o caos, com gravíssimas possibilidades de os conflitos se estenderem. Os caminhos a serem seguidos pela Argentina, pelo Brasil e México são os mesmos seguidos pelo Afeganistão, apenas que pela via financeira.

Poderíamos, em curto prazo, criar milhões de postos de trabalho no campo com a produção de energia renovável descentralizada. Parte desabitada de nosso território continental seria planejadamente ocupada e o inchaço e os conflitos crescentes das nossas megalópoles teriam perspectiva de superação. Entretanto, a falta de soberania impede-nos de conduzir nosso destino e criar soluções. Essa impotência, o uso extensivo do petróleo e o seu previsto ocaso evidenciam a face mais trágica do colonialismo.

O drama energético dos países hegemônicos desenrola-se no cenário das regiões temperadas e frias do planeta. Sem chances! Nunca as metrópoles hegemônicas dependeram de modo tão vital das regiões colonizadas tropicais. O Brasil sempre

exportou matérias-primas para abastecer as metrópoles, a exemplo do pau-brasil, açúcar, ouro, café, cacau; contudo, nenhum desses produtos caracterizava imperativo energético ou ambiental.

A história do colonialismo no Brasil deve ser vista em função de elemento novo, pois nunca tivemos matérias-primas tão estratégicas e essenciais para as metrópoles. Nunca como agora houve o imperativo da exportação de energia e a perigosa carência desta nas metrópoles. Hoje é necessário inverter o conceito centro-periferia: a periferia transforma-se em centro de poder pela questão energética.

O que há de novo é a emergência do lado energético da biomassa em relação aos itens de exportação do passado. Uma coisa é exportar açúcar – embora energia nobre – como alimento, cacau, café, considerados, porém, até certo ponto produtos supérfluos. O açúcar, embora alimento de alto valor energético, não representa a base calórica da alimentação. Energia como fonte de trabalho é diferente. Dela depende a sobrevivência das nações hegemônicas. Isso muda tudo. É a inusitada dependência dessas nações em relação ao Brasil, país até agora periférico. Isso poderá mudar a conjuntura do poder mundial.

Constatamos que as nações que ainda detêm grandes reservas de petróleo – como Arábia Saudita, Irã, Iraque, Nigéria, México e Líbia – são condenadas por serem muito ricas quanto ao ele-

mento imprescindível para o poder mundial. Nisso temos de ter muito cuidado, pois com o fim do petróleo e a entrada da biomassa na rede energética, poderemos ser condenados a ser nação de miseráveis e escravos, exatamente por sermos ricos em energia, da qual depende de modo crucial o hemisfério norte.

O ano de 1970 encerra um ciclo na história do colonialismo (1500-1970). Até então, a história brasileira estava fundada na exportação de produtos primários que fizeram a fortuna do Velho Mundo, mas que não tinham papel essencial na vida das suas populações.

Na década de 1970, houve o embargo mundial do petróleo, quando surgiu pela primeira vez a possibilidade de colapso desse combustível, além de tornar-se evidente a solução energética dos trópicos: a biomassa. O quadro colonial mudou de fisionomia: não se trata mais da exportação de simples produtos primários. A literatura histórica sobre o colonialismo, tanto dentro quanto fora do Brasil, tinha por objetivo analisar tais produtos de exportação.

Ademais, energia diz respeito à Humanidade como um todo. Portanto, a noção de colonialismo deve ser adaptada e remodelada em função da biomassa emergente como forma energética predominante no futuro. É produto essencial da colônia com peso universal e estratégico. Esse recurso natural, renovável e abundante em terra brasileira, é imprescindível à sobrevivência humana. Não

se trata de mero produto de exportação, de *commodity*, como o designam de modo irresponsável ou por má-fé economistas levianos.

A energia moldura as civilizações. Se Heródoto dizia que o Egito era dádiva do Nilo, referia-se à água, complemento da energia. Aqui, falamos da biomassa, a energia do Sol armazenada nas plantas. É dom da Natureza brasileira. E, depois da agonia do petróleo, não haverá alternativa energética que garanta a continuidade do processo civilizatório. Sem o dado energético e sem o aprofundamento da discussão com base na via tecnológica, objeto central deste livro, é impossível fazer-se revisão do colonialismo.

As chamadas ciências sociais não se ocupam dessas questões e, por isso, tornaram-se obsoletas. Elas descuidam do fluxo energético, que é essencial ao poder e à produção econômica. Ficam desguarnecidas, não conseguem analisar a conjuntura em que os combustíveis fósseis estão sendo exauridos sem serem substituídos pela única forma permanente, renovável e limpa de combustíveis derivados da biomassa.

Os trópicos estão sob a mira cobiçosa do poder mundial. Aquela visão negativa que se tinha deles é coisa do passado, fruto da impropriedade da análise e do despreparo científico sobre o mundo físico tropical.

Quando na Pensilvânia foi perfurado o primeiro poço na história do petróleo, na segunda

metade do século XIX, os controladores do óleo de baleia (combustível usado para iluminar as cidades) impediram, por quase 30 anos, que o petróleo aparecesse como a nova fonte de iluminação. Algo semelhante, em maiores proporções, ocorre hoje com a biomassa em relação ao petróleo.

Ao colocarmos o massacre financeiro como fruto do neocolonialismo energético, faz-se necessário conceituar historicamente o colonialismo. Isso significa discutir a inserção do Brasil na História, desde 1500 até hoje. Nossa abordagem estabelece corte didático para situar esse período, caracterizado pela exportação de produtos primários e a importação de bens manufaturados. Temos que excetuar o período posterior aos anos 30, no qual o Brasil ensaia os primeiros passos rumo à industrialização. Mas a partir de 1973, com o embargo do petróleo, delineia-se outro horizonte na história mundial: o ocaso do ouro negro e, concomitantemente, a emergência da biomassa tropical.

Sabemos o que significa produzir açúcar, pau-brasil, ouro e café. É diferente a produção de biomassa, forma de energia que poderá ser objeto do papel que hoje tem o petróleo, sem o perigo de acabar e sem os danos ambientais que provoca.

Sem Estado que preserve a autonomia nacional, o caminho inevitável será a apropriação dessa energia pelas corporações transnacionais e pelo grupo hegemônico dos países do G-7.

Não está excluída a possibilidade de invasão, militar ou econômica, pois a exploração da biomassa requer ocupação territorial. Nesse processo, a destruição do Estado, o esfacelamento da Nação e a invasão econômica estrangeira são medidas que estão em marcha com a colaboração do Governo (ano de 2002), envolvido diretamente no processo e insensível aos reclamos de sobrevivência nacional. O Governo tem comportamento servil e irresponsável, incompatível com uma nação soberana. Ele comporta-se do mesmo modo com relação à invasão cultural – musical, cinematográfica e lingüística –, que ocorre com a cooperação dos meios de comunicação brasileiros e que “faz a cabeça” da população e prepara-lhe o espírito para aceitar a submissão política estrangeira.

Nessas circunstâncias, o conceito de Terceiro Mundo alterou-se. A noção de Primeiro, Segundo ou Terceiro Mundo somente vinga no contexto de perversa divisão internacional do trabalho, em que a parte colonizada sofre a dominação “por dentro”, isto é, o dominador atua dentro do país dominado.

Também é inadequada e obsoleta a classificação de países em “desenvolvidos” e “subdesenvolvidos”. Desenvolvidos ou subdesenvolvidos com base em quê? É necessário definir nova relação entre os povos do mundo, de sorte que todos possam ter condições para desfrutar vida digna sem qualquer predeterminação histórica, sem a nefas-

ta subjugação colonial, que, por exemplo, repele a valorização comparativa dos patrimônios naturais estratégicos.

Não existe cooperação ou ajuda entre desiguais. Para que se faça justiça entre desiguais, o mais fraco tem de ser protegido. A globalização representa o oposto a esse princípio de justiça. Nela o mais forte aniquila o mais fraco e despreza-o como fraco.

Vivemos na História o seguinte paradoxo: internamente, o sistema político brasileiro não dá importância ao regresso à condição colonial, justo quando o colonialismo ressurge com grande intensidade, especialmente após o atentado de setembro de 2001 às torres de Manhattan, marco de supressão de todas as regras prévias de liberdade e autonomia dos povos. O governo brasileiro tenta convencer-nos de que a ordem se estabelece dentro de casa, como se não fôssemos país onde o poder externo determina as decisões importantes. É visível a presença do neocolonialismo como sistema de ordem planetária. Não se trata mais de um país enriquecendo outro. Trata-se do risco à sobrevivência da Humanidade como parte do processo histórico. Não se pode falar do mundo atual sem a nova dinâmica colonialista, cuja dominação se faz pelo poder militar e pelo sistema financeiro internacional, arbitrário e em regime de monopólio.

O Terceiro Mundo veicula a ideologia de que ele é pobre e o Primeiro Mundo, rico. A realidade

hoje é outra: países do Terceiro Mundo detêm a riqueza concreta, ao contrário dos do hemisfério norte.

O colapso dos combustíveis fósseis é algo novo na História. O fim da era do petróleo significa mudança profunda em todo o planeta, que afetará a vida de todos os povos. O ocaso do petróleo não diz respeito apenas a físicos, químicos e engenheiros – especialistas do campo energético –, mas a todos. O fim do petróleo afeta a vida da Humanidade como um todo e é hoje objeto de processo bélico continuado, embora cada vez menos restrito às regiões detentoras das reservas desse combustível.

O neocolonialismo e a globalização constituem os instrumentos de subjugação que as nações hegemônicas montaram para tentar sobrepor-se ao colapso dos combustíveis fósseis e à dramática situação em que elas se encontram. Para tornar operativos esses instrumentos, usam a tirania financeira do dinheiro falso e a prepotência bélica.

Do ponto de vista epistemológico, a energia da biomassa é a via privilegiada para o conhecimento da totalidade, ou seja, conhecimento da vida e do processo civilizatório. Não se trata neste caso de messianismo nacional nem de expansionismo imperialista, muito menos de vingança por sermos relegados à posição de periféricos na História. Trata-se de circunstância concreta e irremediável, ligada às leis e aos princípios que regem a Natureza.

4

A DIFERENÇA HISTÓRICA ENTRE 1964 E 1979. NOVO COLONIALISMO

Essa é a reflexão que leva ao entendimento do novo colonialismo, o qual surgiu a partir de 1979, tanto no Brasil como no restante do mundo. O marco do fim de uma era, que durou duzentos anos, simboliza o surgimento de nova opção energética, renovável e limpa, que poderá deixar morrerem em paz os combustíveis fósseis – carvão mineral e petróleo. Mas por isso mesmo essa opção está motivando os países hegemônicos a produzirem nova versão do velho colonialismo para não perderem o status de detentores do poder mundial.

O fim dessa era não ocorre de modo instantâneo, mas em processo cujo período de transição depende de grande número de fatores e circunstâncias. Por exemplo: as reservas existentes de carvão mineral ainda são ponderáveis, mas seu uso está condicionado às graves perturbações do efeito estufa e da chuva ácida. Em ambos os casos, já se exigem drásticas reduções nos níveis atuais de

queima. Também a disponibilidade de uso das reservas conhecidas de petróleo não depende apenas dos volumes existentes, de novas reservas descobertas ou das perspectivas da demanda mundial de uso, mas de decisões estratégicas de potências hegemônicas com alto poderio bélico, que necessitam do controle dessas reservas para lhes garantir suprimento futuro.

Esse novo colonialismo tem vinculação direta com a natureza dependente, no campo tecnológico, do modelo econômico cuja origem ideológica, no caso do Brasil, situa-se na CEPAL.

A caracterização do colonialismo atual requer aprofundamento em três ângulos de análise: tecnológico, energético e financeiro. Este último sintetiza os resultados das ações dos demais e comanda a totalidade da vida nacional, com fortes influências externas, como as da globalização, que estão nos conduzindo para situação de desastre semelhante ao da Argentina. Há entrelaçamento de fatores que consolida o sistema de subjugação, denominado "neocolonialismo" ou "novo mercantilismo", para distingui-lo do tradicional, originário e imposto pelo Império Britânico no século XIX.

Colonialismo é a espoliação de uns países por outros. A esses dois grupos de países são dadas as mais variadas designações – "países desenvolvidos" e "em desenvolvimento"; "países ricos" e "pobres" ou, mais grave ainda, "países avançados" e "países atrasados" –, a maioria delas adequadas somente ao

propósito de escamotear a realidade e desviar a atenção do que é importante. Deter-nos na explicitação dos aspectos mistificadores dessas designações seria pura perda de tempo.

Com a exaustão do petróleo e dos recursos naturais não-renováveis, a diferenciação entre países ricos e pobres é inadequada pela inconsistência da própria realidade física ou devido a desvios conceituais de difícil aceitação. Aqui entra em jogo a mistificadora mídia mundial a soldo de interesses financeiros especulativos e a própria insubsistência dos valores monetários quando considerados à luz do que deveriam representar e não representam.

A gestão da videosfera na sociedade brasileira deu-se ao longo dos anos 70 e 80 nessas novas direções. O domínio financeiro precede o do vídeo. Nessa conceituação, é preciso estabelecer que a cronologia do financeiro antecede a gestação da videosfera entre nós. O que existe é a simbiose entre o banco e a TV. Eles foram os instrumentos responsáveis pelo resultado do pleito de 1989, no qual a telenovela foi o principal cabo eleitoral, assim como o banco e a moeda o seriam na eleição de FHC, em 1994. O entendimento das características do capitalismo videofinanceiro é fundamental para a compreensão do processo eleitoral que ocorreu nos anos 90.

Qual a diferença entre 1989, que elegeu Collor de Mello, e 1994, que elegeu FHC? Em 89, foi en-

gendrada estratégia de marketing da qual participou de modo central a televisão, especialmente a Rede Globo. O controle da televisão, desde a sua origem, vem sendo exercido por forças externas. Em 1994, a principal influência foi a nova moeda, no âmbito da estabilidade financeira determinada pelo FMI. O "Plano Real" elegeu Fernando Henrique.

Um professor da Universidade de Montreal, Canadá, publicou no *Le Monde Diplomatique* artigo em que focalizou a figura de Fernando Henrique como ministro das Relações Exteriores do governo de Itamar Franco. O autor descreveu com profusão de detalhes os contatos de FHC com as principais figuras do sistema financeiro internacional. Chegou a predizer que o ministro, "enfant gâté" dos banqueiros internacionais, seria o novo presidente da República do Brasil. **De onde veio o poder que elegeu e reelegeu FHC para presidente da República senão da tirania das finanças externas?** Na realidade, ele serviu de modo irretorquível a banqueiros especuladores internacionais e seus associados transferindo-lhes gigantescas parcelas do nosso patrimônio natural, de elevado valor estratégico para o futuro da Humanidade. Cedeu-lhes também os principais ativos produtivos que levaram meio século de competente administração para serem construídos. Tudo isso resultou da coação – possibilitada por dívidas construídas artificialmente, como verdadeiras armadilhas – que aqui não encontrou a necessária resistência.

Dir-se-ia que, na gestão Collor, a presença externa foi mais tênue do que no caso de FHC. Neste, o fator externo é mais visível que o interno, apesar de Collor ter sido um deslumbrado ante tudo o que era estrangeiro ou provinha do Primeiro Mundo, na linha "Elizabeth Arden".

Com Fernando Henrique, o lado externo foi mais decisivo e mais cuidadoso, pois os condutores externos do processo ficaram frustrados com a experiência negativa de Collor de Mello. Viram que não bastava a empolgação entreguista: era necessário compromissos permanentes e muita profissionalização, como veio a ocorrer com FHC – a traição profissionalizada.

Quanto à corrupção, no caso Collor, os agentes corruptos atuavam fora do Governo – PC Farias, por exemplo. Com FHC, atuaram de modo institucional, com competência, dentro da Administração. Não há hoje qualquer dúvida: FHC foi escolhido pelo sistema financeiro internacional para fazer o serviço – como Carlos Menem o foi na Argentina. O processo que levou Collor ao poder foi amador, ao passo que o de FHC foi profissional, embora envolvessem as mesmas fontes e interesses externos. Ambos tiveram apoio do empresariado brasileiro, incluído o de capital nacional, que ainda existia, e que foi sendo dizimado ao longo do tempo. Este fez papel de bobó e sua dependência das finanças externas, que comandavam – e ainda comandam – o Governo, não lhe

deu alternativas. Essa dependência foi montada por meio de agentes brasileiros comandados de fora e colocados em altas posições governamentais.

Em 1964, os militares foram usados para possibilitar o enquistamento de "exército de ocupação" de tecnocratas dentro do Estado brasileiro. Isso foi feito inicialmente por meio do superministro Roberto Campos, que nunca mais deixou de fazer parte da estrutura do Estado, direta ou indiretamente.

É preciso sublinhar que não houve, no período dos governos militares, intervenção externa, destruição ou transferência de instituições estratégicas ou de ativos nacionais para o controle de grupos de fora. Tampouco houve a internacionalização de grandes patrimônios naturais. Em muitos aspectos, o Brasil fortaleceu-se, tanto no campo da produção sob o comando do capital nacional como por meio das empresas estratégicas de economia mista. Cresceu na área tecnológica e na da educação, apesar do trágico projeto MEC-USAID que possibilitou a transferência para o setor educacional privado de recursos governamentais, o que levou ao sucateamento do outrora excelente ensino secundário público. Fortaleceu-se também quanto à soberania nacional, particularmente no período do presidente Geisel.

Nas questões fundamentais que envolviam soberania, os militares nacionalistas controlavam os tecnocratas mantendo-os com rédeas curtas. O mais

perigoso e atrevido dos burocratas participantes do poder do Estado, Roberto Campos, atuou de forma entreguista até sua morte. Entretanto, não ousou fazer no regime militar o que fez depois na "abertura" – no governo Sarney e nas administrações neoliberais de Collor e, principalmente, na de FHC.

As coisas mudaram a partir de 1979, pois passou a haver intervenção externa dentro do próprio Governo. Muitas das medidas estratégicas foram tomadas por grupos externos localizados nos centros de decisão governamentais.

É preciso voltar um pouco na História para perceber a diferença entre 1964 e 1979. Este último é marco absolutamente fundamental na história recente do Brasil, ainda não devidamente analisado e discutido.

Um dos autores deste livro (prof. Bautista Vidal) foi o primeiro a chamar a atenção para esse novo marco da história do Brasil, quando a historiografia enfatizava apenas 1964 ou 1968. O ano de 1968 foi destacado pela contracultura, assim como a historiografia da USP dizia que em 1968 havia começado a ditadura, o que é visão mistificada. Como marco histórico interno, 1964 é mais importante que 1968, mas 1979 foi diferente, muito mais grave, pela intervenção externa que ocasionou. É o ano em que se começou a entregar o ouro aos bandidos!

Em 1964, o Brasil entrou de forma equivocada na Guerra Fria. Era a querela ideológica en-

tre o capitalismo americano e o socialismo soviético. O medo do comunismo confundiu os interesses nacionais e fez o Brasil entrar nessa guerra, que resultou em 1964, ano até hoje determinante na nossa história, embora com enfoques muito distintos daqueles que as versões originais fizeram crer. Já 1979 inovou em relação a 1964: permitiu a intervenção externa nas estruturas do Estado nacional.

Em geral, os militares são nacionalistas. Eles tinham pavor do internacionalismo da URSS e por isso foram envolvidos pelo poder americano. Daí ocorreu 64. Foram enganados, como muitos deles reconheceram mais tarde.

O presidente Castello Branco era empolgado com a democracia americana e desatualizado em relação a ela. Ele ainda vivia a era de Franklin Delano Roosevelt. Seu principal conselheiro foi o general americano Vernon Walters – ex-comandante de Castello na Itália –, que depois foi chefe da CIA. Castello Branco não percebeu bem o que estava acontecendo. Os militares apressaram-se, tinham medo do internacionalismo e aderiram ao comando econômico de Roberto Campos, o entreguista. As experiências vividas levaram à necessidade do processo de reversão e no governo Geisel foram enfatizados os interesses nacionais.

Alguns militares perceberam que o internacionalismo norte-americano era mais nocivo do que o da URSS, este com poucas possibilidades reais

de ação no Brasil. Mesmo assim, caíram em engodo. Os americanos ocuparam espaço no Estado por meio dos tecnocratas a seu serviço e, desde então, apoderaram-se de patrimônios estratégicos naturais, coisa que a URSS jamais cogitou ou ousou fazer com seus satélites.

Geisel pretendeu dar continuidade à política nacionalista de Getúlio. Esse parece ter sido o motivo para os americanos derrubarem posteriormente os militares. A questão tecnológica foi crucial e decisiva em 1979, em termos de poder internacional. Em 64, havia o modelo da CEPAL, que foi mantido e que entregou às corporações transnacionais a montagem da estrutura produtiva de poder por meio dos pacotes tecnológicos.

Quando Geisel assumiu, em março de 1974, retomou a linha nacionalista de Getúlio Vargas. Fez grande esforço, com resultados extraordinários, entre 1974 e 1979, através do aparato tecnológico nacional, com o qual o País talvez pudesse ter-se tornado nação independente. A partir de 1979, foi destruída a tentativa de política de autonomia nacional. O caminho escolhido para essa mudança de rumo foi o da "abertura", que tirou os já perspicazes militares (que tinham evoluído e percebiam o que estava ocorrendo) e abriu espaço para políticos como Tancredo Neves e Ulysses Guimarães, que nunca se haviam posicionado diante de linha nacionalista nem haviam mostrado motivação para tanto. Grupo de políticos entreguistas,

como ACM e outros agentes externos, ocupou posições-chaves no Governo.

A facção entreguista dos tecnocratas, majoritária, que os militares freavam desde Castello Branco, ganhou fôlego e espaço político. Daí resultaria o desmonte do que havia no Estado em termos de defesa de interesses estratégicos nacionais.

O marketing foi estratégico: desenvolveu-se a crença simplista de que todos os males estavam no regime militar; que democracia era apenas questão de escolher governantes pelo voto; que a prioridade nacional era o controle da inflação e uma supermoeda.

Os militares retiraram-se para os quartéis. Collor e FHC foram os dois primeiros presidentes escolhidos em eleições diretas após várias décadas. Os verdadeiros tiranos assaltaram os palácios pelo voto. A supermoeda fez escravos e o caminho da Argentina nos espera. As previsões de Glauber Rocha confirmaram-se.

A tirania financeira do Banco Central e do ministério da Fazenda, sob o comando do FMI, praticada mediante a moeda digital de emissão arbitrária, estabelece o controle sobre a nossa economia. Isso vem destruindo as estruturas do poder nacional, sobretudo aquela representada pela tecnologia e pela empresa de capital nacional, desmontadas a partir de 1979.

A dominação neocolonial apodera-se do patrimônio estratégico, destrói as estruturas em-

presariais públicas e privadas, desarticula as universidades e desmonta o parque tecnológico. De resto, detalhe significativo: desarticula e enfraquece de modo estrutural as forças armadas.

A "abertura" desmantela tudo de positivo que a linha nacionalista de Getúlio deixara e que estava sendo retomada no período Geisel. Há assim distinção relevante e profunda entre 1964 e 1979. Em 1964, o poder econômico ficou com os tecnocratas, porém, sob a vigilância e controle de militares nacionalistas, que, não apenas impediram a demolição da estrutura do Estado nacional, como ainda criaram situações de reforço dessa estrutura. Em 1979, os militares retornam aos quartéis, desgastados e sem nenhuma posição para defender, e os tecnocratas assumem o processo de demolição.

Tudo isso foi visto pela visão nacionalista de Glauber Rocha, observador arguto e contundente da complexidade da situação nacional de então. Vinte anos após sua morte, podemos avaliar-lhe a lucidez de julgamento sobre a "abertura" e os militares.

Se 1964 foi fruto da Guerra Fria, 1979 pode ser visto como o início do desmonte do Estado brasileiro no contexto mundial da globalização. A primeira área atingida com violência foi a tecnológica: em curto período, promoveu-se o esquarteramento da estrutura do Estado presente na área industrial. Disso resultou o fechamento da Secre-

taria de Tecnologia Industrial (STI) e até o desaparecimento, durante o governo Collor, do Ministério da Indústria e do Comércio.

Esse ministério havia começado reformulação substantiva e profunda de funções, iniciada na administração do então jovem ministro Pratini de Moraes e aprofundada e ampliada na de Severo Gomes. O órgão veio ocupar, tal qual o famoso MITI japonês, a posição de ministério da produção industrial e tecnológica e confrontou os ministérios financeiros que até então submetiam a estrutura produtiva nacional à tirania monetária externa.

A partir de 1979, a STI teve seus programas interrompidos ou drasticamente reduzidos e os competentes quadros, demitidos ou dispersados. Vários de seus órgãos mais estratégicos foram parar no Ministério da Justiça, a exemplo do Instituto de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial e do Instituto Nacional de Propriedade Industrial, que cuidava da política de patentes, marcas e transferência de tecnologia.

A STI foi responsável pelo mais importante programa de produção de combustível alternativo a derivado do petróleo: o Pró-Álcool. Em virtude de interesses das nações hegemônicas, essa instituição estratégica precisava ser desativada, o que efetivamente aconteceu.

Em 1964, ainda não tinha havido a crise energética, que começou em 1973 com o embargo

do petróleo. Houve dois fatores decisivos no processo que levou ao neocolonialismo: o primeiro foi a perspectiva do fim do ouro negro. O segundo, a possibilidade de o Brasil vir a desempenhar importante papel energético no poder mundial devido a sua riqueza patrimonial natural extraordinária. O aproveitamento dessas circunstâncias favoráveis assustou os norte-americanos.

Em 1979, começou a destruição do que tinha sido feito para garantir que o Brasil viesse a ocupar o espaço econômico que lhe caberia. Esse foi o caminho que levou em 1989 à eleição de Collor de Mello e, logo em seguida, à eleição e reeleição de FHC.

Com o ocaso anunciado dos combustíveis fósseis, Brasil soberano e não entregue a serviços apátridas seria o centro do mundo a partir da década de 70. Pela primeira vez, os países tropicais, especialmente o Brasil, teriam a grande chance de desenvolvimento, porque possuem recursos naturais estratégicos desde então essenciais.

É difícil entender essa formulação em cultura colonizada como a nossa – colonizada no sentido dado por Marx: **“a colônia é trágica porque é incapaz de mudar a face do mundo”**.

Então, existe na colônia a marca de sua fraqueza: a impotência e o desconhecimento da realidade concreta. Aí surge a crise energética e a evidência de que o epicentro da história do mundo poderá estar localizado em país tropical, de onde poderá vir o futuro desenvolvimento energético

da Humanidade. Entretanto, a cultura baseada em interesses de duzentos anos de combustíveis fósseis procura impedir que isso aconteça.

Apesar das limitações, as empresas estratégicas de economia mista ainda continuavam com a guarda dos seus recursos naturais. Os guardiões desses recursos eram a Companhia Vale do Rio Doce, no campo mineral, a Eletrobrás, no das águas, a Petrobrás, com o petróleo, etc.

A Lei de Patentes permitiu entregar o patrimônio genético dos seres vivos ao controle de corporações transnacionais. A partir de 79, foi destruída a poderosa estrutura tecnológica que, montada em 68, alcançaria seu auge no período 1974/79 com os programas do álcool, do avião brasileiro (Embraer), da prospecção de petróleo em grandes profundidades marítimas e de tecnologias relacionadas com os metais refratários. Muitos outros projetos que continham inovações tecnológicas, de envergadura e peso mundial, foram ainda executados pelo Brasil nesse período.

O imperialismo e seu olho gordo sentiram-se ameaçados: o Brasil tem patrimônio natural estratégico que eles não têm. Esse é o real motivo pelo qual foi destruída, por intervenção externa, a estrutura tecnológica nacional. Quando Collor assumiu a presidência em 1989 e materializou o neoliberalismo, a estrutura tecnológica já estava destruída. Formalmente, ela foi desmontada nos governos Figueiredo e Sarney.

De 1974 a 1979, o governo brasileiro adotou postura de oposição ao uso indiscriminado de pacotes tecnológicos dependentes das corporações transnacionais e assim rejeitou o modelo da CEPAL, o que pôs em risco o poder colonial das nações hegemônicas. Por isso, a prioridade máxima no período 1979/89 foi atingir a Secretaria de Tecnologia Industrial, que coordenava cerca de 160 institutos de produção tecnológica, crescente ameaça ao poder colonial externo pela capacitação do desenvolvimento interno nessa área. Havia também poderosos instrumentos de política industrial, como o poder de averbação dos contratos externos, ditos de transferência de tecnologia, o controle sobre as patentes, as marcas, as normas técnicas, a qualidade industrial, sempre dentro do interesse do País. Levada avante a destruição desse poderoso sistema que aliava a tecnologia à indústria, veio a segunda fase letal, por meio da vulnerabilidade financeira, montada pela dívida externa, que teve como pano de fundo a elevação do preço do petróleo. Construiu-se assim a tirania financeira externa do falso dinheiro digital. O Plano Real foi o arremate de tudo, o sinistro Plano Real, como descrito nos livros *A reconquista do Brasil*, de 1997, e *Poder dos trópicos*, de 1998, dos autores deste livro.

O petróleo está sempre no centro dessas questões. Montou-se um sistema para aumentar a dívida externa com o aumento dos juros, o que

deixou o Brasil em situação de grande vulnerabilidade: rolava-se a dívida enquanto ela aumentava como bola de neve. Era a manipulação financeira levando-nos à ruína. Chegou-se assim à impossibilidade de pagar aqueles débitos. É a faca no peito, que obriga o Brasil a entregar por nada seus ativos e parcelas ponderáveis do seu patrimônio natural estratégico no campo genético, no das águas e no mineral. Tudo graças à tirania financeira. Plano diabólico, com a duração de 20 anos.

A esquerda brasileira, em sua maioria, não percebeu o que fazia ao valorizar as aparências e a não dar importância ao mundo concreto tropical e ao seu significado científico e de riqueza. A postura colonial fazia novas vítimas, além de desprezar os excepcionais fundamentos dos recursos da Natureza no continente brasileiro.

As teorias econômicas usam como instrumento de avaliação e análise a lógica da variável monetária, abstrata e manipulada do exterior. A energia e a tecnologia, principais entes vinculados à Natureza e ao seu domínio – cruciais para o desenvolvimento da vida e das civilizações –, foram colocadas em segundo plano.

Se o prisma da análise da realidade brasileira for a questão tecnológica, então poderemos dizer que Glauber Rocha morreu em 79 e não, em 81. A causa: assassinato cultural. Glauber Rocha, única figura que defendeu a permanência dos militares, excepcional brasileiro, traços de gênio, ar-

tista criador, independente e livre, com vida não-convencional, mostra-se profeta em 79: "Se houver substituição dos militares pelos civis, a vaca vai para o brejo. Se houver a substituição, os civis vão entregar tudo, e o povo brasileiro vai ser reescravizado".

A análise de Glauber surge no contexto cultural de profunda revisão da estrutura energética colonial do Brasil, que ocorria nos anos 70. Ele falou: "Olha, esse menino, o Márcio Moreira Alves, é um jovem burguês carioca que está a fim de colocar os militares nos quartéis. Ele está equivocando! Os militares não devem voltar aos quartéis". Márcio era deputado federal, teve o mandato cassado e hoje é articulista do *O Globo*.

O cineasta situa a cultura brasileira no contexto dominado por dois patrulheiros: de um lado (não obstante sua admiração pela obra arquitetônica), está Oscar Niemeyer, que representa Moscou e oculta os acontecimentos, porque é ligado ao Partido Comunista; de outro lado, Fernando Henrique Cardoso, que responde pelos Estados Unidos. Por isso, Glauber ficou equidistante tanto do comunismo soviético como do capitalismo liberal americano.

A ditadura de 64 favoreceu a configuração de estrutura tecnológica de modo a haver a possibilidade de superarmos o processo das importações de pacotes tecnológicos. Com a "democracia", a conquista tecnológica entra em colapso, a políti-

ca força a regressão econômica pela destruição de sua espinha dorsal, a estrutura tecnológica, e a CEPAL renasce, filha da revitalização colonial. Eis o paradoxo: a "ditadura" favorece a formação de estrutura tecnológica e a "democracia" engendra a regressão colonial.

A "abertura democrática" está empenhada em conduzir o País à ruína pelo seu caráter internacionalista, que beneficia, de modo escandaloso, especuladores estrangeiros delinqüentes e os nefastos interesses da oligarquia financeira internacional. Se esses especuladores não são assim, vejamos-se nos telejornais as notícias a respeito dos escândalos financeiros que ora (julho de 2002) estão fazendo Wall Street correr o risco de levar a breca.

5

A ESCOLA DA BIOMASSA. POLÍTICA, ECOLOGIA, ENERGIA E PODER NACIONAL. O COLAPSO ENERGÉTICO

A Escola da Biomassa é privilegiada do ponto de vista gnosiológico, não porque nela se encontram os melhores teóricos e pensadores, mas pelas atuais circunstâncias energéticas e pela própria evolução histórica, que desafia o pensamento latino-americano das regiões tropicais, sobretudo a criatividade brasileira. Esta deveria se ater à visão do todo, a partir da forma energética tropical: a biomassa.

A visão totalizante contrapõe-se à chamada globalização – dicotomizada, fragmentada, reducionista –, que esmaga o fraco. O grande obstáculo é a alienação energética, que atinge toda a sociedade, em especial os profissionais que trabalham com as questões econômicas orientados pela visão colonizada, que ignoram o espaço tropical em que vivem. A energia apresenta-se em grande multiplicidade de formas: ora é gravitacional, ora são os combustíveis fósseis, ora os derivados de biomassa, etc.

Vincular a energia exclusivamente a uma forma específica, como a dos combustíveis fósseis, é deformante. Ela precisa ser vista em toda a amplitude, pois pode alterar suas formas. A energia não é criada nem destruída pelo homem e tem sua origem na Natureza, em diferentes formas. A alienação colonial insiste em ignorar o espaço e o tempo brasileiros, o que implica desconhecer nossas principais características naturais e potencialidades nas questões do tempo presente: o espaço territorial dos trópicos como solução para o ocaso dos combustíveis fósseis.

Quando as análises provêm de países do chamado Primeiro Mundo, as soluções tropicais não ficam evidenciadas. Tampouco fica explícito que a superação do efeito estufa exige a substituição dos combustíveis fósseis por outros limpos, que só podem ser obtidos a partir da biomassa.

Além de a análise geopolítica ter seu ponto de apoio na realidade histórica dos trópicos, a questão ecológica, tematizada no Primeiro Mundo, não pode ser resolvida se não tiver o respaldo daquelas regiões. O problema ecológico do efeito estufa não tem solução sem o arsenal energético da biomassa. Os ecologistas só fazem reclamar, lamentar, descrever os efeitos ambientais sem ir às suas causas e à solução. A Ecologia não apresenta a cura, a salvação, o remédio do efeito estufa, que está apavorando a Humanidade. Há relação direta da ecologia com a biomassa, assim como existe hoje no mundo crescente entendimento da relação en-

tre biomassa, economia política e marxismo, evidenciada por vários autores, que apontam, entretanto, o predomínio absoluto do valor de troca sobre o valor de uso das mercadorias. A análise que eles fazem, por mais brilhante que seja, nunca apresenta o aspecto concreto, positivo, construtivista. O diagnóstico é feito, mas não envolve os trópicos, onde reside a solução para o problema.

Os problemas ecológicos começaram a ser analisados pelos biólogos, tendo em vista as consequências que a deterioração do ambiente provoca na vida animal. Por isso, a visão ecológica tomou a conotação restrita ao desaparecimento de determinadas espécies. É o atestado de óbito evidenciado pela fase terminal de muitos seres vivos. É preciso, porém, enxergar as causas, principalmente o uso exacerbado e extensivo de combustíveis fósseis. Sua consequência mais danosa é o efeito estufa, decorrente da elevação da temperatura da Terra e que, entre as consequências dramáticas sobre o planeta, pode ocasionar a ruptura do equilíbrio termodinâmico da ecosfera.

Outras consequências diretas são a chuva ácida e a poluição nas grandes cidades causada pelo uso não-controlado do óleo diesel e pela utilização extensiva do carvão mineral na indústria e na geração de eletricidade, entre outras causas. Há, portanto, estreita vinculação entre a questão ecológica, sob o enfoque da macrofísica, e a questão energética. Só há uma solução para esses problemas: a

substituição dos combustíveis fósseis – que criam o efeito estufa e a chuva ácida – pelos derivados da biomassa, única possibilidade extensiva.

A biomassa também produz anidrido carbônico na queima, que é a principal causa do efeito estufa. Entretanto, como a biomassa origina-se dos vegetais, estes retiram do ar, em sua formação, maior quantidade de CO_2 do que, depois, seus combustíveis derivados produzem pela queima. O balanço é aritmeticamente negativo, mas positivo para o ambiente. Se toda planta cortada para retirar biomassa e gerar componentes energéticos for replantada para se preservar sua natureza renovável, nesse processo de formação da planta vai haver mais absorção de CO_2 do ar do que o produzido na queima dos combustíveis que gera. Repetindo, o balanço é negativo. O volume adicional de gás carbônico decorrente da combustão de derivados da biomassa é sempre menor quando não é subtrativo ao lançado nela pela queima de combustíveis fósseis. Isso acontece pelo fato de a planta retirar da atmosfera mais CO_2 do que a queima daqueles derivados produz. Os fósseis lançam por ano pela queima cerca de seis bilhões de toneladas de carbono na atmosfera.

Existe vínculo indissociável entre as abordagens política e ecológica do tema “energia”. Não se pode tratar indistintamente de política, ecologia, energia e poder. São áreas ligadas entre si, que exigem análise dialética conjunta. Estamos falando de política de poder mundial.

Por que é que a soberania nacional é imprescindível para o aproveitamento racional da energia dos trópicos? Por que a soberania nacional encontra tanta dificuldade em ser formulada e garantida nos países colonizados?

A mente colonizada dos dirigentes e de parte da intelectualidade brasileira admite que, com a globalização do capital monetário, não haveria mais condições para os povos afirmarem suas soberanias como requisito essencial de emancipação. A autonomia energética, entretanto, ocupa o centro de projeto político de independência. As duas questões, portanto, defrontam-se quando se trata de soberania: a monetária, como meio de subjugação, e a energética, de autonomia. Lembremo-nos, porém, que a moeda é abstração simbólica e a energia, ente físico concreto, essencial.

A soberania vem sendo considerada artigo supérfluo por dirigentes irresponsáveis, como algo quixotesco ou antiquado. O que poderá ocorrer se a soberania nacional não se estabelecer e, portanto, se a sociedade brasileira não puder conduzir o processo de produção extensiva de biomassa para resolver seu problema energético? O mesmo que hoje ocorre no âmbito internacional com relação ao petróleo. Com a soberania reduzida, só nos resta esperar inúmeros e incommensuráveis conflitos. Guerras permanentes passarão a ocorrer dentro de nosso território, como hoje sucede em Angola e em outros países africanos. Muitos procurarão

resolver aqui seus graves e particulares problemas de recursos naturais estratégicos, o que criará situações desastrosas para nós. Esse pode ser o resultado da irresponsabilidade dos dirigentes atuais, que vêm transferindo de modo ilegal e ilegítimo para suspeitos grupos externos o controle de importantes parcelas do patrimônio natural estratégico. O pandemônio disso resultante pode atrair grupos de aventureiros para cá, onde todos vão querer meter a mão. Ninguém terá condições de evitar isso, pois pouco restará do Estado nacional.

Nossa soberania só poderá ser alcançada com política de autonomia na área energética, sob o controle de brasileiros. Não existe a garantia da idéia de aproveitamento da biomassa sem a correspondente apropriação do território por brasileiros. Será sempre necessária a intervenção do Estado nacional na apropriação da energia, pois só o Estado pode representar toda a sociedade.

É fundamental preservar a soberania nacional, o que significa preservar o Estado, pois não existe Estado sem soberania. Sem o Estado, como poderemos mobilizar a coletividade para determinado objetivo essencial à nossa sobrevivência como nação soberana? Sem Estado forte, todos se acharão com direito de apropriação dos recursos energéticos da Natureza. O continente tropical poderá vir a ser campo de batalha – tal como Angola e Moçambique –, em que tropas mercenárias mantidas por corporações estrangeiras disputarão

entre si a propriedade de nossas reservas naturais. Isso pode acontecer no Brasil não só em relação à energia da biomassa, como também no que se refere a reservas minerais estratégicas que já tiveram seu controle transferido, de modo escandalosamente ilegal, para suspeitos grupos externos. É o caso da Companhia Vale do Rio Doce, hoje internacionalizada.

Como todos precisam de energia, à medida que o petróleo vai tendo suas reservas reduzidas, é inevitável a cobiça de nações hegemônicas, situadas em regiões temperadas e frias, sobre nossos recursos naturais energéticos.

Estamos condenados a defender a soberania nacional ou teremos em nosso País cenário do apocalipse. Ou o Brasil conquista a sua soberania para conduzir com prudência, competência e serenidade a solução do problema energético e mineral, incluído o da água, ou entraremos em período catastrófico da nossa história.

As nações hegemônicas, por imprudência, estão correndo grande perigo. Não é por acaso que George W. Bush quer repetir no Iraque o que já fez no Afeganistão. E depois virá o Irã, a Líbia e outros. É a guerra do controle do petróleo, a energia do passado. Agora, a indagação crucial: em que território está a energia do futuro? O quadro é de penúria energética, escondida pela mídia, o que dificulta às populações conhecerem o verdadeiro drama que estamos vivendo.

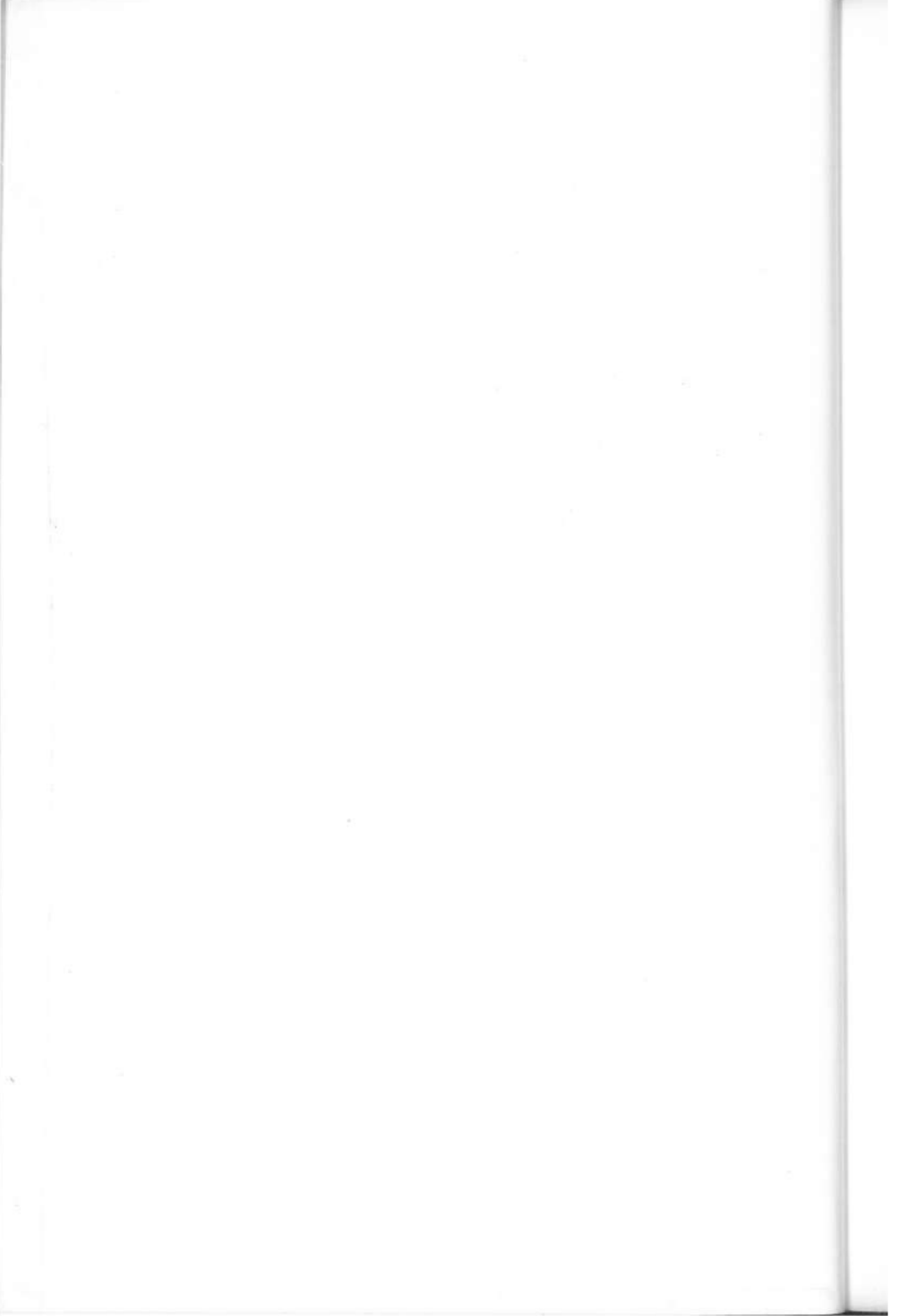
Na União Européia, é muito perigosa a situação da Espanha, da Itália e da França. Esses países estão nas mãos do exército ianque quanto ao fornecimento de petróleo. Evitam porém hostilizar, apesar da pressão americana, os países árabes. Todos, com exceção da Inglaterra, têm-se oposto ao bombardeio do Iraque. Na hora em que os EUA resolverem bloquear militarmente o acesso ao petróleo do Oriente Médio, eles irão passar por graves dificuldades. Vão apelar para quem? Não têm como sobreviver! Estão crescendo, construindo estradas, ferrovias, ampliando o número de automóveis em circulação. Mas como usá-los sem o combustível que os move? O desconhecimento coletivo sobre a realidade energética toma forma perigosa, mesmo nas regiões ditas avançadas do mundo.

Quando o Brasil iniciou seu programa de combustíveis energéticos derivados da biomassa – Programa Nacional do Alcool –, houve amplos debates, às vezes de âmbito mundial, e inúmeras teses de doutorado foram apresentadas nas maiores universidades do mundo em relação ao programa brasileiro. Mas, em seguida, as companhias de petróleo, associadas às corporações transnacionais de automóveis, manifestaram o temor pela concorrência dos combustíveis derivados da biomassa. Não é por acaso que, na seqüência dos acontecimentos, a mídia mundial tenha contribuído para enterrar o debate sobre o assunto e amplificado o

desconhecimento sobre a matéria. Hoje, as populações ignoram a situação de extrema penúria em que vivem e os perigos que correm.

A alienação energética não é privilégio do hemisfério sul. Também existe no do norte, embora com outro perfil. Lá, oculta a própria escassez energética. Aqui, esconde a potencialidade dos trópicos.

Se a agonia do petróleo como combustível é inevitável, então, no campo ideológico, nos países hegemônicos, a vanguarda intelectual e política terá de ficar atenta ao pensamento que propõe o desenvolvimento dos meios necessários para o uso extensivo da biomassa. O melhor dessas vanguardas nos países do Norte terá de identificar urgentemente a existência da biomassa nos trópicos. É uma questão que envolve a sobrevivência ao modo como vivem as sociedades industrializadas atuais.



6

O IDEÁRIO DA CEPAL. POLÍTICA DE AUTONOMIA DA SECRETARIA DE TECNOLOGIA. INDUSTRIAL. PACOTES TECNOLÓGICOS E FÁBRICAS DE TECNOLOGIA. A REAÇÃO HEGEMÔNICA EXTERNA. RESERVA DE MERCADO ÀS AVESSAS

Esta pequena história das idéias sobre o campo energético tem por objetivo mostrar a existência de forças ideológicas que atravancam a libertação das nações e dos povos e demonstrar a formulação de idéias e conceitos equivocados que impedem o verdadeiro desenvolvimento material e espiritual da sociedade brasileira e também da Humanidade. A estratégia definida para manutenção dessas duas condicionantes é complexa e fundamenta-se na preservação do processo colonial, em forma nova e mais brutal que a tradicionalmente empregada, e no servilismo da classe dirigente.

Somos o que nos é imposto pela subordinação aos países hegemônicos. A essa impotência ostensiva dá-se o nome de "neocolonialismo" ou, na nova versão, "neomercantilismo".

O resultado mais triste da extravagância neocolonial é o caso da Argentina, um dos países mais ricos do mundo, mas que chegou ao desespero do desastre e da miséria. O seu principal feitor, Carlos

Menem, político de exemplar subserviência, reeleito duas vezes em eleições supostamente democráticas, levou o país a relação caracterizada por ele mesmo como "carnal" com a principal nação hegemônica. Foi por isso objeto de elevados elogios, considerado exemplo a ser seguido. Toda a mídia que hoje ataca e culpa o povo argentino tecia louvores ao servil dirigente, que seguia a risca o receituário do FMI.

Tivemos, no passado, experiências de projeto nacional entre os anos 20 e o fim da II Guerra Mundial. Foi aí que se cimentou o que ainda temos de estruturalmente sólido e positivo, embora atualmente em retrocesso.

A revolução de 30 levou Getúlio ao poder, no mais rico período da nossa história. Depois dele, veio a implantação de crescente entreguismo ao estrangeiro, que está resultando no controle econômico externo da vida nacional. Caminhamos para o ápice da destruição.

A entrega do nosso mercado industrial interno, a perda do controle financeiro do País, a internacionalização das grandes empresas de economia mista e do nosso patrimônio natural estratégico compõem o quadro desolador. Nessas circunstâncias, resta aos jovens serem escravos ou canalhas.

Tudo começou logo após a II Grande Guerra. O ponto de partida é o tratado de Bretton Woods, a peça-chave de recolonização, que levou o controle do País à tirania financeira externa. Bretton Woods significou, a partir de 1971, quando o presidente

Nixon desvinculou o dólar do ouro de Fort Knox, o domínio da moeda de referência internacional de emissão arbitrária, em regime de monopólio, nas mãos privadas de reduzido grupo de banqueiros e especuladores. A ação maligna desse tratado foi complementada no campo tecnológico pelo paradigma de crescimento implantado no Brasil por JK, de acordo com a ideologia da CEPAL.

O crescimento financeiro e a dependência tecnológica em relação às grandes corporações transnacionais nortearam a doutrina da CEPAL. Trata-se de crescimento que não corresponde ao desenvolvimento econômico. Na maioria das vezes, significa o oposto ao desenvolvimento, espécie de antidesenvolvimento.

A adoção de pacotes tecnológicos exógenos, base das idéias cepalinas, modelou as estruturas industriais dos países ibero-americanos, facilitou o estabelecimento do controle do Brasil por parte de corporações transnacionais e preparou o caminho para o modelo neoliberal de Collor e FHC.

O ideário da CEPAL justificou a ocupação do nosso território pelas subsidiárias daquelas corporações. Anteriormente, tivemos o implacável domínio colonial inglês via Portugal, que, transformado em feitoria da Inglaterra já na primeira metade do século XVII, fez do Brasil colônia de uma colônia.

Passados três séculos de dominação colonial, o primeiro momento de libertação ocorreu com a revolução de 30, na sequência da germinação criativa

dos anos 20, período de vácuo do poder externo. Na década que se seguiu ao primeiro conflito mundial, as grandes potências lutavam pela hegemonia, pois ele não havia sido conclusivo.

Ocupados com a luta surda que mantinham entre si pelo poder, época clássica dos desesperados serviços secretos em ação, os países hegemônicos deram trégua ao Brasil. Por um momento histórico, deixaram de intervir no controle do processo colonial.

Os EUA foram os grandes vencedores da II Guerra Mundial e a União Soviética era o outro pólo de poder. Representavam, portanto, sistema bipolar, que possibilitou certa autonomia às nações que souberam aproveitar as circunstâncias. Com o desmantelamento da União Soviética (embora os EUA estejam também decadentes em vários aspectos), implantou-se um sistema enlouquecido, já considerado por alguns como a IV Grande Guerra, depois da Guerra Fria, que foi a terceira.

Em razão da carência de recursos naturais essenciais, os EUA promovem o descalabro das economias de países com ricas reservas naturais por intermédio do jogo das finanças. No Brasil, a apropriação dessas riquezas deu-se com o processo de privatização, na realidade, internacionalização.

Outras operações dessa natureza envolveram agressões militares, como no caso do Iraque e do Afeganistão. Naturalmente, após o 11 de setembro de 2001, houve mudanças profundas nessas políticas

hegemônicas. Retira-se do mesmo contexto o isolamento do Irã e a quebradeira do Estado brasileiro e de uma série de outros países, como México, Argentina, Colômbia, Nigéria e Indonésia. Todos apresentam a mesma questão de fundo: posse de recursos naturais estratégicos, como petróleo, água, minérios, etc.

Dizia Foster Dulles, Secretário de Estado de Eisenhower: **"Quando se quer dominar um povo e não convém o uso das armas, usam-se as finanças"**. São exemplos dessas duas vias os casos do Afeganistão e da Argentina. E disse mais: "Os EUA não têm amigos, têm interesses".

A CEPAL desempenhou na América Ibérica papel importante nestes últimos 50 anos, por meio de conjunto de idéias, programas e ações de conteúdo político-sócio-econômico. O objetivo era implantar o chamado desenvolvimentismo, pois os fatores de produção abundantes ibero-americanos são tidos, ainda hoje, como favoráveis ao desenvolvimento e alimentam as linhas ideológicas tanto da esquerda como da direita, o que não deixa de ser contra-senso.

Um dos principais ideólogos das idéias cepalinas de dependência externa, que não mudou em nada, alçado a presidente da República do Brasil, promove a destruição de tudo o que ela conseguiu construir de importante nos últimos 70 anos. Há outros, com idéias convergentes com as de FHC, mas sem a influência danosa deste.

É grande engano dizer que FHC mudou suas idéias quando assumiu a Presidência da República. Ele está executando as idéias antinacionais que estão expressas no seu livro sobre a dependência na América Latina, escrito em co-autoria com Enzo Faletto. O apoio de banqueiros e de especuladores estrangeiros a suas duas candidaturas explica tudo. O que havia de pior nas idéias da CEPAL forma a estrutura ideológica de poder do governo FHC: acentuada dependência tecnológica sem substituição de importações.

Quando Roberto Campos assumiu o poder na economia brasileira, em abril de 1964, como o todo-poderoso ministro do Planejamento e Coordenação Geral, não trouxe nada de novo na área econômica, apenas seguiu os programas, metas e planos já existentes, elaborados sob as diretrizes da CEPAL. A *mis-en-scène* enganadora era o pensamento de Roberto Campos, como monetarista filiado à escola econômica de Chicago, versus a visão da CEPAL, com os chamados estruturalistas. Essa contraposição é falaciosa, quando se leva em conta a montagem da estrutura produtiva industrial brasileira, altamente dependente dos pacotes tecnológicos trazidos por corporações transnacionais ligadas a países hegemônicos.

São duas vertentes – monetaristas e estruturalistas –, ambas servindo ao inequívoco controle externo. Análise da convergência dessas duas correntes de pensamento encontra-se no penúltimo capítulo do livro *De Estado servil a nação soberana*, de

1987, sob o título "Economia, ciência ou biombo de interesses", de um dos autores deste livro. Ambas as escolas fundamentam-se em teorias, ditas econômicas, que têm como variável exclusiva a moeda de referência e como dinâmica operativa as regras estabelecidas pelo sistema financeiro internacional. Então, quais as diferenças entre essas escolas, se elas partem dos mesmos fundamentos e se enquadram na mesma lógica de poder do dinheiro falsamente simbólico de emissão monopólica externa?

As duas correntes ignoram a energia como crucial para a produção, bem como o processo tecnológico, considerado variável "exógena", descartável como instrumento de poder pelo modelo da CEPAL. Esse processo foi deixado por conta das decisões de corporações transnacionais. A medida de valor é determinada pela musa Moeda e pelos múltiplos e variados índices que a acompanham em sua desvinculação do mundo concreto – base de toda a riqueza, sempre originária da Natureza.

A moeda, símbolo universal de valor e de riqueza, como era concebida originalmente, deixou de existir. Veleidades sociais, como é destacado na corrente estruturalista, cingem-se apenas a aspectos decorrentes de medidas financeiras, cada vez mais submetidos à manipulação de especuladores e negociastas.

A CEPAL, em sua estrutura doutrinária, passa ao largo dos entes físicos essenciais ao processo de produção de riqueza: a energia e a tecnologia. Deixa-

as por conta das opções do processo de dependência, que orientou seus principais ideólogos.

As matérias-primas – valores do mundo concreto – são consideradas como categoria inferior no jogo do mercado. São sempre desvalorizadas, ainda que nada se faça sem elas. A Ciência as considera essenciais, embora os países que as produzem não sejam recompensados no jogo de valores, que se concentra na categoria moeda – valor supremo, falsamente simbólico e de controle monopolístico pelos hegemônicos. As matérias-primas passam a não ter valor intrínseco, apesar de seu crucial papel na produção. É obrigação de quem delas dispõe – em geral, os países dependentes – de fornecê-las por valores abaixo dos custos de produção e transporte. A energia, a tecnologia e as matérias-primas formam, entretanto, o tripé de onde vem tudo o que é essencial à produção.

A CEPAL, ao colocar a moeda como único símbolo e meio de medida de valor, por causa das teorias que a norteiam, desdenha o papel essencial da energia e da tecnologia, o caráter social das atividades humanas e os fenômenos ecológicos, sem os quais não se tem verdadeira teoria econômica e, menos ainda, a possibilidade de conduzir desenvolvimento sadio. De resto, o embasamento da Comissão consiste apenas de “teorias de crescimento financeiro” a gerir jogos especulativos de mercadorias, em um mundo de cartéis, monopólios e oligopólios e seus

controladores financeiros – banqueiros e especuladores.

Essa moeda ilegítima afastou-se do mundo concreto e segue o que os economistas chamam de “descolamento da realidade”, abstração vinculada a certo tipo de interesse. Criou-se assim sistema esquizofrênico, que nada tem a ver com a vida, com a Natureza e com o trabalho. Conceitos como os de nação têm-se como superados e ficam à mercê das circunstâncias dos mercados especulativos, que operam como “travestis”.

A CEPAL foi responsável, nos anos 40, por conjunto de idéias que visavam ao desenvolvimento econômico da América Latina. Na década neoliberal de 90, 50 anos depois, essas idéias estão paradoxalmente tanto no poder como na oposição. De um lado, o estruturalismo; de outro, o monetarismo. Roberto Campos, seguidor dos planos e metas implantados no Brasil nos governos de Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart, sobreviveu a governos de todas as inclinações porque certamente a todos atendeu com seu trabalho inspirado no modelo da CEPAL. Não só Roberto Campos, mas Mário Simonsen e todos os outros tecnocratas monetaristas e estruturalistas. Enfim, não há diferença substancial entre Roberto Campos, Mário Simonsen, José Serra, Maria da Conceição Tavares, Luciano Coutinho, Aluísio Mercadante ou os irmãos Mendonça de Barros quando se olha o processo produtivo desvinculado da Natureza, da Ciência e da legítima aspiração de bem-

estar dos povos. A discordância dá-se apenas no discurso, pois as diferenças não são substantivas, são meramente retóricas. Um grupo fala do social, mas o instrumental monetário da teoria nega o social. Uma das correntes é designada de estruturalista, embora desconsidere, na estrutura produtiva, os pacotes tecnológicos definidores dessa estrutura. Os monetaristas menosprezam a Natureza e ignoram as características dos fatores naturais, o regime do Estado, a cultura e a vida da população. Tratam de questões abstratas desvinculadas do mundo físico, em sistema monetário sob controle externo.

Hoje, com 50 anos de operação desse modelo, George Soros, o homem que manipula e derruba moedas, ganha de FHC de presente a Companhia Vale do Rio Doce, por conta da inconsistência do modelo que em tudo depende do monetário. Armínio Fraga e o Banco Central vão como contrapeso.

O modelo cepalino omite assim três entes estruturais de fundamental relevância: a energia, a tecnologia e as matérias-primas locais, que são, na ordem dos valores, os ingredientes essenciais da produção, com os quais se jogam as vantagens comparativas do processo econômico. Esse modelo os ignora por conta do uso sistemático de pacotes tecnológicos externos ao País e, por isso, da exclusão de seus fatores abundantes.

O fator valorizado, onipresente e onipotente é a moeda e tudo o que com ela se relacione. A omissão daqueles três entes fundamentais, que definem

praticamente todo o processo de produção e de desenvolvimento, é característica intrínseca das teorias ditas econômicas, cujas origens são Adam Smith e Ricardo, os artífices que permitiram levar o império inglês ao poder mundial. É o império do valor monetário supremo, estrutura do poder mundial, que leva todos à ruína, exceto seus manipuladores financeiros.

A poderosa tirania financeira da City, de Londres, é que comanda a jogatina, com conotações de "orgia", como a define Lord Lever, ex-ministro britânico do Tesouro. Ela serve aos norte-americanos e é sustentada por seu poderio militar. É a força militar que garante o dólar como a moeda que compra petróleo. **A City é o cérebro; o poder nuclear norte-americano o suporte e Wall Street o braço executor.**

No momento em que se empenhou em industrializar a América Ibérica, a CEPAL teve a receptividade de todos os países da região. Entretanto, ao não equacionar a autonomia tecnológica, jogou no lixo a valorização comparativa dos abundantes fatores de produção regional.

O processo de "substituição de importações" tornou-se a sua marca registrada, o espelho para industrializar os países aproveitando o mercado interno, que era suprido por importações. Este foi seu lado positivo e seu álibi. As nações ibero-americanas tinham sido submetidas à longa ação colonial, especialmente a última fase, de origem anglo-saxônica. No caso do Brasil, esta foi a pior e a mais longa fase,

pois teve início na metade do século XVII, com o domínio econômico inglês sobre Portugal. Asseverar que nossas dificuldades são derivadas da herança colonial portuguesa é reportar-se a passado muito longínquo e nada verdadeiro.

Os portugueses foram retirados do contexto de dominação colonial no fim da primeira metade do século XVII pelas armas inglesas de Cromwell. Foi a partir daí que surgiu o poder crescente do que viria a se tornar o Império Britânico, com seus piratas atuando em dois lados: no mar e na economia política (tratado de Methuen, abertura dos portos, entre outros).

Foi o colonialismo mercantil inglês que nos afastou da primeira e da segunda revolução industrial. Para se discutir o processo de colonização do Brasil nos últimos dois séculos, é preciso considerar a intervenção inglesa, primeiramente, por meio de Portugal, como colônia da Inglaterra. Centrar a abordagem na Espanha e Portugal nesse período, como metrópoles coloniais, é trocar o papel essencial pelo secundário. Na realidade, o processo de colonização inglesa excluiu da revolução industrial os países da América Ibérica. Essa foi a argamassa do poderio inglês, sempre com seus piratas, agora travestidos de embaixadores e banqueiros. **O ouro sul-americano foi a base do lastro dos bancos anglo-saxões.**

O intervalo entre as duas grandes guerras é de fundamental importância para a formação nacional dos países do mundo ibero-americano, período

em que as grandes potências – Alemanha, Inglaterra, França e EUA – disputaram entre si o poder. Nessa época, as nações sul-americanas tiveram os mais frutíferos avanços. Isso não aconteceu só no Brasil, mas no Chile, na Argentina e em outros. Foram tempos de extraordinária evolução rumo ao desenvolvimento e à construção da nacionalidade. Aqui, formava-se ideologia vinculada aos legítimos interesses brasileiros. Punham-se em marcha, em cada um dos países ibero-americanos, as idéias de projeto nacional.

Eclodiu a II Grande Guerra: todos aqueles países se beneficiaram das demandas do conflito e, ao final, quase todos saíram com polpudos saldos comerciais. Essa dinâmica, porém, foi rapidamente esvaziada. Com o fim da guerra, exauriu-se a fase em que não estava definido quem mandava no mundo.

Os EUA emergiram como a superpotência mundial capitalista. A URSS sustentou o sistema bipolar contrapondo-se aos americanos e abrindo espaços de autonomia para países como o Brasil, Índia e outros. A bipolaridade do poder mundial deu a certas nações alguma independência e poder de manobra para desenvolverem-se com soberania quando tinham à frente estadistas do porte de Getúlio Vargas. Isto se deu apesar dos dois marcos econômicos nefastos: o tratado de Bretton Woods, que impôs o dólar como moeda única, sob o absoluto arbítrio de pequeno grupo de oligarcas internacionais, e, mais tarde, o modelo de crescimento econômico dependente que, na América Ibérica, teve como sustentá-

culo as idéias da CEPAL. Dir-se-ia então que o Brasil só se deu bem quando o mundo esteve em guerra e as nações hegemônicas descuidaram-se do controle sobre a nossa economia e deixaram-nos seguir com certo grau de liberdade, o que foi aproveitado com sabedoria pelos dirigentes brasileiros da época.

Enquanto as grandes potências tiveram de cuidar de suas estratégias de poder, deixaram-nos em paz. O comércio externo floresceu com as demandas decorrentes do próprio estado bélico mundial. A sociedade brasileira alcançou então sua melhor fase, com um mínimo de soberania, com projeto nacional que tomava corpo e com a consolidação da consciência coletiva e da auto-estima.

O processo de substituição de importações foi, em visão imediatista, prática vitoriosa dentro da ideologia da CEPAL. Foi positivo porque procurou superar o longo período de subordinação colonial à Inglaterra, que exigia a exportação de produtos primários. Até palito era importado! Tudo isso está voltando com FHC, pois só quem produz internamente em condições de sobreviver são as corporações transnacionais. Estamos regressando ao período colonial do século XIX, depois de passar pela industrialização, embora, na época, com amarras dependentes que comprometiam nosso futuro. A tendência é voltarmos a ser apenas fornecedores de matérias-primas sujeitas aos critérios de "commodities", impostos pela rapina das metrópoles, sem condições justas de troca.

Vejamos o raciocínio da CEPAL: o que nós importávamos passou a ser produzido internamente com tecnologia das corporações transnacionais, a exemplo de automóveis, eletrodomésticos e outros bens. Havia dinheiro para comprar lá fora, fruto das exportações primárias. Ora, por que não produzir esses bens internamente? Esta foi a lógica de mercado que permitiu a substituição de importações. Produzir dentro de casa e criar empregos internos em vez de comprar fora. Foi positivo substituir as importações por produção interna. Evidentemente, não se pode deixar de levar em consideração que a substituição de importações permitiu a montagem de indústrias capazes de sobreviver e expandir-se. Começou assim a idéia de o País desenvolver-se com sua própria riqueza. Surgiram muitos empregos novos nas indústrias e a necessidade de treinar grande quantidade de técnicos, administradores e engenheiros. Escolas técnicas e universidades proliferaram em todo o País. No campo cultural, essas idéias foram materializadas a partir da Semana de Arte Moderna, em 1922, através da afirmação dos valores nacionais. Foi criada a Federação das Indústrias, com Roberto Simonsen e outros industriais detentores de capital nacional. Convém esclarecer que Roberto Simonsen nada tem a ver com Mário H. Simonsen, tecnocrata monetarista, entreguista que virou banqueiro.

Industriais vindos da agricultura juntaram-se na primeira federação de indústrias, formada por capitais nacionais oriundos dos setores de exporta-

ção, especialmente do café. O processo que permitiu a existência de uma federação ocorreu na fase que precedeu a Revolução de 30. A economia política e a cultura palmilhavam a mesma trajetória na busca da construção de projeto nacional.

A industrialização brasileira firmou-se com a criação da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, em sagaz intervenção de Getúlio Vargas junto aos EUA. Veio também a criação de nossa primeira hidrelétrica, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco – CHESF. Assim começou, com grande vigor, o processo de industrialização, com idéias geradas nos anos 20, cultivadas no período em que o massacre externo não existia.

A sociedade brasileira conseguiu sair da República Velha pela Revolução de 30. Libertava-se assim do jugo externo. A mobilização da opinião pública foi extraordinária nesse período. O espírito nacional emergia com grande oportunidade e começava-se a construir o que poderia vir a ser grande nação.

Da Revolução de 30, despontou a figura exponencial de Getúlio Vargas. Entretanto, nem tudo foram flores nesse caminho. A Revolução Constitucionalista de 1932 tornou necessário o Estado Novo, em 1937, para resgatar o poder nacional. São Paulo, estado forte, rebelou-se e pretendeu destruir a unidade brasileira, na busca de processo político próprio, o mesmo que FHC agora repete, como agente da hegemonia externa.

FHC é a continuidade de 32. É ideólogo, agente a serviço do império norte-americano. Convém insistir que 1932 representou tentativa de ruptura da unidade política brasileira sob o regime da oligarquia cafeeira internacionalista, hoje representada por ele. A tentativa de esfacelamento da Nação lançou âncoras em 32 e revelou como a ideologia colonialista teve continuidade histórica. No jogo entre a defesa dos interesses da Nação e as forças que lhe são contrárias, 1932 e FHC representam forças antinacionais. Os fatos atuais o confirmam.

A substituição de importações permitiu produzirmos internamente em mercado que já existia e que anteriormente era suprido do exterior. Daí surgiu parque industrial, que foi crescendo até transformar o Brasil na oitava economia do mundo, embora dependente no estratégico setor tecnológico.

Assim, o processo de substituição de importações foi necessário e legítimo, mas incompleto e suicida por acarretar dependência tecnológica estrangeira. Essa dependência poderia ter sido temporária se fosse outra a concepção, como fizeram os japoneses. Mas a visão deformada dos economistas, que se limita aos aspectos financeiros, constrange a transformação de bens e impede a valorização comparativa dos fatores de produção locais, base da competição. Isso impossibilita a autonomia nacional.

O imenso potencial de recursos minerais e de água, a esplendorosa biodiversidade, a ampla disponibilidade de formas energéticas permanentes e lim-

pas, tudo isso foi descartado em função desse modelo de dependência tecnológica.

Se a substituição de importações foi importante e legítima, a maneira como ela foi implementada consistiu em tremendo equívoco. Entregou-se o mercado nacional, pela via tecnológica, ao controle de corporações transnacionais, que impediram a autonomia econômica e política do Brasil.

A tecnologia, como vimos, não faz parte da estrutura das teorias econômicas, é mera "variável exógena", no dizer de Schumpeter. Provavelmente por isso, foi ignorada pela CEPAL.

Por que a CEPAL escamoteou a questão tecnológica? Teria havido nisso a ingerência das nações hegemônicas, principalmente devido à privilegiada reserva de mercado promovida pelo predomínio do controle tecnológico de suas corporações? Sob o falso argumento de acesso a tecnologias supostamente avançadas, o modelo aparentemente ingênuo da CEPAL acabou por fornecer para essas corporações fantástica reserva de mercado do que há de mais estratégico nas estruturas produtivas. Na realidade, montou-se modelo suicida dentro do qual é impossível pensar em capacidade de competição para o que é nacional e, em longo prazo, garantir a sobrevivência de nossas empresas.

Quando, mais tarde, as vozes neocoloniais da globalização consideraram terminada a fase de substituição de importações, estavam novamente mentindo, porquanto faltava ainda a parte mais impor-

tante dessas substituições: aquela que correspondia aos pacotes tecnológicos externos, a única capaz de tornar competitiva a produção de capital nacional.

Evidentemente, caso isso viesse a ocorrer, teria fim o modelo colonial, e o poder competitivo nacional ganharia fôlego, o que continua não sendo bem visto pelo poder externo instalado dentro do País. O mais dramático disso tudo é a falta de reação por parte do capital nacional. Pelo contrário, lutaram com denodo para a viabilização do processo que levaria, de modo irremediável, à sua destruição! Um dos poucos casos conhecidos no mundo de suicídio econômico. Setores inteiros da economia de capital nacional foram dizimados. Como consolo, as vozes neo-coloniais dizem que o padrão de qualidade melhorou. Qualidade de quem?

As corporações de nações hegemônicas e o espúrio poder financeiro externo, já hospedeiro da área governamental, desempenharam papel determinante na escolha desse falso modelo de desenvolvimento, de mero crescimento financeiro ou, para sermos mais claros, de antidesenvolvimento, pelas conseqüências coloniais provocadas. Esse modelo dependente formalizou-se após o término da Segunda Grande Guerra, no governo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek.

Provavelmente, devido à euforia do momento e às promessas de "ajuda" por parte de poderosos aliados na guerra, poucos se deram conta do equívoco. A ingenuidade predominou, provavelmente de-

vido à falta de experiência, o que, em nenhuma hipótese, pode servir de justificativa para a continuidade desse modelo perverso, que entrega o controle dos nossos mercados a competidores impiedosos.

Isso reflete o espírito e a natureza política da teoria da dependência, contrária à soberania nacional, que foi amplamente admitida sob o inadmissível argumento de que somos nação atrasada, incapaz de equacionar nossas realidades estratégicas. Essas teses quase nos classificam como raça inferior, ao admitirem que a tecnologia é fruto da criação de povos superiores, conceito antropológico, além de idiota, totalmente ultrapassado. Tal condicionamento, que vingou ao longo da nossa história de subjugação colonial, tem hoje a contestação dos fatos, principalmente os ocorridos na década de 70, quando demos demonstrações definitivas da absoluta falta de fundamento dessas falsas teses.

O controle tecnológico formula a equação de poder que sustenta o domínio do processo produtivo. **Não se pode conceber teoria que trate do processo de produção e de desenvolvimento sem definir claramente a dimensão autônoma da produção tecnológica, base essencial da competição.**

Tolice ou total afastamento da realidade é deixar o ato decisório da produção, com sua complexidade e dinâmicas de poder, para inexperientes profissionais, que desconhecem como funciona o processo tecnológico e, como decorrência, o econômico. Por meio desse ato, faz-se a valorização comparativa

de nossos fatores de produção, de nossos hábitos, costumes e visão de mundo, fato político central de sociedade que preserva seus valores e destino nacional.

Abdicar disso significa entregar ao poder colonial externo o controle da produção. É não saber usufruir suas peculiaridades e condições e assim abrir mão dos sagrados princípios de soberania. Abdicar disso é também ignorar as carências de recursos naturais estratégicos das atuais potências hegemônicas, como são exemplos os do setor energético, mineral, da biodiversidade e das águas. Lembremo-nos também de que a solução das mais graves questões ecológicas, como as resultantes do efeito estufa, está diretamente ligada ao uso extensivo de combustíveis limpos dos trópicos, em substituição aos fósseis.

Os economistas sabem que a moeda é instrumento de troca e que supostamente simboliza valores que servem como numerário, mas ignoram o conteúdo do processo de produção da riqueza que a moeda deveria simbolizar. Oculta-se deste modo o que é essencial à montagem da equação produtiva: a tecnologia. A intelectualidade colonizada aceita a função de contadora, pois fica deslumbrada com os fluxos financeiros de comando externo e assim se omite no processo de controle desses fluxos, que visa a garantir o substantivo da produção, especialmente o que é exportado.

No final da década dos 60, Denison, do Brookling Institute, EUA, chegou à conclusão de que

o componente tecnológico tinha participação superior a 60% no processo de aumento da produtividade industrial na economia americana. Como é possível excluir-se de uma teoria econômica algo que representa 60% de aumento de produtividade?

O primeiro economista a levantar a hipótese de a tecnologia ser fator importante na produção e aprofundar seu papel nesse processo foi Schumpeter, que a classificou porém como variável "exógena". A tecnologia é processo que define a equação política da escolha dos fatores de produção e de desenvolvimento. É muito mais do que simples variável e nada tem de exógena. Robert M. Solow ganhou o prêmio Nobel de Economia em 1987 porque introduziu nas suas análises econômicas o componente tecnológico. Ao lê-lo, porém, percebe-se que não domina a natureza desse processo. Sua abordagem resulta de balanço com as variáveis que, segundo ele, representam a tecnologia.

Os economistas do *establishment*, a partir do embargo do petróleo, "descolam" a Economia do mundo físico, como se isso fosse possível, embora esta seja a maneira de subordiná-la às finanças e ao caráter abstrato da moeda, controlada por restrito grupo da oligarquia internacional, que ignora a Natureza, a Ciência e o trabalho e age sempre no arbítrio de seus interesses.

A isso se acrescenta certo bestialógico do senso comum: temos Natureza, matéria-prima, sol, água, minério, terra, etc., mas não temos tecnologia. Trata-

se de equívoco supor que a tecnologia resulte de processo cumulativo dos países do chamado Primeiro Mundo. Assim, só teríamos condições de explorar a Natureza com equações tecnológicas vindas de fora. Trata-se de rematada bobagem. Pelo contrário, os ingredientes naturais são os elementos estratégicos em universo de carências, são base de um desenvolvimento tecnológico consistente.

Eis a convergência: o senso comum alienado está em consonância com a teoria elaborada pelos arautos da CEPAL, vítimas da mesma alienação colonizada. As teorias econômicas submetem as economias dos países à visão monetarista e por isso afastam o que vem do mundo concreto, com suas características, leis, princípios e peculiaridades. Esses "profissionais" assumem o poder decisório, mas estão incapacitados para o entendimento do complexo e concreto mundo da produção. Servem às diretrizes da tirania monetária, instrumento superior de controle externo de poder.

É preciso também distinguir entre a Ciência e a tecnologia, caso contrário, não se compreenderá a relação daquela com a produção econômica e com o mundo da política e do poder.

A Ciência define leis e princípios da Natureza e da vida. É imperativo dominá-la e conhecê-la. É universal e só os povos primitivos não têm acesso aos conhecimentos teóricos que ela encerra.

Os filhos da burguesia eram mandados frequentar universidades no exterior e o Brasil teve no-

táveis figuras no mundo científico. José Bonifácio de Andrada e Silva, o Patriarca da Independência, por exemplo, foi doutor em metalurgia pela Universidade de Paris e trabalhou na Alemanha e na Suécia. Grande cientista, reconhecido internacionalmente, descobriu três minérios naquele país escandinavo, onde chegou a ser convidado para ministro. Trouxe para o Brasil o barão de Eschwegen, austríaco, que instalou duas siderúrgicas em Conselheiro Lafaiete (MG), 60 anos antes da primeira siderúrgica japonesa. Contudo, elas não chegaram a funcionar por pressão dos interesses ingleses.

Outra coisa é a tecnologia. Essa palavra significa algo que vai muito além da técnica a que se referem os economistas. Ela significa poder e é um dos instrumentos básicos da soberania. Tecnologia é equação de desenvolvimento e de poder, alcançada pela agregação das ações que resultam na montagem de acervo de conhecimentos acumulados, opções de fatores de produção abundantes, políticas e estratégias vinculadas a interesses nacionais e, conseqüentemente, ação de Estado como concretizador de projeto de nação.

Já as técnicas são artesanais, algo que se vem acumulando ao longo dos séculos e que resultam do fazer, vinculadas às pessoas que as dominam. Desde a época da colonização, existem no Brasil artesãos e técnicos, que aqui vieram se radicar. E o Brasil nesse ponto é rico, principalmente pelos imigrantes do século passado: portugueses, espanhóis, italianos, ale-

mães e japoneses, embora a maioria fosse originalmente constituída de agricultores. Assim, recebemos acervo cultural nada desprezível. Basta reparar nas indústrias que surgiram de São Paulo para o Sul, implantadas por colonos italianos e alemães, algumas das quais atingiram grande complexidade e peso mundial. Também japoneses e outros orientais – determinados e trabalhadores – vieram juntar-se à grande aventura de construir uma civilização dos trópicos. E outros povos, sempre importantes.

Recebemos também imenso acervo de conhecimentos sobre os trópicos transmitidos pelos povos indígenas, o que nos permitiu construir civilização tropical na região amazônica. Existe extenso conhecimento “técnico” em setores da alimentação e da farmacopéia tropical transmitido pelos nativos, espécie de ciência empírica indígena. Os índios tinham identificado na flora remédios para inúmeros males. Hoje, as transnacionais estão-se valendo desses conhecimentos empírico-científicos para patentear medicamentos em atos de ostensiva pirataria. Existem, portanto, imensos conhecimentos, especialmente sobre os trópicos, que não vieram da Europa ou de outras partes.

A Península Ibérica sofreu oito grandes colonizações e por isso tinham os colonizadores peninsulares visão ampla do mundo e excepcional tolerância cultural e racial. Os portugueses tiveram convivência com os índios e também com os negros, descrita de modo magistral por Gilberto Freyre e

Luís da Câmara Cascudo, no caso da região Nordeste, por exemplo. A simbiose do indígena com o português, com ingredientes da cultura negra, gerou nova cultura, enriquecida pelas dos demais imigrantes.

Essas três faces conferem à nossa cultura brilho todo especial em comparação com qualquer outra do mundo. Estas, em geral, têm única direção; nós temos no mínimo três. Sem considerarmos as contribuições da imigração japonesa, da árabe, polonesa, ucraniana e tantas outras.

O senso comum sobre a alienação da tecnologia resultou em mais de duzentos anos de prepotência do império inglês, com ações políticas bem claras: o tratado de Methuen retirou Portugal e, de modo transversal, o Brasil do processo de industrialização. "Portugal é de clima muito quente para permitir ter indústrias", disse Ricardo, ignorando a Ciência.

O retrocesso imposto pelos ingleses consolidou-se até o começo do século XX. A "abertura dos portos" deu ao Império Britânico privilégios excepcionais, que tornaram impossível nosso desenvolvimento, de modo que é improcedente essa visão evolucionista e mecanicista de que a tecnologia vem de fora. Os índios tinham técnicas que, embora primitivas, representavam o domínio sobre a Natureza no seu habitat.

Hoje medra a ideologia idiota de que temos de nos submeter aos pacotes tecnológicos que vêm de fora. A idéia de "pacotes fechados" já é a indica-

ção de que as decisões neles contidas estão embutidas em caixas pretas. Coisa que não pode ser aberta porque evidenciaria a fraude. Tudo fica decidido pelos montadores externos desses pacotes de acordo com seus interesses. Os pacotes tecnológicos alienígenas são o grande pecado da CEPAL. Seus ingredientes definem políticas, opções sobre matérias-primas, formas energéticas, modalidades de produção e tudo o mais que corresponde a definições e escolhas retiradas das estruturas produtivas de origem desses pacotes. Entregar essas definições a estrangeiros é abrir mão da valorização comparativa dos fatores de produção nacionais e locais. É, na realidade, inacreditável essa postura passiva em questões tão estratégicas.

A substituição de importações, se vista de modo parcial, foi algo positivo na promoção do desenvolvimento industrial brasileiro. Todavia, ao ancorar-se em pacotes tecnológicos vindos de fora, produziu a transferência do controle da industrialização para mãos de grupos externos, o que é absurdo. Isso facilitou, mais tarde, a implantação do neoliberalismo e impossibilitou o desenvolvimento da capacidade criativa nacional, que se dá, na essência, pela via tecnológica.

Se, de um lado, temos a Ciência, que rege as leis da Natureza e é universal, de outro, temos a tecnologia, essencialmente nacional e dependente da abundância dos fatores de produção. Estes são, muito especialmente, a natureza das matérias-primas, as

formas energéticas e de produção, as condições ecológicas, os costumes, hábitos e a cultura nacional. Não existe tecnologia eficiente, vantajosa que não esteja alicerçada nas condições e circunstâncias locais e nacionais, ou seja, na abundância dos fatores. O pacote tecnológico resulta da agregação dos fatores e circunstâncias comparativamente vantajosos ligados aos interesses de quem faz as opções. Os processos de transformação e as leis e princípios da Natureza são universais, ao passo que os recursos naturais, sobre os quais aqueles se aplicam, não o são. A tecnologia, ao contrário da Ciência, implica também poder do Estado.

O primeiro princípio da Termodinâmica afirma que a energia não pode ser criada ou destruída e provém sempre da Natureza. Sua abundância varia de acordo com a localidade, com a geografia: daí a importância decisiva do território.

A biomassa, por exemplo, é abundante onde existe muito sol e água; portanto, típica das regiões tropicais úmidas. Ademais, ela é renovável. Já o petróleo e o carvão mineral existem em formas concentradas, em poucos pontos do planeta. Setenta e cinco por cento do petróleo descoberto no mundo estava localizado em cerca de 250 campos, a maioria deles hoje em fase de exaustão. Sabemos que 90% do carvão mineral conhecido localiza-se nos EUA, China e na antiga URSS.

A generalização do uso extensivo desses combustíveis, imposta pelos pacotes tecnológicos origi-

nados em uma dúzia de países, todos situados nas regiões temperadas e frias do planeta, engendrou a previsão do mais sério colapso da história humana, tanto do ponto de vista energético como do ecológico. O mecanismo de controle dos pacotes tecnológicos vincula-se aos emissores mundiais de dinheiro. Dez desses países consomem mais de 80% do petróleo mundial.

O que acontecerá à maioria dos países com a redução das reservas mundiais de petróleo? Como manter o crescimento econômico sem garantir o suprimento energético? O que sucederia se China, Rússia, Indonésia, Índia e Brasil – países de grandes populações e baixo consumo energético – passassem a consumir, per capita, metade do petróleo que um cidadão americano médio consome? Ocorreria o colapso das reservas mundiais de petróleo.

A conceituação de desenvolvimento baseado no modelo energético de combustíveis fósseis cai por terra, pois ele resulta do viés monetarista das chamadas teorias econômicas. O dinheiro é controlado por poucos, domina tudo e todos pela globalização, que eliminou as prudentes e sensatas barreiras de proteção antes existentes, estabelecidas pelos estados nacionais.

A tecnologia é benéfica quando é competitiva e favorece a construção de sociedades autônomas. Quando não favorece o poder de competição de seu usuário e nada tem a ver com a cultura, as necessidades e aspirações da sociedade a que se destina, ela

é destrutiva. Nesse sentido, o pacote externo é estupidéz, pois fundamenta estrutura vulnerável, não-competitiva, às vezes inviável e comprometedora.

Esse tipo de estrutura produtiva não é sustentável por menosprezar os fatores abundantes ou renováveis, ao mesmo tempo em que favorece fatores estranhos ao meio. Seria milagre admitir haver coincidência de todos os itens de cada pacote tecnológico externo com aqueles que representam os interesses e abundância locais. Pode haver coincidência em poucos casos, entre centenas, milhares e até milhões de itens. O mesmo se aplica à forma energética, ao processo de produção, à necessidade e conveniência de usar mão-de-obra em vez de capital, etc. Cada país, cada região e cada localidade tem características em geral divergentes das que provêm dos países ou corporações que compõem os pacotes tecnológicos.

A dependência tecnológica consiste em trazer de fora esses pacotes para implantar determinada produção sem levar em conta as condições sociopolíticas locais e os fatores nacionais de produção.

É imperioso observar o sucesso das vezes em que agregamos os pacotes internamente, como é o caso da prospecção de petróleo em grandes profundidades marítimas. O que existe entre nós é modelo colonialista, que tenta impedir a implantação de política de autonomia nacional. A ideologia da CEPAL converte-nos em servos colonizados pela via da dependência tecnológica.

A Comissão comportou-se como aparelho ideológico de dominação dos países hegemônicos ao inviabilizar estrutura produtiva baseada na utilização de fatores de produção abundantes, em afronta ao princípio da "valorização comparativa dos fatores de produção locais".

Seria possível, no início da ação da CEPAL, outra versão que não essa? Seria factível, do ponto de vista das idéias e da reflexão sobre a nacionalidade, ter outro tipo de enquadramento dessa questão diferente do adotado pela CEPAL? Não só seria possível como necessária outra linha de ação.

O Japão do século XIX, antes da revolução Meiji, era mais despreparado para o processo industrial do que o Brasil da época. Seguiu, porém, outros caminhos, mais eficientes e inteligentes que os nossos. Há casos mais recentes, como os do Vietnã e da Coreia do Sul, até poucos anos, mais atrasados do que nós. Não tinham, como o Brasil, estrutura educacional nem outros ingredientes essenciais ao processo de industrialização.

Há casos de países que adotaram linha de ação com a qual rapidamente foram retirados da situação de atraso e transformaram-se em nações competitivas, de acordo com suas vocações nacionais, como é o caso da Coreia do Sul. Resgatou-se, porém, no Brasil, a herança do passado colonial, agora sob a égide de potências mais poderosas e agressivas. Isso é a prova cabal de que o pensamento cepalino foi equivocado.

É verdade que além da CEPAL houve o ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros, que abordava nossos problemas com visão nacional mais ampla. O ISEB, porém, não se ocupava de questões econômicas de desenvolvimento e deixou essa incumbência para a CEPAL. Não lidava tampouco com as questões tecnológicas e por isso aceitava o que vinha da Comissão.

É inegável a falta que faz agora um ISEB discutindo e pensando o Brasil, pois vivemos hoje sem rumo. Ignoramos o que temos e o que somos e não temos projeto para o futuro. O que vinga, prolifera e nos destrói é o velho colonialismo, travestido de “globalização”.

Há nefando bloqueio sobre tudo o que representou o ISEB no passado, como se suas formulações tivessem de ser guardadas a sete chaves para a atual geração não tomar conhecimento de seu pensamento original.

A empolgação do governo de Juscelino Kubitschek em crescer “cinquenta anos em cinco”, sob a égide de corporações transnacionais, dificultou a identificação do que se estava passando conosco e o que isso representava para nossos interesses e para o nosso futuro.

Enquanto o processo de substituição de importações avançava, a industrialização processava-se com rapidez por meio da atração para dentro do País de grandes corporações estrangeiras. Na verdade, estava-se entregando a alma ao Diabo, como de-

pois ficou comprovado. O número de empresas de capital nacional aumentava, dependentes, porém, das corporações transnacionais na crucial questão tecnológica.

Menosprezavam-se, assim, as profundas, estratégicas e negativas implicações da ausência de processo tecnológico no País. Vinha do exterior, com os pacotes, a definição da natureza dos fatores, sempre afastados das condições e características nacionais.

Dessa forma, montou-se estrutura produtiva artificial e profundamente deformada em relação à abundância de nossos fatores. Na época, jovens e inexperientes engenheiros, empolgados com a expansão industrial, admitiam as idéias cepalinas, pois era difícil antecipar os efeitos de longo prazo da dependência tecnológica. A natureza negativa da doutrina da CEPAL começou a ficar clara quando foi criada a Secretaria de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e do Comércio, na segunda metade dos anos 60. Também contribuiu para esse entendimento a expansão, consolidação e o amadurecimento das grandes empresas estratégicas de economia mista. Nelas foram criados centros de produção tecnológica, que rapidamente tiveram papel muito importante e provocaram resultados de grande significação. Avanço extraordinário.

Somente com a condução da tecnologia nacional, ao ter de negociar os pacotes no exterior com as grandes corporações, pudemos tomar conhecimento da complexidade e extensão do problema.

Passavam pela Secretaria de Tecnologia Industrial milhares de pacotes tecnológicos externos, verdadeiras "caixas pretas", dentro das quais estavam delineadas as diretrizes da dependência externa nacional e a impossibilidade de futuro saudável e competitivo para o Brasil. Só assim foi possível conhecer os efeitos da tecnologia externa em toda a sua abrangência e ação sobre os destinos nacionais e sobre os bastidores da economia brasileira.

Não havia bibliografia, nacional ou estrangeira, que ilustrasse essas questões. Isso era como que deliberadamente ocultado nos manuais de Economia editados nos países dominantes. Quanto às publicações nacionais, era compreensível, pela incipiência de nosso processo de industrialização, que não tratassem do assunto. Na realidade, as nações hegemônicas beneficiavam-se sobremaneira desse modelo, que lhes dava reserva de mercado do mais estratégico bem, a tecnologia – unilateralmente estabelecida –, e o controle dos mercados de importantes nações supostamente emergentes – ditas "em desenvolvimento".

O conceito muito divulgado de tecnologia como algo abstrato, ente isolado, exclusivo de povos superiores – "a tecnologia alemã", por exemplo – nada tem a ver com a realidade. Mas o que é tecnologia? É agregado, com centenas, milhares e até milhões de itens que compõem um pacote tecnológico e que maximiza o uso de fatores de produção abundantes, nacionais e locais. Por exemplo,

o pacote tecnológico de um Boeing 747 agrega cerca de três milhões de itens; o de um "fusquinha", aproximadamente trinta mil itens. Isso dimensiona a extensão do dano quando os interesses nacionais não são considerados.

Qualquer aluno de primeiro ano de Engenharia ou de Física sabe de toda a ciência contida nesses pacotes agregados em centros de produção tecnológica, focos de poder mundial. Nessas agregações de muitos componentes, os pacotes formam acúmulo de experiências absorvidas no fazer, que permitem a produção dos bens industriais de utilidade, de acordo com as intenções e interesses pretendidos. A agregação de pacotes exige instituições adequadas, as fábricas de tecnologia, de feitio profundamente distinto do das fábricas de produção de bens. Devido à adoção no Brasil do modelo da CEPAL, aqui não se montaram, de modo sistemático, estruturas dessa natureza.

Por isso, enquanto esteve em vigência o modelo cepalino, não existiram as famosas fábricas de tecnologia. Na década de 70, como contraposição a tal modelo, procurou-se acelerar a implantação dessas estratégicas instituições. Foram criadas inúmeras delas, mas os interesses externos, posteriormente, por meio de seus conhecidos agentes encastelados no poder, conseguiram destruí-las.

A Secretaria de Tecnologia Industrial estava sendo montada para ser o organismo de comando e coordenação da política de autonomia tecnológica.

Sua estrutura equivalia, sem mimetismo, à organização similar japonesa, o famoso MITI – Ministério da Indústria e do Comércio Internacional, que transformou o Japão na segunda grande potência.

Por isso, a Secretaria foi decepada em 1979. Ela havia comandado a implantação do Programa Nacional do Alcool, apoiado diretamente a indústria aeronáutica nos projetos de aviões nacionais, estimulado e criado mecanismos e políticas de suporte para a elaboração e montagem de pacotes tecnológicos internos em todos os principais setores para os quais o Brasil tinha vocação reconhecida, como o dos metais refratários e o da farmacopéia natural, entre muitos outros. Surgiram centenas de fábricas de tecnologia, especialmente como parte essencial das grandes empresas estratégicas de economia mista, como Usiminas, Eletrobrás, Embraer, Petrobrás, Vale do Rio Doce, Telebrás, etc. Aquelas organizações funcionaram também como suporte para o setor privado de capital nacional, como a Copersucar – cooperativa de empresas do setor do álcool – e a Companhia de Desenvolvimento Tecnológico – CODETEC, na área farmacêutica, empresa privada de tecnologia, criada pela STI e localizada no campus da Universidade de Campinas (UNICAMP).

Surgiram centros tecnológicos apoiados por política de Estado em setores privados, como o de máquinas agrícolas, na região gaúcha das Missões; de alimentos industrializados, em Pelotas (RS); de

pedras preciosas, no Rio de Janeiro (RJ); de metais refratários, em Lorena (SP); de couros e calçados, em Novo Hamburgo (RS); de têxteis, em São Paulo (SP); de petroquímica e metalurgia, na Bahia; de informática, em várias incubadoras de empresas que surgiram nas principais universidades brasileiras; e muitos outros. Formaram-se também "complexos tecnológicos", fábricas de tecnologia, nos *campi* das principais universidades. A UNICAMP abrigou o Centro Tecnológico da Telebrás e a Companhia de Desenvolvimento Tecnológico – CODETEC; a Universidade Federal de Santa Catarina criou centro de tecnologia metal-mecânica; a Universidade Federal do Rio de Janeiro, os centros de pesquisas da Petrobrás, da Eletrobrás e do setor de mineração. Governos estaduais criaram importantes centros de produção tecnológica, como o Centro de Pesquisas e Desenvolvimento da Bahia – CEPED, na área petroquímica, metalúrgica e de frutas tropicais; o CETEC, em Minas Gerais; o Núcleo Tecnológico do Ceará, que atuava junto a pequenas e médias empresas.

Em Minas Gerais, o engenheiro Guatimozim e Marcello Guimarães levavam avante a vitoriosa experiência de usar o carvão vegetal como combustível e redutor na mais avançada indústria siderúrgica brasileira, a ACESITA, de aços especiais.

O Centro de Pesquisas da Petrobrás – CENPES, além de amplo programa de capacitação tecnológica, fortalecia aos fornecedores da Petrobrás de capital

nacional de tecnologia que lhes era transferida. Desse modo, essa empresa viria a transformar-se na mais avançada em todo o mundo no campo da prospecção em grandes profundidades marítimas. Ela tinha ligadas a si milhares de empresas de capital brasileiro para as quais garantia mercado de compras como opção a importações desnecessárias.

A Embraer, no setor de aviões de pequeno e médio porte, alcançava sucesso mundial e chegava rapidamente a projetos de sofisticados aviões militares. O Centro Técnico Aeroespacial (CTA), em São José dos Campos (SP), avançava em tecnologia de lançamento de foguetes cada vez mais desenvolvidos.

Estávamos, assim, saindo do processo de subordinação tecnológica do modelo da CEPAL para projeto de autonomia em áreas em que o Brasil não teria competidores, devido às enormes vantagens comparativas de nossas principais vocações.

A resposta do imperialismo veio implacável e truculenta, a partir de 1979. Todo o esforço nacional foi destruído ao longo dos anos 80. A Secretaria de Tecnologia Industrial foi fechada e seu acervo, destruído. As fábricas de tecnologia quase desapareceram, poucas sobreviveram. As empresas de capital nacional, apoiadas por políticas governamentais, desativaram as atividades tecnológicas e a maioria desapareceu. Em 1989, quando se implantou o neoliberalismo, com Collor de Mello na presidência, pouco sobrava da estratégica área tecnológica de

produção industrial, cuja destruição, frisamos, começou em 1979.

É importante ressaltar que o trabalho da STI foi complementado e até antecipado pela ação do então Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE, que, apesar de banco, tinha na época linha política de incondicional apoio a empresas de capital nacional. Hoje é poderoso instrumento das forças externas. Transformou-se no maior algoz dos interesses industriais brasileiros como executor das nefandas “privatizações”, que enterraram as empresas industriais de capital nacional. Vale lembrar, pela orientação das políticas de apoio às empresas de capital nacional, grandes figuras de seu quadro técnico, como Juvenal Osório Gomes e José Pelúcio Ferreira, que criaram no BNDE o Fundo de Apoio Tecnológico – FUNTEC. Seus quadros incluíam figuras que, pela competência e defesa dos interesses nacionais, destacaram-se em outras áreas, como Paulo Vieira Belotti, depois Secretário-Geral do ministro Severo Gomes e diretor-financeiro da Petrobrás; Roberto Saturnino Braga, mais tarde senador da República; e muitos outros (*).

José Pelúcio Ferreira e Alexandre Leal Costa transformaram o Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas de Desenvolvimento –

(*) Fez parte dessa equipe J. W. Bautista Vidal, um dos autores deste livro, antes de ser o Secretário de Tecnologia Industrial na gestão de Severo Gomes, no Ministério da Indústria e do Comércio.

FINEP de órgão de estudos em financiador de projetos e executor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT.

A Secretaria de Tecnologia Industrial centralizava a política tecnológica e dispunha de órgãos nacionais que atuavam em áreas específicas, como o INPI (marcas, patentes e transferência de tecnologia); INMETRO e CONMETRO (metrologia, normalização e qualidade industrial); Instituto Nacional de Tecnologia – INT e a Fundação de Tecnologia Industrial – FTI, além da participação nos órgãos nacionais de política industrial e de comércio exterior situados no âmbito do Ministério da Indústria e do Comércio, como o Conselho de Desenvolvimento Industrial – CDI e o Conselho Nacional do Comércio Exterior – CONCEX.

O FINEP e o BNDE, em vez de pertencerem ao Ministério da Indústria e do Comércio, eram subordinados ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, que impunha ação coordenadora por meio de projetos e não, de programas. Isso evidentemente criava conflitos com o MIC e com a equipe de Severo Gomes. Por exemplo: o Programa Nacional do Alcool foi proposto pela STI como programa ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral para fazer parte do Plano Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – PNDCT. Foi recusado por não obedecer à concepção de projetos, mas de programas. Isto reflete a visão limitante de considerar apenas as questões financeiras dos projetos.

Equívoco grave! Quando da definição de diretrizes para a elaboração do II PNDCT, José Pelúcio Ferreira e J.W. Bautista Vidal propuseram que o Plano Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico fosse estruturado com programas nacionais prioritários, elaborados de acordo com as nossas grandes vocações. O ministro João Paulo dos Reis Veloso rejeitou essa concepção e exigiu que o plano fosse constituído de projetos e não, de programas. Isso desencadeou crise interna, que deixou marcas profundas. Essa foi a razão pela qual o Programa Nacional do Alcool não constou do II PNDCT, embora ele se tenha constituído na mais importante atividade da STI.

Quando Bautista Vidal foi para a STI trabalhar com Severo Gomes, reduziram-se as tensões internas, mas jamais foi possível entrosamento funcional com seu amigo José Pelúcio Ferreira, administrador do Fundo Nacional de Desenvolvimento de Ciência e Tecnologia – FNDCT. Por isso, o programa tecnológico do álcool motor, que fundamentou a existência do Pró-Alcool, não recebeu qualquer contribuição desse fundo, que concentrava a maior parte dos recursos financeiros federais para a área tecnológica. O custeio do programa do álcool foi bancado com recursos decorrentes do pagamento dos serviços prestados pelos institutos vinculados à STI.

Tecnologia é questão de poder, na qual o Estado tem participação decisiva. Com a STI, esse papel foi reconhecido neste país, com tão grandes e estratégicos recursos naturais. Se o Estado não for

capaz de intervir positivamente na estrutura produtiva para proporcionar-lhe autonomia tecnológica, ficará impossível o salto do desenvolvimento, especialmente em sociedade submetida a séculos de colonialismo e que oferece excepcionais condições naturais para desenvolver-se com grande pujança.

Grande esforço foi despendido para encaminhar as empresas estratégicas brasileiras de economia mista para o objetivo de dar suporte tecnológico às indústrias privadas de capital nacional. Mesmo estas empresas não reagiram de imediato em função dos hábitos do modelo de dependência tecnológica da CEPAL. A euforia resultante dos êxitos aparentes, de curto prazo, do processo de substituição de importações produzia equivocada visão da realidade.

Tecnologia, na concepção concreta dos pacotes tecnológicos, tem necessariamente de basear-se na realidade local, na disponibilidade e na abundância de recursos, na característica física e geográfica da Natureza, na sustentação ecológica, nas riquezas naturais, na cultura nacional e na visão de mundo de seu povo.

Como iremos criar processo competitivo se ignorarmos as características do nosso território, os fatores físicos de produção – energia, matérias-primas e mão-de-obra – e os riquíssimos ingredientes multirraciais da nossa cultura?

Os pacotes tecnológicos implicam a utilização de tudo aquilo que os montadores consideram de

seu interesse e vão muito além das escolhas de matérias-primas e formas energéticas. Esses montadores promovem ajustes e políticas e adotam instrumentos que os favorecem. Normas técnicas são instrumentos formais, até legais, poderosos meios de controle da produção industrial, que conduzem à constituição de reservas de mercado. Nelas são estabelecidas especificações, definições e proteção dos interesses dos controladores do pacote. As marcas também representam reservas legais de mercado. As patentes são reservas de mercado de âmbito mundial, em geral controladas de fora do país. Elas vêm embutidas nos pacotes tecnológicos e são eficientes instrumentos de poder, monopólios mundiais. Por isso, estabelecem tremendos privilégios para empresas e países.

É impossível existir livre competição de empresas de capital nacional com empresas de outras partes do mundo aqui localizadas se estas gozam de todo tipo de benefícios: incentivos, subsídios amplos, financiamentos favorecidos, construção pelo Estado das necessárias obras de infra-estrutura, muitas depois transferidas gratuitamente para propriedade delas, além de tais empresas serem detentoras de autonomia tecnológica, essência da competição contemporânea.

A tecnologia usada em qualquer país deve estar baseada no que a nação e suas empresas controlam. Se há dependência generalizada em relação a corporações estrangeiras – às vezes, concorrentes das

equivalentes nacionais —, está-se criando estrutura de produção subjugada aos poderes hegemônicos daqueles que dominam os pacotes tecnológicos.

A CEPAL deu as costas à nossa realidade e pôs-se a implantar pacotes externos, sob o argumento de que isso iria favorecer o desenvolvimento. Como alcançá-lo com o uso desses pacotes? Essa é a contradição que está na origem dos equívocos da CEPAL, cujas idéias continuam ainda hoje ditando a política que entrega o mercado interno ao controle de corporações de países hegemônicos. O neoliberalismo, quando veio, encontrou no Brasil caminho favorável a sua dominação, preparado pela doutrina de dependência tecnológica da CEPAL.

A parte dinâmica da estrutura produtiva nacional ficou minada pelo modelo dependente. A falha grave da adoção dos pacotes vindos do exterior foi ignorar o espaço e o tempo locais, onde seriam aplicados. Ao implementá-los, desconsiderou-se o espaço, o território, as riquezas naturais, o solo, a terra, a água, o sol. Tudo o que é nosso e abundante.

Um exemplo eloqüente da natureza do processo de dependência que norteia a política econômica brasileira é a camuflagem da diferença entre o Produto Interno Bruto — PIB, que representa, pelo menos formalmente, o que é produzido no Brasil, e o Produto Nacional Bruto — PNB, que é a parte do PIB que beneficia os residentes no País. Em levantamento recente, o professor Adriano Benayon do Amaral calculou que este é da ordem de 30% daquele. Ou

seja, 70% do que se produz hoje no Brasil beneficia os não-residentes! Disso resulta que a parte preferencial do crescimento do nosso PIB beneficia esses não-residentes. Sobra, na melhor das hipóteses, 30% para os residentes.

Se capitalizarmos os conhecimentos acerca das características tropicais, estaremos avançando em setores prioritários – como é o caso do campo energético e do ambiental – nesta fase de declínio dos combustíveis fósseis. Ultrapassaremos nessa corrida os habitantes das regiões não-tropicais, onde se localizam as nações ora hegemônicas.

Por suas características intrínsecas, o conteúdo dos pacotes tecnológicos procura agregar o que dá vantagens comparativas aos seus elaboradores. Portanto, é naturalmente favorecido o uso dos fatores abundantes na origem dos pacotes. O uso nos trópicos de tecnologias do setor agrícola oriundas dos climas temperados e frios sempre resultou em desastre. Vejam-se os casos dos projetos do Jari e de Theodore Roosevelt, na Amazônia. Ambos fracassaram. Como chamar isso de desenvolvimento?

A ideologia da CEPAL enquadra-se no conceito de José Ortega y Gasset que define como “mente colonial” aquela que ignora o espaço e o tempo de um país e de uma cultura. Ignora o espaço ao não levar em conta seus bens naturais, seu território, sua geografia, suas condições climáticas e ambientais e tudo o mais que a Natureza oferece. Ignora o tempo ao não levar em conta que a questão tecnológica é

fundamental ao poder e, portanto, à liberdade e assim desconsidera as condições financeiras, a mão-de-obra e as peculiaridades educacionais, os hábitos e modos de vida da cultura local.

Também é essencial considerar o momento histórico para aproveitar as vantagens comparativas das circunstâncias, como é exemplo a aproximação do colapso dos combustíveis fósseis e a excepcional alternativa energética que são os combustíveis renováveis e limpos dos trópicos. **Ade- mais, como o domínio dos pacotes tecnológicos significa poder, quem não tem poder próprio é subjugado e nunca terá liberdade. Vira sociedade dependente, periférica, colonial, que jamais conduzirá seu próprio destino. Ou seja, converte-se em nação sem soberania.**

Importar tecnologia é mais do que idiotice. Nisso, as teses de Roberto Campos são as mesmas de FHC e do seu governo, embora o primeiro não tenha elaborado nenhuma teoria como a da dependência nem tenha sido apoiado e glorificado pela esquerda.

Roberto Campos simplesmente aplicou em 1964 o que existia de planos e projetos apoiando-se nas teses da CEPAL com a mesma dinâmica tecnológica anterior. O sistema que ele montou, sob orientação externa, está aí até hoje! O poder político de bases nacionais de há muito deixou de existir no Brasil. Está subordinado ao poder financeiro externo, armadilha de dependência. Também nos partidos po-

líticos de oposição a governos entreguistas nunca se pensou nas cruciais questões tecnológicas.

O pensamento da CEPAL é supostamente de esquerda, de oposição ao imperialismo, mas só no discurso. Não é por acaso que FHC ainda se diz "de esquerda". Os partidos políticos parecem não acreditar no Brasil, nos brasileiros e nas suas potencialidades. Repercutem a visão que vem de fora, do velho internacionalismo em sua versão neocolonialista. Nesse ponto, a direita e a esquerda são em geral convergentes, não acreditam no nacional. Há, porém, honrosas e gloriosas exceções.

A distinção entre esquerda e direita não significa muita coisa. Por isso, é problemática essa velha terminologia. Não cabe confundir, por exemplo, o velho e sadio trabalhismo gaúcho nacionalista, representado por Alberto Pasqualini, com as tendências internacionalistas da esquerda e da direita. Aquele deu a base ideológica para construir o que houve de mais consistente no processo da industrialização brasileira no século XX, enquanto estas estão destruindo tudo o que foi feito durante mais de meio século de trabalho dos brasileiros. Entregam o controle do País a forças espúrias externas e levam nosso povo à bancarrota.

Quando procuramos a teoria marxista, não conseguimos esclarecimentos sobre a questão tecnológica, elemento-chave do novo e brutal colonialismo. O velho e carcomido colonialismo está, porém, nela descrito com clareza.

Estamos lidando pela primeira vez, não só do ângulo teórico mas também do ponto de vista prático, com a estrutura tecnológica. Somente nos anos 70 é que a abordamos, por causa do imperativo programático da busca de soluções próprias. Aí vale a pena citar Marx. É preciso ir do presente para o passado e rever a interpretação do Brasil a partir das experiências dos anos 70.

As chamadas “esquerdas” desconhecem as idéias que poderiam nos dar poder para enfrentar o domínio externo no setor da tecnologia e da energia. Essas esquerdas atuais acabam por entrar no jogo do poder externo e seguem a agenda do inimigo graças ao enquadramento da estrutura produtiva nos parâmetros monetários definidos fora do País e ao desconhecimento da alienante estratégia tecnológica dos países hegemônicos e da defendida pela CEPAL. Evidentemente, a direita em nada se contrapõe a isso, faz pior.

Assim, ambos – direita e esquerda – só se interessam pelos parâmetros monetários definidos pela oligarquia financeira internacional e ajustam-se aos lamentáveis caminhos seguidos até aqui, que levaram a Argentina, em estágio mais avançado, ao desastre nacional.

É no âmbito da Ciência que temos de elaborar a crítica a essa realidade. E em função da Natureza. A Ciência é de caráter universal. A lei de Newton ou outra lei ou princípio da Física são válidos em qualquer galáxia. O cientista, portanto, está preocupado

com as leis universais. Não existe uma lei da gravidade para o Brasil e outra para a África. O cientista daqui, o da África, da Ásia falam a mesma linguagem. Contudo, cada um vê seu território como o local onde ocorrem os fenômenos da Natureza. No campo concreto, o território é o que conta para conhecer o universal. É da Natureza que o homem tira tudo para viver.

No raciocínio da Ciência como tal, não entra o conceito de "nação". O mesmo não ocorre com o cidadão e sua família. Quem ignora a Nação descarta a possibilidade de criar e de ser livre, de independência e de poder de reação. E a sobrevivência de uma cultura. Afastar-se do conceito de nação implica alienar-se totalmente aderindo à globalização, o que vem ocorrendo sob o controle dos países hegemônicos.

Há quem afirme com grande convicção que a maneira de alcançar-se o todo é viver intensamente a vida local. Homero sempre viveu em localidade com 200 habitantes e desenvolveu há séculos idéias universais. Cervantes era soldado raso e viveu parte importante de sua vida na prisão. Um *scholar* atual de Nova Iorque ou Londres dificilmente escreveria a *Iliada*, a *Odisséia* ou o *Quixote* com o sentido universal de Homero e Cervantes.

Só é possível edificar o universal a partir de vivência específica. Não se constrói idéia universal das coisas e dos homens a partir do nada ou do global. O internacional é o nada, é apenas o que ocorre

entre as nações. Sem elas, o inter-nacional não existiria. É a camuflagem da estratégia de dominação dos poderosos.

A nação é ente concreto, substantivo e trata de coisas reais de nossas vidas, de nossas famílias, de nosso povo, de nosso território e de nosso futuro. É nela que está concentrado o nosso passado e onde repousam os restos de nossos ancestrais. **Povo que não tem passado jamais terá futuro.**

A percepção correta das coisas é adquirida pelo homem concreto, aquele que nasce, come, trabalha, sofre, ama e morre. O homem de carne e osso, descrito por Miguel de Unamuno em *Del sentimiento trágico de la vida*. Ele existe quando, louvando-se nos conhecimentos universais da Ciência, entra no campo concreto da tecnologia, na terra onde vive, na sua pátria.

Assim aparecem os dados da realidade, da vida das pessoas nas sociedades e nas civilizações, suas necessidades e aspirações físicas e culturais. Isso é o que nos interessa no campo das realizações e é disso que estamos procurando tratar neste livro.

A experiência do exercício do poder é fundamental para entendermos como se processa a História. A responsabilidade com o grupo social é função precípua do Estado. Assim, tudo o que se relacione com o coletivo depende do que é definido na instituição Estado. **Não existe Estado mínimo ou máximo, mas o Estado necessário.**

É difícil para o cidadão comum dar-se conta de como sua vida depende do Estado. Por exemplo, as atividades tecnológicas, fundamentais para cada um, são impossíveis de ser levadas avante sem o poder soberano de um Estado a serviço da Nação. O neoliberalismo precisou destruir a Secretaria de Tecnologia Industrial para chegar à internacionalização das empresas estratégicas e ao controle externo das principais parcelas do nosso patrimônio natural.

Não se aprende tecnologia na universidade, que pode ensinar apenas técnicas ou transmitir conhecimentos científicos, nunca o poder de produzir e de competir que a tecnologia representa. Tecnologia sem poder não existe e vice-versa. É impossível discutir tecnologia sem o poder do Estado.

Pacotes tecnológicos agregam-se em fábricas de tecnologia. Os centros tecnológicos ganham dimensão em complexos produtivos, verdadeiras cidades onde se localizam instituições de serviços altamente especializadas. Delas fazem parte universidades e um complexo institucional, de que são exemplos Grenoble (França), Boston e Tóquio.

É preciso, porém, o exercício do poder para participar de sua essência e nela penetrar. A presença do Estado é fundamental. As grandes corporações transnacionais mantêm dezenas de centros de produção tecnológica, mas não sobrevivem sem estados poderosos. Vejam o papel bélico do Estado americano no suporte às suas corporações de

petróleo no Oriente Médio. A produção de pacotes tecnológicos cobre vasto, sofisticado e estratégico mercado.

Nos países altamente industrializados, a quantidade de operários está cada vez mais em decréscimo, enquanto cresce vertiginosamente o número dos que labutam nos complexos tecnológicos. É o trabalho muscular sendo substituído pelo trabalho das máquinas, cuja concepção depende da criatividade e da inteligência humana, em suma, do desenvolvimento tecnológico.

A tecnologia nasce de fatores locais, mas acaba tendo exportação universal e a possibilidade de substituir a experiência de outros países. Uma matriz alemã controla o metal molibdênio na Tanzânia e usa a posse da mina como instrumento de barganha e de poder. Não é algo situado no território da Alemanha, mas é do seu domínio, embora seja mais fácil e garantido comandar o que está em seu território. Quando se transfere o uso de pacote tecnológico para outro país, mesmo sob relativo controle do usuário, está-se criando dependência, às vezes de alta vulnerabilidade.

As nações hegemônicas têm elevada carência de reservas minerais e procuram dominar as que estão em outras regiões. É o que aconteceu com a Companhia Vale do Rio Doce, que, de modo ilegítimo e ilegal, internacionalizou a riqueza mineral brasileira, por meio de espúrio processo dito de "privatização".

O dispositivo tecnológico muda a estrutura de poder de uma sociedade. Os japoneses transformaram sua antiga estrutura feudal em nação altamente sofisticada no domínio tecnológico. Criaram a segunda potência industrial, embora com matérias-primas e energia importadas, graças ao acesso total aos recursos naturais de países do chamado Terceiro Mundo.

As estruturas educacionais e produtivas e as instituições políticas de uma nação detentora de autonomia tecnológica diferem substancialmente daquelas de nações dependentes nesse estratégico setor. Basta comparar os objetivos de uma universidade alemã com os de uma brasileira. São profundamente distintos. Comparemos fábrica que detém o domínio da produção tecnológica com simulacro de fábrica de país dependente da tecnologia dos outros. No primeiro caso, há mercado próprio para alimentá-la; no segundo, a demanda tecnológica é dirigida para fora do país e cria-se vulnerabilidade com relação ao exterior.

O controle dos mercados é a estratégia mais complexa no jogo do poder econômico mundial. Todos procuram proteger os seus como meios insubstituíveis de sobrevivência, a exemplo do que acabam de fazer os EUA com o aço sobretaxando o importado. Quem não tem competência para conquistar os mercados dos outros e não consegue proteger nem os seus próprios, caminha para a decadência e a dominação externa. Fazem-se guerras pelo domínio de mercados.

A doutrina da CEPAL reservou o mais precioso dos mercados – o tecnológico – para usufruto das nações hegemônicas e de suas corporações. Trata-se de reserva de mercado para os outros, contrária aos interesses nacionais.

A execução tecnológica implica a mais estratégica atividade da produção industrial e envolve número cada vez maior de especialistas, tecnólogos, engenheiros, etc. Pressupõe estruturas mundiais de montagem de pacotes, sujeitas a rigorosa proteção dos estados nacionais. Ora, o precioso mercado tecnológico brasileiro foi doado graciosamente a grupos externos, e empresas nacionais estão impedidas de dele participarem. Pelo modelo da CEPAL, todos os órgãos ditos de desenvolvimento garantiam reserva de tecnologia para o exterior.

Bancos de desenvolvimento e organismos regionais, como Sudene e Sudam, condicionavam a concessão de incentivos, subsídios e financiamentos à apresentação de comprovante de uso de tecnologia externa. Em setores sujeitos a fixação de preços pelo antigo Conselho Interministerial de Preços – CIP, somente eram aceitos gastos que resultassem da compra ou aluguel de tecnologia externa. As despesas com desenvolvimento de tecnologia local eram recusadas.

Com o mercado tecnológico brasileiro reservado para o exterior, foi impedido o surgimento entre nós das fábricas de tecnologia e, em consequência, inviabilizada a montagem de estratégias que favorecessem comparativamente nossos fatores de pro-

dução. Assim, a doutrina da CEPAL, quando aplicada, sempre causou danos estruturais à economia brasileira.

Quando da criação do Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI e da aprovação da Lei do Código de Propriedade Industrial, no final dos anos 60, foi dado destaque a uma secretaria do INPI que cuidaria da averbação dos contratos das chamadas transferências de tecnologia, pacotes tecnológicos estrangeiros. Seu objetivo era verificar a necessidade do uso desses pacotes, por compra ou aluguel. Em geral, o pagamento pelo uso dos pacotes era feito por meio de porcentagens calculadas sobre o faturamento das empresas.

As indústrias brasileiras ficavam sujeitas a restrições de toda ordem impostas pelas corporações que cediam o uso das tecnologias. Ora era a proibição de desenvolver tecnologia própria e, quando se o fizesse, sua propriedade ficaria para o grupo estrangeiro, ora impunha-se a exigência do controle da direção técnica da empresa, etc.

O INPI tinha de agir com rigor para defender o interesse nacional nesse processo de coação, que punha a empresa brasileira em dificuldades. Eram milhares os contratos que o instituto analisava e somente com a sua averbação o Banco Central autorizava a assinatura do instrumento com os donos da tecnologia externa. Essa averbação era o único meio de que o governo brasileiro dispunha para vetar a intervenção estrangeira.

A ação do INPI passou a ser muito considerada pelas empresas de capital nacional. Sua proteção era essencial para elas terem condições de sobrevivência. O instituto passou assim a dominar o conhecimento sobre o comércio internacional da técnica e ficou famoso pela emissão do Ato Normativo n.º 15, que repercutiu em todo o mundo e provocou a realização de reuniões em diversos foros para discutir seu conteúdo. Foi o primeiro documento que regulou, em âmbito internacional, o "comércio da técnica", que, segundo Walauchek, do México, estava ainda na época "dos fenícios".

Para a substituição de importações poder ser feita com autonomia, por meio de empresas de capital nacional, as grandes companhias de economia mista brasileiras, especialmente a Petrobrás, passaram a desenvolver pacotes tecnológicos de produtos e processos, que, de outro modo, teriam de ser buscados no exterior. Esses pacotes eram transferidos para uso de empresas privadas brasileiras. Assim, estas puderam adquirir certa autonomia de competição, impossível por iniciativa própria. Desse modo, centenas de empresas brasileiras privadas tornaram-se fornecedoras de grandes sociedades de economia mista. Formou-se então poderoso parque industrial com auto-suficiência tecnológica.

Com o objetivo de reverter a vexatória situação em que nos encontrávamos por causa do modelo econômico dependente, o INPI, quando identificava contrato de tecnologia cuja resposta poderia ser dada

dentro do Brasil, informava a STI, que saía em campo para procurar tornar isso possível. Fosse positiva a resposta tecnológica interna, o INPI vetava o contrato com o grupo externo e a atividade era desenvolvida no País. Essa foi a política adotada para tentar reduzir o dano da reserva de mercado exclusiva para o exterior induzida pela CEPAL.

Desse processo, surgiram importantes fábricas de tecnologia. As principais empresas industriais de economia mista brasileiras, a partir dos anos 70, montaram centros de produção desses pacotes. Que sirva de exemplo o trabalho de desenvolvimento de pacotes tecnológicos de projetos de aviões realizado pelo Centro Técnico Aeroespacial – vinculado ao antigo Ministério da Aeronáutica – junto à Embraer.

Houve diversos casos de demanda tecnológica específica que justificavam criar-se grupo nacional para responder à difícil empreitada de montar, por agregação dos fatores locais de produção, determinado pacote. É o caso da fábrica de cobre metálico da Caraíba Metais, que tinha caído em mãos do BNDE em razão da falência de empresário privado. A STI convocou o metalurgista Hugo Radino e a diretoria da Caraíba Metais e propôs organizar-se grupo no Centro de Pesquisa e Desenvolvimento – CEPED, na Bahia, onde se localizava a empresa.

Radino compôs a equipe trazendo até metalurgistas brasileiros que trabalhavam no exterior. O contrato de desenvolvimento tecnológico foi feito no Brasil. Mais tarde, esse grupo firmou contratos no

exterior para a elaboração de pacotes para empresas similares estrangeiras. Houve também o caso de fábrica de ácido sulfúrico, subsidiária da Companhia Vale do Rio Doce, cujo contrato no exterior tinha sido vetado pelo INPI por haver tecnologia disponível no País.

Os prejuízos decorrentes do uso de tecnologia externa na área petroquímica são imensos. O setor opera com dois produtos básicos: o aldeído acético (CH_3CHO) e o eteno (C_2H_4), a partir dos quais são produzidos cerca de 70% dos produtos petroquímicos. Cada molécula de ambas as substâncias contém dois átomos de carbono e elas são produzidas a partir do petróleo – mistura de longas cadeias de hidrocarbonetos. É necessário submeter essas cadeias à ruptura – o *cracking* – até chegar-se à cadeia de dois átomos de carbono. Poder-se-ia, entretanto, conseguir com facilidade o eteno e o aldeído acético a partir do etanol ($\text{C}_2\text{H}_5\text{OH}$), que é o álcool obtido da cana-de-açúcar ou da mandioca, cuja estrutura química é também formada por dois átomos de carbono. As inversões para construir-se uma fábrica de eteno a ser produzido a partir do álcool etílico são estimadas em 10% das necessárias se a matéria-prima básica for o petróleo. Entretanto, os pacotes tecnológicos desses produtos disponíveis no exterior não usam etanol, produto dos trópicos, mas petróleo.

O Brasil gastou bilhões de dólares na construção de centrais petroquímicas. Agora vai desfazer-se

de tudo para construir centrais de eteno, muito mais baratas, para operarem com etanol? O que fazer com os pólos petroquímicos da Bahia, de São Paulo e do Rio Grande do Sul, já construídos? Embora a Petrobrás detenha a tecnologia de produção de eteno e aldeído acético a partir do etanol, ainda não faz sentido abandonar as centrais já existentes. É o preço altíssimo da alienação tecnológica.

A questão tecnológica foi definida pela CEPAL no modelo econômico brasileiro há 50 anos, embora de modo equivocado. Na década de 70, o Ministério da Indústria e do Comércio, pela ação da sua Secretaria de Tecnologia Industrial, procurou reverter a situação de dependência externa na área tecnológica. O setor financeiro do Governo, porém, seguia o modelo dependente e fez tudo para impedir essa mudança de política.

No governo do general Figueiredo, a STI teve sua política, voltada para o desenvolvimento autônomo, radicalmente mudada e a administração de Collor fechou-a, além do próprio Ministério da Indústria e do Comércio. O Brasil havia voltado à condição colonial para alegria dos tecnocratas a serviço dos interesses antinacionais.

No governo Itamar Franco, a STI foi recriada pelo Congresso Nacional, em difícil negociação da Frente Parlamentar Nacionalista com a banca do Governo, mas nunca teve as atividades recompostas até a publicação deste livro, no segundo semestre de 2002. Nos dois governos de FHC, o

servilismo ao comando externo foi ainda mais exacerbado.

Hoje nem é lícito falar-se em empresa de capital nacional, porque, na prática, ela não existe mais. Poucas sobraram. Foi retirada como tal da Constituição. A empresa de capital nacional – seja industrial, agrícola ou de serviços – não tem mais condições de sobreviver, tais são suas desvantagens em presença das corporações estrangeiras. Nos EUA, ao contrário, a empresa de capital nacional é regulamentada em lei e os seus direitos, diretamente ligados aos interesses nacionais, são justamente protegidos.

Evoquemos aqui o embaixador João Frank da Costa, Secretário-Geral da Conferência Mundial de Ciência e Tecnologia das Nações Unidas, um dos poucos a ver a essência dos pacotes tecnológicos e seu papel concentrador dos fatores de produção locais, imprescindíveis ao processo competitivo. Sua visão colidia com a da CEPAL, que considerava a tecnologia ente abstrato, desvinculado dos interesses das corporações e dos países, cujos pacotes externos ofereciam vantagens imaginárias e não-verdadeiras para os usuários.

Na década de 70, países como Brasil, Índia, México, às vezes Argentina, atuaram de modo intenso nos foros internacionais, especialmente junto às agências ligadas às Nações Unidas, para fazer valer regras internacionais de comércio justo, no âmbito da técnica. O Peru, no governo do general Alvarado,

assumiu posições lúcidas de liderança dos países do Grupo de Cartagena, à procura de novos caminhos para a conquista da autonomia.

Quando algum país dito "subdesenvolvido" ousava pensar em tecnologia, era submetido a pressões de toda ordem, como o Brasil, que criou o primeiro documento de valor internacional sobre o negócio da técnica: o já mencionado Ato Normativo n.º 15 do INPI/STI, o primeiro documento de alcance mundial que regulou contratos chamados indevidamente de "transferência de tecnologia", nos anos 70. Foi texto traduzido para várias línguas. Havia três versões em língua japonesa. Inspirou quase todos os países e foi copiado por eles.

O general Antônio Carlos de Andrada Serpa foi um dos brasileiros que mais entendeu a função da tecnologia no jogo do poder mundial. Ele tinha sobre isso grande conhecimento. Sabia quase tudo sobre a nossa história. Com visão de estadista, descendente direto de José Bonifácio de Andrada e Silva – o Patriarca da Independência –, o gen. Serpa tinha entendimento muito claro sobre o nosso papel futuro no mundo. Um dos maiores brasileiros do século XX, foi temido pelo saber e por íntegra postura nacionalista. Os políticos da fase de "transição", alguns por mediocridade, não enxergaram em Andrada Serpa o brasileiro na dimensão de que o Brasil precisava. Seria o nosso De Gaulle, se tivesse vindo no momento certo. Junto com o velho senador Teotônio Vilela, formava dupla digna das *Vidas*

Paralelas, de Plutarco. Perdeu-se o homem e a história!

O Pró-Álcool foi acontecimento nacional grandioso, que surgiu a partir do entendimento da dependência criada pela estrutura dos pacotes tecnológicos externos. O embargo do petróleo levou à reflexão sobre a tecnologia e sua relação com a energia dos trópicos. Há profunda dialética entre ambas. A energia é fundamental e antecede tudo. A alienação quanto à energia faz perder a noção de como o mundo funciona. Essa falta de consciência resulta do fato de a tecnologia ser considerada variável exógena pelas chamadas teorias econômicas. Ademais, estas ignoram a Natureza e a equação contida nos pacotes tecnológicos, que modelam a estrutura produtiva de uma região ou país, posto que exclusivamente asentadas na falsa variável monetária.

O fato de brasileiros terem descoberto solução energética autônoma levantou grande celeuma. Aparato conceitual novo surgiu, que afetaria o futuro das civilizações. Foi exemplo notável para o mundo. Alguns daqueles brasileiros comprometidos com o País, como o general Andrada Serpa – na área militar – e os senadores Severo Gomes e Teotônio Vilela, foram os primeiros a perceber essa nova concepção civilizadora. Eles viram o Pró-Álcool como o início de poderosa participação política do Brasil no futuro da Humanidade.

Não existe modelo único de desenvolvimento energético, pois a energia tem origem sempre na

Natureza e esta varia no espaço e no tempo. A energia está vinculada às disponibilidades concretas dos territórios e da geografia. No caso do petróleo, o aumento da demanda mundial conduz à exaustão de algo limitado, que levou centenas de milhões de anos para se formar. Entretanto, grupos hegemônicos procuram apoderar-se da riqueza estratégica de outros povos. Os métodos são os que estamos conhecendo nos últimos anos com as evidências do ocaso dos combustíveis fósseis.

Foi na dependência tecnológica que os brasileiros chegamos ao entendimento das razões da falta de autonomia energética. O modelo da CEPAL define e fomenta essa dependência do desenvolvimento econômico brasileiro – na realidade, apenas crescimento financeiro – e favorece interesses externos ligados ao petróleo, que alimentam o neocolonialismo e a globalização.

Em seu livro *A análise do modelo brasileiro*, Celso Furtado considera o modelo dependente como resultado de um impasse histórico. Há algo entre os intelectuais que lhes dificulta encontrarem os caminhos que levam à verdade: a vaidade. Poucos são os que têm a humildade e a coragem de rever o que antes afirmaram. Intelectuais são os que deixam alguma coisa de permanente, graças a sua eterna busca da verdade.

Nas ciências naturais, as leis são as da Natureza. Não conferiu com ela, está errado. O mesmo não ocorre nas chamadas ciências sociais e políticas. Na

Física, ciência natural por excelência, nada é verdadeiro se não passa pelo rigoroso crivo da comprovação com a realidade concreta. As discussões entre os físicos podem ser acaloradas, verdadeiras guerras no confronto de idéias. Depois vem a Natureza e tira a limpo quem está com a razão e tudo acaba ali. Por isso, não há mágoas pessoais entre os físicos. Há um juiz supremo: a Natureza.

É exatamente do confronto das idéias que nascem as grandes criações e a identificação das maravilhas do mundo físico. No campo da Sociologia, da Economia e de outras áreas, não existe a última palavra da Natureza. Cada um tem direito a ter suas próprias conceituações, paradigmas ou variáveis, mesmo que abstratas, como no caso da moeda, em confronto com as demais. E nada acontece. Cada um acha que tem razão e fica a palavra de um contra a do outro. Não há juiz supremo, imparcial e justo. O mais grave, porém, é que existem poderosíssimas instituições e grupos de interesses que estão por trás das conceituações, paradigmas e variáveis dessas "ciências".

Nenhum sociólogo brasileiro ou latino-americano, nos últimos 50 anos, refletiu em profundidade sobre o crucial papel da tecnologia no processo produtivo. Nenhum foi até as causas que têm origem nos pacotes tecnológicos, apesar de eles serem instrumentos imprescindíveis para a estruturação das sociedades e moldagem das relações sociais e econômicas entre os indivíduos, as organizações e as na-

ções. O grau de autonomia e de poder nas relações entre os povos depende desses pacotes. É, portanto, peculiar e estranho que a tecnologia não seja objeto de análise causal quando se trata de relações de poder entre indivíduos, instituições e nações.

Em Sérgio Buarque de Holanda, nada existe sobre energia ou tecnologia, como se não tivessem qualquer influência nas relações sociais. Em Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes, tampouco. Idem em FHC, embora este se tenha aventurado a escrever sobre a dependência da América Latina, sem levar em conta, porém, o papel desses dois entes cruciais na economia e na política.

Nenhuma corrente ou tendência sociológica colocou a tecnologia no âmbito de suas reflexões. Os economistas a escamoteiam. Os cientistas não a reivindicam. Os políticos não a conhecem. Os maus brasileiros não a querem. Mas foram eles, sociólogos e economistas, que trouxeram o modelo dependente e se renderam, com o mefistofélico Plano Real, à última estratégia do imperialismo no Brasil.

São os doutores de Harvard, Chicago, do MIT e de outras universidades do "Império" que vêm ocupando as principais funções do Estado. Não existe nenhuma escola econômica que estude o desenvolvimento nacional levando em conta nossas circunstâncias geográficas e físicas. Ignora-se que vivemos nos trópicos. As formas energéticas tropicais são desprezadas, embora sejam renováveis e limpas. Os doutores economistas atrelam-se ao carvão mineral, pe-

tróleo e gás. O que existe é adestrado exército de ocupação ideológica fazendo o jogo do imperialismo. O ministro da Educação de FHC afirma não ser preciso investir em tecnologia no País, pois ela já existe disponível no exterior. É por isso que nesse governo pululam os janízaros do novo e brutal sistema colonialista.

7

O SOL NA HISTÓRIA DA CULTURA BRASILEIRA

Na época em que *Poder dos trópicos* foi escrito pelos autores deste livro, ainda não era possível saber com exatidão quão pesada e extensiva era a alienação energética da inteligência brasileira. Nossos intelectuais viveram sempre enredados na incompreensão tecnológica, até mesmo o grande Darcy Ribeiro, que colocou a tecnologia como principal promotora do processo civilizatório. Contudo, o sistema colonial ficou garantido com a entrega do controle dos pacotes tecnológicos às corporações transnacionais.

Para os intelectuais cepalistas, a tecnologia era tudo, menos local e assim restava a incômoda fatalidade de nossa inserção tardia e subalterna no sistema capitalista mundial. Esses intelectuais desvincularam os pacotes tecnológicos dos fatores de produção locais, o que excluiu a possibilidade da valorização comparativa desses fatores e fê-los dependentes de opções externas.

As interpretações do Brasil pecam pela preguiça mental e oscilam entre a visão ufanista e a

desalentada. Atualmente, o jargão da moda é "cidadania", consagrado pelo politicamente correto; mas o importante, a soberania nacional, a realidade física dos trópicos, a tecnologia como instrumento de poder de competição e de autonomia, a riqueza do subsolo, do sol, das águas e da terra, nada disso tem concorrido para fazer a democracia dos jecas ou a cidadania do camponês por serem conceitos e fatores ignorados no processo colonial.

A história das idéias no Brasil é deformada pela Sociologia economicista, que oculta e desdenha a Natureza. O terapêutico "volvamos à Natureza" deve ser acompanhado da ruptura com o procedimento sociológico, pois de tanto os sociólogos e economistas privilegiarem o trabalho e o capital acabaram enveredando para algo além do fetichismo da moeda – o abre-te-sésamo do sistema financeiro –, para a adoração fanática do símbolo fraudulento. Acontece que sem energia não existe trabalho nem todo o restante que se origina da Natureza. Dinheiro digital não representa riqueza e leva ao roubo e à falência.

Antigamente, reclamava-se da Sociologia, que, ao tratar da escravidão, nada falava da vida do escravo de carne e osso. Hoje o assunto recorrente é a crise da dívida, que tem existência forjada, como se o dinheiro movimentasse o mundo. Ente abstrato e falsamente simbólico, o dinheiro oculta e anula a Natureza, de onde tudo provém.

O fetichismo da moeda não está infenso ao raciocínio materialista segundo o qual a produção econômica da colônia fecunda as metrópoles imperialistas. Os malandros do desenvolvimentismo, mediante a subordinação à armadura tecnológica dos pacotes externos, enganam prometendo queimar etapas do "atraso" social. Entregam assim o ouro ao bandido.

Em São Paulo, o famoso seminário de *O capital*, de Marx, com leitura plúmbea, apresenta resultados idênticos aos da Sumoc, rendida aos dólares, ou então aos dos dogmas da "austeridade" do FMI – na era da estabilidade monetária na gestão "efeagaceana" – e do controle da inflação.

O resultado destes dois últimos foi o Plano Real, que transferiu para o comando externo, a troco de nada, a quase totalidade de nosso patrimônio natural e ativos estratégicos. O Plano Real eliminou a moeda própria e deixou para as futuras gerações o ônus do pagamento de preço exorbitante pela sobrevivência.

A ênfase na ocidentalização da geografia dos trópicos põe em foco o sistema colonial, sem conceder, porém, qualquer atenção aos componentes físicos da Natureza, cujos dados se dissipam inteiramente sob o argumento da miséria, da falta de preparo da população, das graves desigualdades nas relações sociais e do regime de propriedade. Tal "sociologismo" converte a energia solar em demônio do clima quente, amaldiçoa as grandes pre-

cipitações chuvosas e as enchentes dos rios, assim como condena o solo raso já estorricado pelo sol inclemente, que não se coaduna com o arado, e lamuria a má qualidade das jazidas de carvão mineral.

A cegueira em relação à realidade dos trópicos aceita como estigma o traço agroextrativista da economia colonial. Em fase posterior, o ex-bandeirante vai tomar dinheiro emprestado na City, de Londres, e em Wall Street para "industrializar" o País. Na verdade, esse processo transformou-se em saco sem fundo: as dívidas alcançam valores impagáveis e a desindustrialização acelera-se sem parar. O que restou está sob controle externo.

O procedimento sociológico que enfoca a situação do "atraso" – tipo latifúndio, escravismo e mercado externo prioritário – mostra-se precavido contra a exuberância da Natureza, que convive com um *socius* desigual ao extremo. Ele descamba para a constatação senso comum de que a riqueza natural é água parada que não move moinho ou então assume que temos recursos naturais, mas somos carentes de capital e tecnologia. Isso não é diferente da concepção sobre o caráter intrinsecamente cumulativo da tecnologia, cujo desfecho é a aceitação das etapas evolutivas utilizadas para explicar o "avanço" do Primeiro Mundo industrializado, embora seja camuflado o processo de exploração colonial, que só traz benefícios para o felizardo colonizador.

Somos educados na "paidéia" de que o trabalho e o capital emprestam valor às coisas. Não cogitamos dos elevados potenciais naturais com extraordinária incidência solar e abundância de água doce. Ignoramos os princípios da Ciência, segundo os quais não existe trabalho sem energia ou que esta precede aquele. Ignoramos que o Sol é a suprema fonte primária de energia no planeta e que ela é a principal razão do poder que movimenta o mundo. **Ignoramos também ou fingimos não saber que a era dos combustíveis fósseis está no ocaso.**

Quanto ao capital financeiro, é apenas símbolo abstrato, que perde a consistência quando não se fundamenta em riqueza concreta proveniente da Natureza e do trabalho.

Não valem, portanto, ufanismos inconsistentes resultantes da apoteose de recursos naturais sem tecnologia para transformá-los em bens de utilidade e de poder e sem energia para garantir essas mutações. O fato incontestável é que sempre a Natureza está no princípio de tudo. Sem ela, o processo de transformação fica impossível e, sem energia, fica truncado. É da Natureza que sai a energia, que, por sua vez, permite todos os movimentos e a evolução dos bens naturais em bens de utilidade. É inadmissível sermos classificados como povo incapaz de usar as leis e princípios que regem o mundo físico.

Darcy Ribeiro, um de nossos melhores antropólogos, identificou corretamente a equação

tecnológica como fator essencial da evolução histórica. Essa equação é o principal ingrediente do processo civilizatório, que ganharia estágio máximo na Humanidade com a energia termonuclear, considerada por Darcy Ribeiro a etapa definitiva.

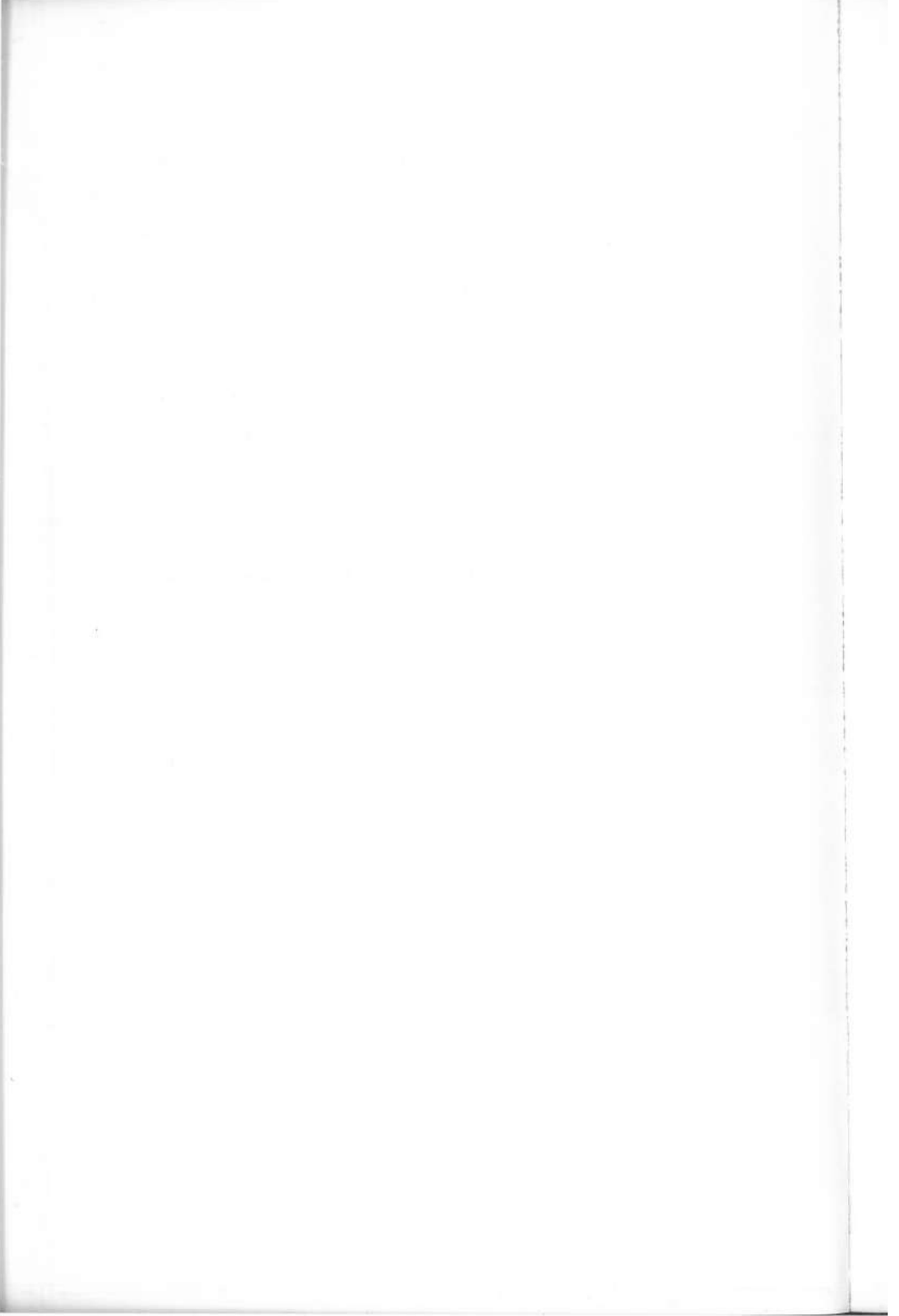
Com esse raciocínio "euro-ianquicêntrico", descuidou-se Darcy Ribeiro de considerar que o Sol é o único reator de fusão nuclear existente, o que evidencia a imensa pujança energética comparativa do mundo tropical. As civilizações do futuro serão **dos trópicos** e não **nos trópicos**. Estas são as regiões do planeta que oferecem condições ideais de energia para a existência de civilizações, sobretudo com o inevitável declínio do uso dos combustíveis fósseis.

Darcy Ribeiro salienta as vantagens biológicas e culturais do mestiço, mas não o afortunado arsenal energético e aquífero do trópico brasileiro, o que é compreensível em se tratando de antropólogo, afeito a estudar as gentes mais do que o universo físico. Ele classificava a mestiçagem de "humanidade incorporada" e enfatizava suas vantagens.

Engels realçava a idéia de que a Natureza tem história no tempo. Os autores marxistas consideram a história do Brasil como a história de sua integração ao sistema sociopolítico mundial, mas silenciam a respeito da função do sol dos trópicos no decurso da história do mundo. História cujos ingredientes essenciais são permanentes e

que está ainda por se realizar. A era dos fosséis, de conteúdo transitório, insustentável, camuflou o entendimento do perene processo civilizatório no decorrer da História.

O cinema novo de Glauber Rocha deu-nos a oportunidade de ver, em seu último filme, realizado em 1980 – “A Idade da Terra” –, o nascimento do Sol enquadrado por trás do Palácio da Alvorada. É sem dúvida metáfora da simbiose do Sol com o poder, mas é também a denúncia do desatino de desperdiçar nos trópicos a dádiva da Natureza: a energia solar. Talvez seja por causa desse desencontro que o Brasil, até o presente, como diz Luís Toledo Machado, “teve papel nulo na hierarquização do poder mundial, sendo mero apêndice das potências hegemônicas”, tristes e pobres em luz e em energia.



8

DA CEPAL AO REAL

Há no processo histórico brasileiro fases esplendorosas, como a da década de 20 até a Revolução de 30. Na Segunda Guerra Mundial, o Brasil foi aliado dos vencedores; entretanto, pagou alto preço, como se estivesse do lado derrotado. Ao término da guerra, veio o famigerado tratado de Bretton Woods, que estabeleceu ditadura de emissão monetária controlada por oligarquia financeira internacional. É o início da tirania do dólar, embora na época ele estivesse lastreado no ouro depositado em Fort Knox.

Com o governo de JK, o País adotou modelo dependente, cuja ideologia foi a da CEPAL, conforme já vimos. Desde então, até o final dos anos 80, quando ainda não havia o neoliberalismo nem o Plano Real, houve crescimento econômico baseado em pacotes tecnológicos externos. No período de 1974 a 1978, contudo, a STI, com a política de autonomia nacional, tornou possível o surgimento de importantes exceções. Ainda não havia, como

há hoje, a tirania do dólar sem lastro. O modelo brasileiro apoiava-se – como ainda se apóia – em tecnologia estrangeira.

O aparato tecnológico pode ser instrumento de subjugação e até de inviabilidade para as nações colonizadas. Ele define as relações da sociedade com as corporações transnacionais e pode facilitar os negócios destas pelas relações entre matrizes e filiais e pela transferência de parte ponderável do poder nacional.

Aquelas corporações aportaram no Brasil devido à escassez de matérias-primas, essenciais para sua operação nos países de origem, mas também para controlar o excepcional mercado interno brasileiro, atualmente com perto de duzentos milhões de consumidores potenciais.

Assim, elas garantem o fornecimento de matérias-primas escassas em seus próprios países. Criou-se desse modo novo tipo de colonialismo, o “colonialismo por dentro”. Na época, divulgava-se que essas corporações eram essenciais para o desenvolvimento nacional porque traziam tecnologia. Como se isso fosse vantagem! Uma vez que não tínhamos visão clara – à direita e à esquerda – do que isso significava, embarcamos ingenuamente nessa falácia.

A chegada das transacionais seria benéfica porque traria tecnologia avançada, o que define realidade colonial. Então, esprou-se a falsa ideologia de que isso seria benefício inigualável para o

Brasil. O que estava chegando era o Diabo travestido em roupagem divina. É o *Deus e o Diabo na terra do sol*. A tecnologia externa entrando triunfalmente como se fosse um deus para nos remir de todos os pecados.

O modelo dependente atinge o paroxismo na década de 90, com o Plano Real, quando já tinha perdido suas duas virtudes: a substituição de importações – ainda que com ressalvas – e a criação de grande número de postos de trabalho.

Quando, na década dos 70, surgiu a tentativa de continuidade da Era Getúlio, com o restabelecimento de objetivos nacionais, houve o corte. Severo Gomes, no Ministério da Indústria e do Comércio, o gen. Antônio Carlos de Andrada Serpa, na área militar, o ministro Quandt de Oliveira, no Ministério das Comunicações, e Azeredo da Silveira, nas Relações Exteriores. Este grupo de ministros representava o lado nacionalista do governo do presidente Ernesto Geisel. Também o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE mantinha linha de apoio às empresas de capital nacional. Como todo banco, porém, a ênfase era dada no aspecto financeiro, não obstante seus mais credenciados quadros ostentarem orientação bem mais ampla, com visão nacional consistente.

A crítica à CEPAL não surgiu antes dos anos 70. Não se tinha clareza do que o uso dos pacotes externos representava para a estrutura produtiva, em fase de montagem. Falava-se em tecnologia sem

saber exatamente o que era. De modo tacanho, economistas falavam em técnicas, sem explicitar a natureza política dos pacotes tecnológicos. Ninguém percebia os efeitos dessa prática de dependência e suas conseqüências estratégicas para a estrutura que se construía no País. A práxis do fazer, no processo de substituição de importações, encaminhava-nos em direção ao modelo da CEPAL.

Foi somente na segunda metade dos anos 60 que um grupo de experientes profissionais induzidos pela práxis, com indiscutível competência, começou a encarar o procedimento tecnológico como algo distinto da visão acadêmica – que confunde produção de tecnologia com ciência – e da dos tecnocratas – que ignoram a natureza dos pacotes tecnológicos. Foi então que houve tomada de posição no rumo da competitividade e da autonomia, de modo distinto da ideologia da CEPAL.

É interessante destacar que não há nenhum intelectual da Comissão proveniente da linha nacionalista de Getúlio Vargas. A CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe foi urdida com profissionais das áreas da Economia e da Sociologia de vários países, sob a liderança do economista argentino Raul Plebish, que havia sido presidente do Banco Central da Argentina. Do Brasil, os mais conhecidos são Celso Furtado, José Serra, Fernando Henrique Cardoso e Maria da Conceição Tavares, entre outros. A CEPAL dominou e ainda domina amplos setores da es-

querda, mas suas idéias são também adotadas por economistas da direita, que ocuparam e ocupam posições-chaves no poder econômico no Brasil.

A ideologia cepalina não se coloca em confronto com a direita ou com a esquerda: suas distinções fazem-se antes entre aqueles dotados de pensamento nacional e os que olham o País com a visão da dependência estrangeira. Como efetivamente na prática não existe o "inter-nacional" sem as nações, o grupo internacional vincula-se aos interesses de nações hegemônicas, de modo que a CEPAL favorece as corporações transnacionais ao reservar-lhes o mercado de tecnologia dos países ibero-americanos e assim concede a elas o domínio desse setor estratégico e decisivo para a competição.

A crítica à CEPAL somente se realizou a posteriori, ou seja, à luz dos resultados negativos decorrentes da experiência vivida. Não havia experimento pretérito como ponto de partida para crítica radical e profunda ao seu modelo, chamado de "desenvolvimentista".

Foi a crise do embargo do petróleo nos anos 70 que permitiu julgamento contundente do modelo da CEPAL, doutrina que influenciou dirigentes brasileiros por meio século. O colapso mundial provocado pelo embargo abalou as estruturas das nações hegemônicas. Deixou claro que o Brasil possuía alta potencialidade se a economia enveredasse por trilhas diferentes daquelas orientadas

pela linha de dependência da CEPAL, se tivesse por guia o mercado interno e a autonomia tecnológica e a energética para impulsionarem a descolonização.

A autonomia tecnológica demonstrou-se factível, pelo menos em alguns setores estratégicos. Os resultados foram tão surpreendentes que as nações hegemônicas perceberam que o Brasil estava indo longe demais no processo de consolidação da sua independência econômica. São exemplos disso o Pró-Álcool, a indústria aeronáutica, a prospecção de petróleo em grandes profundidades marítimas e dezenas de outros projetos emancipadores.

Em termos políticos, possuímos no Brasil duas experiências em certo sentido opostas: as de Getúlio e de JK. O espírito nacionalista getuliano foi o prelúdio da autonomia energética da biomassa, ao passo que JK assumiu a ideologia cepalina.

Na época de Getúlio, ainda não tinha havido o embargo do petróleo pela OPEP e, portanto, não se podia vislumbrar que o potencial energético dos trópicos teria peso mundial. .

A visão getulista era a do trabalhismo e da autonomia do País. Tudo o que temos de positivo resultou dessa fase de defesa da nossa soberania, mas Getúlio não pôde ver o salto estratégico da emergência da biomassa em termos de poder mundial, com o declínio dos combustíveis fósseis.

Na hora em que as nações hegemônicas pres-
sentiram o perigo da autonomia brasileira, veio o
fatídico 1979. Armou-se tempestade para impedir
a retomada da Era Getuliana, que incluía plano
energético com perspectivas de ocupar espaço mun-
dial. Para isto, era preciso nos contrapormos à de-
pendência tecnológica e implantarmos indústrias
de bens de capital que possibilitassem ao Brasil
produzir suas próprias máquinas. Havia também
a necessidade do surgimento de poder industrial
na área bélica e da implementação de outras me-
didas, especialmente a mudança do modelo de-
pendente na área tecnológica. Esse conjunto as-
sustou o poder hegemônico internacional.

O figurino da CEPAL no Brasil, a partir da
Era JK, transferiu poder das áreas dinâmicas da
produção para as grandes corporações transnacio-
nais. Juscelino não percebeu o engodo enquanto
governava. Há informações de que ele o teria no-
tado quando deixou o Governo e por esse motivo
propôs-se a corrigi-lo se retornasse ao poder, vol-
ta que no entanto não ocorreu.

Simultaneamente, as nações hegemônicas
sentiram a escassez de recursos estratégicos: mi-
nerais, água e, evidentemente, petróleo. Isso lhes
foi dando a percepção de que precisavam dominar
nações dependentes detentoras de importantes
patrimônios naturais. Corporações transnacionais
e bancos entraram em cena e passaram a controlar
a economia por meio do sistema monetário inter-

nacional. As dívidas foram-se avolumando. Países importantes ficaram acuados e de cócoras pela via financeira.

No caso do Brasil, as corporações transnacionais não detinham porém o controle do patrimônio natural. A nação brasileira havia criado estruturas competentes para geri-lo: as estratégicas empresas de economia mista. A interpretação que se tem hoje é a de que, a partir das dívidas de determinados países, montadas com a elevação do preço do petróleo e decorrentes das crises de 73 e 79, foram criadas as condições para a apropriação dessas empresas estratégicas e de seu patrimônio natural.

A montagem das dívidas surgiu inicialmente com juros negativos, depois alterados para taxas absurdamente altas, que submeteram seus valores ao efeito "bola de neve". Aumentavam-se as dívidas com novos empréstimos para serem saldados com juros impagáveis, fenômeno que continua a ocorrer. Juros reais muito acima de 20% — passaram de 40% —, sem possibilidade de nenhum controle. Países como o México e o Brasil entraram em colapso financeiro em 1982: a debacle de 82. Quase se decretou a falência do Banco do Brasil em Nova Iorque, porque não havia dinheiro para pagar as importações de petróleo nas condições estipuladas pelos vendedores. Em decorrência disso, montou-se a dívida interna, pois a área internacional estava saturada. Nesse contexto é que

foi armado o bote da destruição da moeda brasileira mediante o Plano Real.

A perda do controle do patrimônio estratégico básico decorreu das medidas emanadas do Consenso de Washington. Em vez de simples privatização, tratava-se da internacionalização das principais empresas de economia mista, de seus ativos e dos recursos naturais sob sua guarda. Tudo foi feito em clima de negociata e corrupção jamais vistos, como os fatos o estão demonstrando.

A vulnerabilidade criada pelas dívidas serviu para as corporações transnacionais apossarem-se de nosso patrimônio natural, o que foi caminho para superarem a escassez crescente, em seus respectivos territórios, de matérias-primas estratégicas. Serviu também para dominarem as bases físicas dos elementos essenciais à solução dos grandes problemas que dificultam a vida das nações hegemônicas.

O Plano Real completou o ciclo de dominação pela via financeira, o que possibilitou a internacionalização de grande parte de nossas empresas estratégicas de economia mista e de seus respectivos patrimônios naturais. Não houve propriamente compra, pois as dívidas engendraram situação de tal vulnerabilidade que mais caracterizou doação do que venda. Houve entrega por valores simbólicos.

Os governantes brasileiros facilitaram as coisas provocando a insaciável ganância externa. Não

há precedente histórico de saqueio comparável, cuja origem se encontra na trama da dependência tecnológica, que é sem dúvida o primeiro passo para a implantação do novo sistema colonial. O comando externo valeu-se da fraude tecnológica, complementada pela via monetária de controle alienígena. A montagem da vulnerabilidade financeira foi possibilitada, no princípio, pela situação criada com a elevação dos preços do petróleo devido ao já citado embargo internacional. As grandes corporações transnacionais, bancos e especuladores estrangeiros passam a dirigir a economia do País e eliminam o controle nacional.

Quando Sarney viveu o colapso do Plano Cruzado, ficou perdido. Não sabia o que fazer. Compareceu então a reunião em São Paulo para receber instruções, no haras de conhecido empresário ligado a grupo externo. Havia cerca de vinte pessoas, presidentes de grandes corporações estrangeiras. Sarney foi lá para evitar ser defenestrado. Abandonou o Plano Cruzado, largou seu Ministro da Fazenda – Dilson Funaro – falando sozinho no exterior e ganhou de presente mais um ano na Presidência da República.

Organizações às vezes espúrias, com sede em lugares estranhos, como as ilhas Cayman, sob o controle hegemônico internacional, assumem hoje grande poder neste nosso inditoso Brasil. FHC entregou o Banco Central a preposto de George Soros. A rede internacional das finanças opera com

prepotência e competência. Não tem limites: deruba moedas nacionais e esmaga as economias de países.

O Brasil tem vivido de empréstimos externos de curta duração, o que o deixa vulnerável. Isso tem sido usado para garantir suposta estabilidade promovida pelo FMI e que está levando dezenas de países à ruína.

George Soros vive alardeando que o sistema financeiro internacional está caindo de podre e que necessita de "certa ordem". Naturalmente, sabe do que está falando, mas o que significa "certa ordem"? Criticou no último Foro Econômico Mundial, realizado em janeiro de 2002, em Nova Iorque, os altos juros brasileiros. Simultaneamente, ele incita à desordem.

FHC elaborou toda a sua sociologia perversa em cima da abstrata contraposição entre autoritarismo e democracia. Ele governa sob a égide da tirania do dólar, que permanece como moeda de referência porque é sustentado pela ocupação militar do Oriente Médio, onde se localiza mais de 70% do petróleo que resta no planeta. Além das várias bases que mantêm em países "amigos" da região, os EUA planejam há tempos ocupar o Iraque e, quem sabe, retomar a influência sobre o Irã para completar a tomada do controle daquelas importantes reservas petrolíferas.

Na década de 70, a indústria bélica brasileira permitiu ao País exportar armas sofisticadas – exer-

cício corriqueiro das nações hegemônicas, como EUA, França e Inglaterra. Se um país não atua nessa área, está excluído do poder. Esse setor foi inteiramente desmontado aqui após 1979. Até a grande empresa estratégica de aviões, a Embraer, ligada ao antigo Ministério da Aeronáutica, a qual teve papel importantíssimo na aviação civil e militar brasileira, foi entregue ao estrangeiro porque o Banco Bozzano Simonsen e a Previ são meros investidores, compraram-na e a venderam como negócio. Ambos não são industriais de área estratégica, mas negociastas. Na primeira oportunidade que tiveram, venderam as ações que possuíam da empresa com imenso lucro para companhias ligadas ao Estado francês e desrespeitaram o acordo "golden share" firmado com nossas autoridades aeronáuticas.

O interesse estratégico-militar da Embraer, especialmente na Amazônia, onde o avião é o meio de transporte predominante, foi descartado pelos banqueiros-acionistas. Com a criação do Ministério da Defesa, assistimos ao esvaziamento do setor militar dentro do Estado brasileiro. E a mídia, controlada de modo monolítico pelo sistema financeiro internacional, nada informa à população.

A nação brasileira está em processo de destruição, porque todas as estruturas essenciais ao poder estão sendo desmanteladas. E a origem ideológica disso é a volúpia pela dependência, pela falta de soberania. Já vimos que a CEPAL goza de prestígio entre os partidos de esquerda. Há quem, ven-

do os terríveis malefícios do neoliberalismo, tenha saudades dela, sem atentar para o fato de que a Comissão propiciou dependência externa profunda, embora camuflada no primeiro instante, pois ajudou a industrializar o País, o que gerou grande número de empregos. Tudo, na aparência inicial, era positivo: a industrialização processava-se com sucesso. Eram "os 50 anos em cinco", do governo Juscelino. Somente no longo prazo seus efeitos deletérios mostrar-se-iam dramáticos.

A ocupação colonial foi gradativa. Primeiro, ocuparam o jardim; depois, a sala de visitas e, finalmente, a cozinha e a alcova, onde se pode prever, como no caso de Menem, outro tipo de relações.

O processo de substituição de importações teve papel enganador à semelhança da estabilidade da moeda no Plano Real. Fruto de mistificações junto ao povo, por isso foram aceitos quase por unanimidade, mas representaram grandes fraudes contra o interesse nacional. Em ambos os casos, seus efeitos causaram gravíssimos e profundos danos estruturais ao Estado e à Nação. Tiveram o "Príncipe da Moeda" como um de seus principais responsáveis.

oOo



Gilberto Felisberto
Vasconcellos

Sociólogo com doutorado na Faculdade de Filosofia, Ciências Sociais e Letras da USP e pós-doutorado na "Ecole Pratique de Hautes Etudes", na França. Bolsista do CNPq, da Fundação Calouste Gulbenkian e do "Social Science Research Council" (EUA). Articulista da Folha de São Paulo, da revista Caros Amigos, entre outros. Livros publicados: - De Olho na Fresta, RJ, Graal, 1977; Ideologia Curupira, SP, Basiliense, 1978; O Xará de Apipucos, SP, Max Limonad, 1988 (revisto e atualizado em 2000, SP, Casa Amarela); A Cocaína dos Pobres, SP, Ícone, 89; Brizula, a Esperança do Povo, BSB, Pajelança, 89; A Sociologia do Cabaré Infantil, SP, Leia Mais, 1992 (revista e ampliada em O Cabaré da Criança, RJ, Espaço e Tempo, 1997; O Príncipe da Moeda, RJ, Espaço e Tempo, 97; O Poder dos Trópicos, SP, Casa Amarela, em co-autoria com J. W. Bautista Vidal, 98; A Ruína do Pós-Real, RJ, Espaço e Tempo, 99; Petrobrás - Um clarão na história, Instituto do Sol, em co-autoria com J. W. Bautista Vidal, 2001; Glauber Pátria Rocha Livre, Ed. Senac, SP, 2001. Biomassa, eterna energia do futuro, Ed. Senac, SP, 2001.

dialética dos trópicos

O pensamento colonizado
da CEPAL

Não se concebem teorias de desenvolvimento sem a dimensão autônoma da produção tecnológica, base da valorização comparativa dos fatores nacionais de produção. O modelo econômico da CEPAL visou a substituir importações com o uso de pacotes tecnológicos de corporações estrangeiras. Ademais, essas teorias "descolaram" da realidade física, subordinando-se às finanças e à moeda de referência, ente abstrato que ignora a Natureza, a Ciência, a Ecologia e o Trabalho, agindo no interesse arbitrário da oligarquia externa emissora. Enquanto o País substituíva importações, industrializava-se pela atração de corporações estrangeiras. Na verdade, estava-se entregando a alma ao diabo. As empresas de capital nacional aumentavam, embora, pelo modelo, sempre dependentes dessas corporações na questão tecnológica. A Secretaria de Tecnologia Industrial veio, no fim dos anos 60, para promover autonomia tecnológica. A resposta do colonialismo foi implacável e truculenta, a partir de 1979; a STI foi fechada e seu acervo destruído. As fábricas de tecnologia deixaram de existir; as empresas nacionais não mais buscaram a independência tecnológica e a maioria pereceu. Todo esforço nessa direção desapareceu nos anos 80. Era a globalização, a destruição do nacional. Como domínio tecnológico é poder, quem não o tem é subjugado e perde a liberdade, vira dependente, periférico, colonial. Nação sem produção autônoma perde a soberania, não conduz mais seu destino, vira colônia.

ISBN 858939301-1



9 788589 393010